



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROF. MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE**

FRANCISCO JAVIER ALFAYA RODRIGUEZ

**OS USOS DA CULTURA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO
MUNICIPAL DA CIDADE DE SALVADOR/BAHIA:
UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2013 A 2017**

Salvador
2018

FRANCISCO JAVIER ALFAYA RODRIGUEZ

**OS USOS DA CULTURA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
NA GESTÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE SALVADOR/BAHIA:
UM ESTUDO DE CASO DO PERÍODO DE 2013 A 2017**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIB/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALFAYA RODRIGUEZ, FRANCISCO JAMERULPIANO
OS USOS DA CULTURA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NA
GESTÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE SALVADOR/BAHA: UM
ESTUDO DE CASO DO PERÍODO DE 2013 A 2017 / FRANCISCO
JAMERULPIANO ALFAYA RODRIGUEZ -- SALVADOR, 2018.
148f.

Orientador: MESSIAS GUIMARÃES BANDEIRA
Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE) -- Universidade Federal da Bahia,
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROF. MILTON SANTOS, 2018.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA 2. POLÍTICAS CULTURAIS
3. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SALVADOR 4. ECONOMIA DA CULTURA.
5. CULTURA E DESENVOLVIMENTO. I. GUIMARÃES BANDEIRA, MESSIAS. II. Título.

FRANCISCO JAVIER ULPIANO ALFAYA RODRIGUEZ

**OS USOS DA CULTURA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NA
GESTÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE SALVADOR/BAHIA:
UM ESTUDO DE CASO DO PERÍODO DE 2013 A 2017**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e
Sociedade da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 20 de setembro de 2018.

Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira - Orientador

Prof. Dr. Antonio Albino Canela Rubim - Examinador Interno

Profa. Dra. Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner - Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do IHAC, Cultura e Desenvolvimento, pela oportunidade de sistematizar experiências intelectuais, vivências, e estudos, com o intuito de contribuir para a formulação teórica acerca da cultura e da política pública de cultura, como elementos básicos para alcançar de uma cidadania plena, da formatação democrática da nação brasileira, e do processo de transformação social do país em procura da igualdade.

Igualmente estendo meus agradecimentos aos membros da comissão de apreciação deste trabalho, Profa. Laura Bezerra e Prof. Albino Rubin, pelas sugestões, perspectivas e contribuições que deram impulso especial nos caminhos a seguir.

Ao meu orientador, Prof. Messias Bandeira por seu apoio durante todo o processo, desde a especulação acerca da temática, até a conclusão deste estudo.

À interlocução com colegas estudiosos/as, pesquisadores/as e interessados/as no fazer cultural, e no destino cidadão do Município de Salvador, agradeço ao professor e pesquisador Paulo Miguez, e aos companheiros de lides políticas e de produção cultural, Rilton Primo, Weslen Moreira e Antonio Almeida.

Agradecimentos especiais à Profa. Rita Dias, pelo suporte ímpar durante o período de maturação de ideias e elaboração do texto. Sua presença foi essencial para encontrar com leveza os caminhos a seguir.

Por fim, agradeço à minha família, aos amigos e amigas próximos, pelo apoio, compreensão e paciência, especialmente, para minha filha Marina, minha mãe Emma, que vivem em solo soteropolitano, minha irmã Emmita, e meu sobrinho Andrés Alfaya, que vindos de terras espanholas, acabaram acompanhando os momentos decisivos de conclusão deste trabalho.

RODRIGUEZ, Francisco Javier Alfaya. **O uso da cultura no projeto de desenvolvimento na gestão municipal de cidade de Salvador/Bahia**: estudo de caso do período de 2013 a 2017. 142 p. il. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente estudo de caso discute a implementação de políticas públicas para a cultura na cidade de Salvador, Bahia, no contexto da gestão municipal do período de 2013 a 2017, com o intuito de analisar a relação entre cultura e promoção do desenvolvimento. Mais especificamente, discute-se como a referida gestão lidou com a promoção cultural do desenvolvimento, à luz das políticas públicas nacional, estadual e municipal, considerando os vínculos entre a gestão cultural e a promoção do desenvolvimento, identificando a natureza das relações do fomento público municipal às manifestações culturais e o circuito econômico-cultural da cidade de Salvador. É um estudo de cunho fenomenológico, que utilizou entrevistas e revisão documental e de literatura. Conclui-se através do estudo, que há uma política cultural em formação, assentada basicamente na indústria do entretenimento, e na utilização de equipamentos públicos, como polos de dinamização cultural da Cidade.

Palavras-Chave: Políticas públicas de cultura. Políticas Culturais. Gestão pública municipal de Salvador. Economia da Cultura. Cultura e Desenvolvimento.

RODRIGUEZ, Francisco Javier Alfaya. **The use of culture in the development project in the municipal management of the city of Salvador / Bahia**: a case study from the period of 2013 to 2017. 142 p. il. Dissertation (Master in Culture and Society) - Federal University of Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The present case study discusses the implementation of public policies for culture in the city of Salvador, Bahia, in the context of municipal management from the period 2013 to 2017, in order to analyze the relationship between culture and development promotion. More specifically, it is discussed how this management dealt with the cultural promotion of development, in the light of national, state and municipal public policies, considering the links between cultural management and the promotion of development, identifying the nature of public promotion relations the cultural manifestations and the economic-cultural circuit of the city of Salvador. It is a phenomenological study, which used interviews and documentary and literature review. It is concluded through the study, that there is a cultural policy in format, based basically on the entertainment industry, and in the use of public equipment, as poles of cultural dynamization of the City.

Keywords: Public policies of culture. Cultural Policies. Municipal public management of Salvador. Economy of Culture. Culture and Development.

LISTAS DE ABREVIATURAS

ABAV- Associação Brasileira de Agencias de Viagens

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

FGM – Fundação Gregório de Matos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC- Ministério da Educação

MinC - Ministério da Cultura

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMS – Plano Municipal de Cultura de Salvador

PNC- Plano Nacional de Cultura

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SALTUR – Empresa Municipal de Turismo de Salvador

SECULT – Secretaria de Cultura e Turismo

SNC- Sistema Municipal de Cultura

SNC- Sistema Nacional de Cultura da Bahia

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
1 Das concepções de cultura e das políticas públicas	17
1.1. Comentários sobre Políticas Públicas de Cultura – Brasil 2003-2017	29
1.2. A atuação do MinC e a implementação das políticas públicas nacionais	32
1.3. A atuação do Estado na articulação para o incremento de Políticas Públicas de Cultura	37
1.4. A Política Nacional de Cultura	43
1.4.1 O Sistema Nacional de Cultura	43
1.4.2. O Plano Nacional de Cultura	49
1.5. O Sistema Estadual de Cultura da Bahia	54
1.5.1. O Plano Estadual de Cultura da Bahia	58
1.6. O Sistema Municipal de Cultura de Salvador	61
CAPÍTULO 2	
2. Cultura e Desenvolvimento	70
2.1 A economia da cultura e as políticas para o desenvolvimento	70
2.2. A economia criativa	73
CAPÍTULO 3	
3. Um olhar sobre as políticas públicas para a Cultura em Salvador: 2013-2017	85
3.1. A gestão Municipal de Cultura de Salvador: 2013-2017	88
3.1.1. Articulações entre Cultura e Turismo	89
3.1.2. Do financiamento da cultura	95
3.1.3. Os equipamentos públicos, o patrimônio e a cidadania cultural	98
3.2. Gestão cultural e educacional: vínculos (in) existentes	103
3.3. Extrapolações temáticas sobre a cultura e as cidades:	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa coloca em perspectiva de análise, a implementação de políticas públicas para a cultura, na cidade de Salvador, Bahia, no contexto da gestão municipal do período compreendido entre 2013 e 2017, mandato exercido pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto¹, com o intuito de analisar a relação entre cultura e promoção do desenvolvimento, à luz dos debates contemporâneos sobre a economia criativa. Mais especificamente, discute-se como esta gestão lidou com a promoção cultural, e sua relação com o modelo de desenvolvimento, face às legislações nacional e estadual de Cultura (MinC/SECULT) na Bahia, por um lado, considerando os vínculos entre a gestão cultural e o desenvolvimento, por seus impactos simbólicos e sociais e, por outro, analisando a política municipal no período considerado, identificando a natureza das relações do fomento público municipal, e o circuito econômico-cultural da cidade de Salvador.

A temática da cultura e seus processos tem sido objeto de crescente interesse no ambiente político nacional, na imprensa e entre estudiosos do tema. É igualmente objeto de grande polêmica, como comprovam os acontecimentos ocorridos durante o ano de 2016, quando o governo federal promoveu a extinção do Ministério da Cultura (MinC), criado em 1985, através de sua incorporação ao Ministério da Educação (MEC), sobre a argumentação de redução de gastos, e da promoção efetiva de uma maior articulação entre cultura e educação.

O inesperado retrocesso da política cultural nacional, através da extinção do MinC, gerou intensa manifestação da classe artística, e a efetiva incorporação desse coletivo de artistas e produtores culturais, no processo político nacional, ampliando a participação de diferentes expressões artísticas e suas representações, no debate nacional sobre política cultural e gestão pública.

A mobilização nacional — dos segmentos vinculados à cultura, dos grupos de caráter comunitário, das culturas tradicionais e populares, aos mais profissionais — em todo o

¹ A partir daqui usaremos a designação ACM Neto como é conhecido o prefeito de Salvador.

país, fez com que o governo revertesse a decisão e, através de uma medida provisória, recriasse o MinC.

A momentânea extinção do Ministério da Cultura gerou um inusitado movimento de contestação nacional, fato que não se reproduziu em relação às outras oito pastas do governo federal, também extintas à época. Essa ampla mobilização repercutiu nos âmbitos regional e local.

Em 2016, vive-se também, o contexto das eleições municipais, o que promoveu mudanças e realinhamentos em relação ao governo federal. A Cidade de Salvador teve a retomada do governo do Prefeito ACM Neto, que em seu segundo mandato, reformulou a pasta da cultura, criando a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, (SECTUR) antes denominada de Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (2012-2015).

No âmbito da Cidade de Salvador, as práticas culturais locais, tradicionais e populares, estão frequentemente em evidência, pois são a marca da história da própria cidade, dada a importância do calendário de festas populares e religiosas, das atividades pré-carnavalescas e do próprio carnaval, ao qual deve-se acrescentar o calendário junino já consolidado, e as festas de virada do ano.

Neste sentido, podemos afirmar que a capital baiana é marcada por diferentes manifestações culturais ligadas às tradições, às festas populares, e igualmente, ao patrimônio arquitetônico e urbanístico. A essas características próprias da cultura local, deve-se agregar uma atividade artística e intelectual, oriunda do meio universitário e profissional que alcançou projeção nacional e no exterior, notadamente na música, cinema, teatro, literatura e dança.

Entender os fluxos das práticas públicas para a cultura, bem como identificar as concepções de cultura, como promotora de desenvolvimento, no contexto de uma gestão municipal, revelou ser uma demanda importante para a implementação de políticas públicas de cultura.

Na atualidade a atividade cultural, *lato sensu*, tem relação com várias áreas da atividade econômica, desde o lazer e divertimento, passando pela atividade turística, a indústria audiovisual, as comunicações, e as festas como expressão não mercantilizada dos cidadãos e cidadãs, sendo efetivada por um sem número de grupos, coletivos, organizações sociais e entidades representativas.

Visando a contribuir com esse intento, busco desenvolver esta pesquisa sobre a implementação de políticas públicas para a Cultura na Cidade de Salvador, Bahia, no contexto da gestão municipal do Prefeito ACM Neto (2013-2017).

Em que pese a complexidade existente na relação entre cultura e política, e a política como uma vertente promotora de cultura, é necessário o enfrentamento de tais meandros. Antônio Albino Canelas Rubim, na introdução do livro *Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil* (2013), aponta para esta complexidade, mas também para o significativo fato de que “[...] no mundo, as lutas e as revoluções acontecidas demonstravam as vitais conexões entre cultura e política” (p.8), e o faz mencionando os acontecimentos e avanços político-culturais ocorridos em torno da revolução russa, da revolução cultural chinesa, e das relações entre a “esquerda”, a política e a cultura no Brasil, contemporâneo:

[...] Os comunistas brasileiros tiveram forte presença no campo cultural, retratados em diversos estudos (...). Momentos criativos como a década de 1930, como sua literatura e pintura sociais, e os anos 1950/1960, como arquitetura moderna, cinema novo, teatro político, movimentos musicais e novas modalidades de pensamento, conviveram com circunstâncias autoritárias e dogmáticas como o realismo socialista do final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Socialistas, marxistas, comunistas dissidentes, trabalhistas e católicos de esquerda tiveram participação ativa como autores em obras e momentos significativos da cultura brasileira (Rubim, 2016, p.9)

A gestão pública da política cultural no Brasil tem um divisor de águas importante, a partir da posse, no MinC, em 2003, do Ministro Gilberto Gil. Em seu discurso de posse, que é um manifesto conceitual e político sobre cultura, são lançadas novas luzes sobre o papel da cultura em um projeto de nação, sobre a função simbólica da cultura, e suas contribuições para o desenvolvimento.

Adoto, para este estudo, o conceito de cultura desenvolvido a partir da antropologia, que se amplia ao considerar as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura. Ao fazer tal opção, defino os limites e recortes da abordagem sobre a cultura, uma vez que se tomássemos o conceito de cultura como toda prática humana diferenciada do resto da natureza, faria com que o nível de generalização atingido, tornasse impossível a adoção de parâmetros orientadores práticos de qualquer ação organizadora, tal qual deve ser a gestão pública e/ou institucional, que objetive estruturar as áreas da criação intelectual e simbólica.

Portanto, cultura será abordada como sendo o conjunto de práticas no terreno da produção simbólica, envolvendo os fenômenos das tradições, dos costumes, dos comportamentos, da produção estética, dos valores morais, do reconhecimento de identidades, da criação artística, e do conhecimento técnico-científico.

[...] Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunta de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos (Gil, 2013, p.230).

Todo esse processo dinâmico constitui um jogo de definições, de identidades e interesses coletivos, de grupos, de classes sociais, de nações ou conjunto de nações, formatando não só um fluxo de afirmação e continuidade, mas também de rupturas, negações, transformações e revoluções. A cultura é um universo social onde se dá uma permanente disputa.

Diante dos amplos e significativos impactos das políticas e da gestão pública sobre a cultura, a partir da gestão cultural realizada pelo Estado, em nível federal, estadual e municipal, e da necessidade de aprofundarmos os estudos que correlacionam as relações entre desenvolvimento e cultura, especialmente, nas cidades com forte tendência a valorizar as manifestações culturais, como forma de incremento econômico e de impulso à inclusão social, questiono nesta pesquisa, em que medida é possível identificar a correlação estabelecida entre a gestão cultural, e as perspectivas de desenvolvimento, na gestão cultural da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

Em face desta problemática relação estabelecida entre os conceitos de desenvolvimento e de cultura, especialmente, no que concerne à gestão pública, o presente estudo tem os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar a relação entre cultura e promoção do desenvolvimento na gestão municipal de Salvador.

Objetivos específicos:

- Analisar a gestão da cultura no âmbito do governo municipal da cidade de Salvador/Bahia, no período de 2013-2017, e sua abordagem em relação à promoção do desenvolvimento, à luz do Plano Nacional de Cultura (MinC) e Plano Estadual de Cultura da Bahia.
- Identificar a existência ou não de vínculos entre a gestão cultural e a gestão educacional, e impactos pedagógicos na gestão da Cidade de Salvador entre 2013-2017;
- Identificar as práticas de fomento público municipal às manifestações culturais, e o circuito econômico da cidade de Salvador.

Para a elaboração deste estudo, opto pela realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho fenomenológico (Husserl, 2006), tendo como base o orientado por Minayo (1993) sobre uma abordagem dialética na pesquisa, uma vez que “pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo, e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (p.24-25). Utilizarei como método, o *Estudo de Caso*, enfocando a gestão cultural do município de Salvador, no período de 2013-2017. Para Marli André (1984):

[...] o conhecimento derivado do estudo de caso é mais concreto, mais contextual e mais sujeito à interpretação do leitor do que o conhecimento gerado em outros tipos de pesquisa (...) os estudos de caso devem ser elaborados de modo a permitir interpretações alternativas e generalizações naturalísticas (ANDRÉ, 1984, p. 54)

O presente estudo concentrará informações advindas dos/as gestores/as municipais, de modo a prospectarmos as concepções de políticas públicas para a cultura, postas em prática pela gestão municipal em Salvador, na sua relação com desenvolvimento. No exame das dinâmicas e influentes interações da atmosfera cultural com a gestão local, o

presente estudo manejará um conjunto de informações qualitativas colhidas dos então gestores(as) em Salvador, entre 2013-2017, suas concepções e as de seu ambiente institucional, sobre políticas públicas para a cultura e de suas relações com o desenvolvimento. Vislumbra-se verificar o alinhamento da gestão da cultura no âmbito municipal, no período de 2013 a 2017, com os princípios do Plano Municipal de Cultura, a abordagem administrativa sobre a cultura, e a associação entre cultura e educação nas ações da gestão municipal no referido período

Em função deste enfoque, os seguintes agentes públicos comporão a amostragem da pesquisa: o titular da primeira Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (2013-2015), Secretários de Cultura e Turismo (SECULT), titular da Fundação Gregório de Mattos, e presidente da Empresa Municipal de Turismo SALTUR, primeiro presidente do Conselho Municipal de Cultura, além do Presidente da Associação Baiana de Agências de Viagens.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados: a) entrevista individual semiestruturada b) análise documental (sites oficiais, revistas e jornais), c) revisão de literatura sobre a temática em questão, d) documentação legislativa, projetos de lei e informativos da Prefeitura Municipal de Salvador.

Neste cenário, importante considerar, segundo Freitas (2003), que:

[...] O pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa porque, sendo parte integrante da investigação, sua compreensão se constrói a partir lugar sócio histórico no qual se situa e depende das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa (FREITAS, 2003, p23).

Neste estudo, optamos por um amplo arco conceitual, entre os quais destacamos os conceitos antropológicos (Eagleton, Canclini, Chauí, Ortiz), a *Teoria dos Estudos Culturais* (Willians, Thompson e Hall), especialmente no que se refere à necessária abordagem multidisciplinar para proceder as análises, e a construção do entendimento, no contexto de uma pesquisa sob a égide da ética acadêmica e do rigor científico (Macedo, Gallefi, Pimentel, 2009).

Como parte do *estudo de caso* da política cultural no município de Salvador durante a gestão 2013-2017, fez-se a da análise de discurso dos gestores, na sua relação com o conteúdo da legislação atinente aos temas da pesquisa,

Estas compreensões parciais, internas no curso da compreensão das estruturas externas mais abrangentes, são mediadas por um arcabouço teórico-metodológico, do qual cabe apontar sua análise, a partir de campos conceituais constitutivos da revisão de literatura, em especial do “estado da arte” dos estudos culturais (*cultural studies*), dos quais R. Williams, R. Hoggart e E. Thompson destacam-se como seus fundadores (MORAES, 2018; CARVALHO, 2017; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017; WILLIAMS, 1973, 1993, 1979, 2007; 1989; HOGGART, 1973; THOMPSON, 1987; HALL, 2006).

Por fim, cabe frisar que, em função da minha experiência histórica, e da condição política na qual me inscrevo e atuo, torno-me também parte da pesquisa. É deste lugar sóciohistórico vivenciado, investigado e dialógico, no qual como sujeito imerso e emergente da realidade estudada, no qual serão empregados os conceitos e teorias, em abordagem uma multidisciplinar e complexa. (MACEDO, GALLEFI, PIMENTEL, 2009).

A dissertação contém três capítulos assim definidos: No primeiro capítulo é abordada a concepção de cultura e as políticas culturais, com enfoque especial para as Políticas Públicas de Cultura – Brasil de 2003-2016, a atuação do Estado na articulação para incremento das políticas públicas de Cultura, e o Plano Nacional de Cultura, nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

O segundo capítulo traz um debate sobre Cultura e desenvolvimento, a economia da cultura, a economia criativa, e as interfaces entre cultura e desenvolvimento, conceituando-o para além do crescimento econômico.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, com um olhar sobre as políticas públicas para a cultura em Salvador, a administração cultural de Salvador: percurso histórico, a gestão cultural e educacional vínculos (in)existentes, eventos culturais e o financiamento público, o fomento às manifestações culturais e o circuito econômico de Salvador, e a promoção do desenvolvimento e cultura: uma análise sobre a gestão de Salvador 2013-2017.

Nas considerações finais serão apresentadas as conclusões à luz do cotejo da revisão de literatura, e dos achados da pesquisa de campo.

CAPÍTULO I

1. DAS CONCEPÇÕES DE CULTURA E AS POLÍTICAS CULTURAIS

A temática da cultura e seus processos têm sido objeto de crescente interesse no ambiente político nacional, na imprensa e entre estudiosos do tema. O próprio conceito de cultura tem sofrido constantes revisões, cabendo no momento assinalar que, entre elas, serão discutidas as capazes de oferecer parâmetros orientadores do poder executivo na gestão pública e/ou institucional e/ou da criação intelectual e simbólica, vez que se fosse adotado um conceito excessivamente amplo de cultura, como toda ação humana diferenciada do resto da natureza, o nível de generalização atingido, tornaria impossíveis os processos de diferenciação e a gestão.

Na atualidade, a atividade cultural, *lato sensu*, tem relação com várias áreas da atividade econômica, desde o lazer e divertimento às comunicações, expressões não mercantilizadas da cidadania, festejos populares/tradicionais, passando pela atividade turística e pela indústria audiovisual, efetivadas todas elas por um sem-número de grupos, coletivos, empresas, organizações sociais e entidades representativas.

Entender os fluxos das práticas públicas para a cultura, bem como identificar as concepções de cultura, como promotora de desenvolvimento, no contexto de uma gestão municipal, revelou ser uma demanda importante para a implementação de políticas públicas de cultura, dada a complexidade existente na relação entre cultura e política, e na política como uma vertente promotora de cultura. (VILUTIS, 2013).

Indicadores macroanalíticos desenvolvidos por entidades como IBGE, MinC, UNESCO, relativos à cultura e desenvolvimento, serão revistos em sua aplicabilidade à realidade cultural soteropolitana em suas particularidades. Os índices com os quais há que se lidar nos debates relativos às relações entre a cultura e o desenvolvimento são relativamente novos, e ainda estão em sedimentação. O próprio MinC foi criado em 1985. O aparato

metodológico em termos de indicadores de que se dispõe, na forma de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, sob a responsabilidade técnica da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 2007 (IBGE, 2007). O aporte do Manual Metodológico da UNESCO data de 2014, e é macroanalítico, exigindo adaptações regionais e locais e interpretações cautelosas (UNESCO, 2014). Assim, a chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, Lia Calabre (2011) defende:

[...] é necessário ressaltar o cuidado necessário para a utilização de indicadores na análise e avaliação das conjunturas diversas. [...]. No caso da cultura, avaliar a existência ou não de equipamentos culturais não significa mensurar a dinâmica cultural de uma região. Não podemos falar da inexistência de cultura ou na pobreza cultural de uma determinada região pelo fato de que nela não existam salas de cinema, de teatro ou mesmo bibliotecas. Nesse caso o que se está aferindo é o índice de acesso e um determinado tipo de prática cultural. É necessário muito cuidado com a especificação exata do que se pretende medir a partir da elaboração de indicadores culturais. (CALABRE, 2011, p. 83).

Renato Ortiz (2007) interveio no debate sobre desenvolvimento e as questões culturais, e os tantos conflitos com as quais se deve manejar:

Tenho às vezes a impressão de que muitos documentos sobre cultura tendem, de alguma maneira, a diluir os conflitos. Eles partem de afirmações genéricas, sem circunscrevê-las, porém à realidade nada harmônica que as envolve: melhorar as condições das mulheres e dos adolescentes (sem dizer quem são essas mulheres e esses adolescentes, em que mundo vivem, que tradições possuem), trabalhar pelo desenvolvimento sustentável (sem definir o que seria sustentável), promover meios para “vivermos juntos” (esquecendo-se as barreiras de classe, gênero, etnias). Dito de outra forma, o termo desenvolvimento encobre realidades distintas e às vezes excludentes; da produção de bens culturais para o mercado global à defesa dos direitos humanos, como se entre tais objetivos existisse uma harmonia indiscutível. (ORTIS, 2007, p. 7).

Considerando que “os dados que mostram o impacto da cultura no desenvolvimento econômico ainda não respondem a metodologias uniformes e têm numerosas lacunas” (UNESCO, 2014, p. 7), criaram-se os Indicadores Culturais da UNESCO para o Desenvolvimento (IUDC), para demonstrar o papel da cultura nos processos de desenvolvimento sustentável. Os IUDC são 22, abrangendo sete dimensões (economia, educação, governança, participação social, igualdade de gênero, comunicação e patrimônio). Um Manual Metodológico de construção de cada um deles, passo a passo, foi disponibilizado, de forma à: 1) serem úteis para a maximização do impacto das

políticas culturais, fornecendo “instruções detalhadas para coletar e processar dados, desenvolver indicadores e interpretá-los de acordo com o contexto nacional” ((UNESCO, 2014, p. 4) e 2) a “criar capacidade estatística e impulsionar o diálogo interinstitucional sobre cultura e desenvolvimento”. Assim, mais que compilar dados brutos e oferecer indicadores desenvolvidos, explica como os vincular ao contexto nacional e local. Tal aporte é valioso para países com notável diversidade cultural interna, pois “cada realidade local tem sua especificidade objetiva e cultural, e sua compreensão demanda um sistema de indicadores também específico” (SIQUEIRA, 2011, p.87-88):

Num país com a nossa diversidade, informações agregadas nacionalmente são fundamentais [...] na discussão sobre o papel que o setor da cultura representa frente a outros dentro do contexto [...], porém contribuem pouco, por exemplo, no sentido da criação de indicadores que monitorem e subsidiem a elaboração de políticas setoriais e locais que devem ser aplicadas levando em conta as peculiaridades regionais. (CALABRE, 2011, p. 79).

Por fim, estas peculiaridades não são variáveis fixas, são vivas e exigem indicadores móveis. Não podem ser tratadas sequer como entes concretos, contáveis, isoláveis, e com sentidos fixos.

Notadamente no campo da cultura, os indicadores se baseiam na identificação de variáveis, que como o próprio termo revela, variam no tempo e no espaço. Na medida em que os indicadores se remetam a aspectos intangíveis (consciência social, autoestima, comportamentos etc.) isso se torna ainda mais importante. Estes constituem dimensões complexas da realidade em questão, representam processos não lineares ou progressivos e, portanto, demandam um tratamento holístico correspondente. (SIQUEIRA, 2011, p. 87).

O ponto teórico de partida neste debate é a contribuição do pensador britânico Raymond Williams (1921-1988) para a fundação da teoria cultural contemporânea, e seus desdobramentos até a atualidade.

Afastada dos mecanicismos de reducionismos frequentemente observados nos manejadores esquemáticos do materialismo histórico e dialético, segundo os quais a superestrutura e a base manteriam uma relação de reflexividade, sem as adequadas mediações e pouco específica, a contribuição de Williams, situa-se como uma teoria das especificidades da produção material da cultura e literatura, que sublinha as

representações culturais vivas, reais, cheias de uma experiência rica, significativa e específica.

Para estudar as relações de forma adequada devemos estudá-las ativamente, vendo todas as atividades como formas particulares e contemporâneas de energia humana. Se tomarmos qualquer uma dessas atividades, podemos ver o quanto das outras se encontra refletido nela, de várias maneiras, de acordo com a natureza da organização global. (WILLIAMS, 2001, p. 61-62).

Das atuações conjuntas com Richard Hoggart na *Workers' Educational Association* (WEA) surgiu a parceria nesta concepção que pressupõe três esferas de percepções (CEVASCO, 2001; 2003):

1. A da experiência objetiva das vivências, adquirindo relevo os “mapas de sentido” que informam as práticas culturais de certos grupos ou sociedades;
2. A das criações formais de tais práticas em produtos/processos “simbólicos”;
3. A das estruturas socioeconômicas mais amplas que condicionam esses produtos, “momento que exige lidar com a história específica dessas estruturas”.

O ensaísta inglês Terry Eagleton (2005), ressalta a capacidade singular de o termo “cultura” albergar ideias distintas, por vezes opostas, mas por isto mesmo capaz de apreender as relações sociais mais complexas e contraditórias, uma elaboração conceitual pioneira de R. Williams, cujas origens remontam ao seu *The Long Revolution* que, por sua vez, retoma proposições dialéticas já presentes em seu *Culture and Society*, que remete-se à cultura como campo de “relações entre elementos em um modo de vida global” (WILLIAMS, 2001).

Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e os novos significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos por meio deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida — os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado — os processos especiais de descoberta e esforço criativo (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p. 52-53).

As concepções de Williams foram por vezes recebidas com reservas, por ensejarem interpretações onde a cultura seria, sem justificação, uma esfera mais influente que as demais, ou mais independente do que os estudos da história permitiriam inferir, mas esta é também uma das críticas que o autor fez a certos ideólogos (AZEVEDO, 2017). De fato, o conjunto da obra de Williams não nega a premissa do materialismo histórico, de que para produzir cultura o homem precisa, primeiro, gerar a produção material e as trocas materiais; nem que o inverso não é simetricamente verdadeiro; enfatizou sim, que todo modo de produção é também eivado, em vários sentidos, por um vasto conjunto de relações simbólicas, que definem em parte o que se entende por cultura.

Assim, o conceito de cultura é um campo movente. Diferentes concepções coexistem, sobrelevando distintos aspectos, variando desde as concepções clássicas (universalista francesa e particularista alemã), de cultura como todo fazer humano, da soma de saberes acumulados, do desenvolvimento das faculdades humanas, da civilidade, às concepções contemporâneas que a inserem no contexto da pluralidade, da transversalidade, da cidadania, da era tecnológica e da diversidade, uma aceção forte da cultura ou, tal para A. Gramsci, como “concepção do mundo” (LIGOURI; VOZA, 2017).

Foi certamente um erro supor que valores ou obras de arte poderiam ser adequadamente estudados sem referência à sociedade particular dentro da qual eles foram expressos, mas é igualmente um erro supor que a explicação social é determinante, ou que os valores e obras são meros subprodutos. (WILLIAMS, 2001, p. 61):

Para este estudo, assumo que cultura é todo fazer humano de cada sujeito cultural, individual e/ou coletivamente realizado, e que pode promover desenvolvimento humano. Esta concepção se aproxima do que é defendido por Néstor Garcia Canclini “como parte de la socialización de las clases y los grupos en la formación de las concepciones políticas y en el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo” (CANCLINI, 1987, p. 25).

A esta altura, cabe recobrar a contribuição de Edward Thompson que, com Hoggart, é considerado cofundador da corrente dos “estudos culturais”, em estreita colaboração intelectual com R. Williams. Para Thompson, a atual “sociedade capitalista foi fundada sobre formas de exploração que são ao mesmo tempo econômicas, morais e culturais”, especialmente na sistêmica (e regional/local) “alienação do trabalhador das faculdades

intelectuais que não são necessárias para seu papel de produtor” (THOMPSON apud CEVASCO, 2003, p. 100).

A utilização ideológica da cultura e da ciência, muitas vezes, leva à “neutralização” dos efeitos educativos e políticos do desenvolvimento cultural e à “justificativa” do poder político por meio de teorias domesticadas que, por isso, podem ser definidas como “ideologias”. (MONASTA, 2010, p. 12).

Um dos revisores deste conceito, a serem discutidos nesta pesquisa, é Celso Furtado, que distinguiu-se “de outros estruturalistas por seu estudo sistemático do elo entre cultura e desenvolvimento” (RODRÍGUEZ, 2009). Como Ministro da Cultura, Furtado nos legou uma perspectiva analítica, dialética, que preconizava o desenvolvimento para a cultura, e a cultura como elemento de desenvolvimento.

Indissolúveis conceitos para si, ambas as coisas codeterminam-se, embora de forma não-linear. A teoria, os meios de difusão das ideias e trocas simbólicas (escola, teatro, indústria, cinema, TV, rádio), os equipamentos necessários, o próprio dinamismo do progresso técnico, veem diretamente associados. Mais que isto, vê todos estes subsistemas como parte do organismo social vivo e em mutação. Compreendendo o papel das políticas públicas como exercício do poder de transformar realidades, opera como um antirreducionista cultural, que frisa que a definição de desenvolvimento defendida por Furtado não se limita ao seu aspecto econômico, ao contrário, implica em uma totalidade sistêmica composta pelos elementos que compõem a cultura de uma sociedade. (RODRÍGUEZ, 2007, p. 6).

No presente estudo, trata-se de discutir a articulação entre a cultura, e as políticas públicas para a cultura, como a define Canclini:

El conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 1987, p. 26)

Em consonância, no Brasil, o Ministério da Cultura, sob a gestão de Gilberto Gil, ampliou o seu arcabouço conceitual, como elemento de liberdade, vinculado às trocas de bens simbólicos.

A cultura como direito, e cidadania é o que impulsiona e que permite que falemos em políticas – PÚBLICAS – de cultura. Políticas onde o foco não são os produtos culturais – a antiga clientela exclusiva do ministério – mas de toda a sociedade brasileira em seu direito à cultura (GIL; FERREIRA, 2013, p. 37).

É necessário discutir a efetividade dessa concepção e de suas estratégias, para assim avaliar a ação da administração pública, como promotora de uma “cidadania cultural”. Não se trata, de modo algum, de uma simples oferta de bens culturais, decidida unilateralmente:

[...] O direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso quanto à produção de cultura pelos cidadãos. Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela ideia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ, 2008, p. 83).

Estas não são preocupações locais nem mesmo nacionais típicas, mas internacionais. A produção e o comércio globais, vistos sob qualquer perspectiva, têm impacto sobre a produção, e a circulação de bens simbólicos locais, com as necessárias mediações, envolvendo a sociedade civil e os governos, o setor privado e as instituições culturais. Questões como diversidade e liberdade culturais, desenvolvimento para a cultura e pela cultura, direitos culturais universais e específicos, são temas candentes, presentes em quase todas as sociedades pelo mundo.

Assim, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) - entre outros organismos multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 2004, emitiu seu Relatório do Desenvolvimento

Humano com o tema “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado” - vem firmando ao menos seis marcos teóricos ao debate atual (UNESCO,1966, 1982, 1995a, 1995b, 1997, 1998a, 1998b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005a, 2005b, 2014):

1) a Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, que buscava a cooperação pacífica entre os Estados para o progresso da humanidade; 2) o Mondiacult, que reconheceu a identidade e o patrimônio cultural; 3) o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Nossa Diversidade Criadora, que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento das políticas culturais; 4) a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que demonstrou a importância do diálogo intercultural como um instrumento para a convivência pacífica entre culturas no mundo globalizado; 5) a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural - Declaração de Guadalajara, que reafirmou o vínculo entre cultura e desenvolvimento, e finalmente; 6) a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que consolidou, juridicamente, os vários instrumentos que a UNESCO possui na esfera da diversidade. (HAAS, 2009).

Desde o ciclo iniciado em 2003, no primeiro governo do Presidente Lula, tem havido um intenso debate em diferentes setores da gestão pública, em diálogo com as comunidades, sobre como desenvolver a cultura no Brasil, com a manifesta intenção de enfrentar conceitos arcaicos e limitantes na própria gestão, assim como, a possível lentidão do setor público, e a indiferença do setor privado na interlocução democrática com os/as representantes das culturais locais, tradicionais e populares.

Uma situação objetiva de injustiça já tradicional é a enorme diferença de remuneração e distribuição das rendas – fruto da circulação mercantil e cultural altamente concentrada quanto à sua gerência – e a relação com boa parte dos/as criadores/as populares e trabalhadores/as anônimos/as, obrigados/as a viver dos bastidores da logística de eventos e processos culturais comerciais.

Certos circuitos culturais, por não estarem vinculados à produção espontânea, ficam inacessíveis para a maioria das populações de áreas populares, dificultando, assim, a aproximação de criadores/as que, podendo atuar de maneira articulada, seriam uma fonte permanente de novas criações artísticas, e de valores culturais. Há muita distância e certas aproximações, entre a cultura produzida nos círculos “eruditos”, ou em certos setores da indústria cultural, como a literatura), e os segmentos populares e seus criadores.

Esse distanciamento se dá entre a produção artística das universidades, dos centros culturais privados ou atividades como mostras, festivais e exposições que, mesmo sendo abertas ao público, são frequentados, nem sempre em grande escala, por um público de “iniciados” nos circuitos, comumente definidos como mais intelectualizados.

Observadores como F. Jameson (1994) descrevem com vários graus de detalhismo o

[...] modo pelo qual, sob o capitalismo, as formas tradicionais mais antigas da atividade humana são instrumentalmente reorganizadas ou ‘taylorizadas’, analiticamente fragmentadas e reconstruídas, segundo vários modelos racionais de eficiência e essencialmente reestruturadas com base em uma diferenciação entre meios e fins. [...]. A força da aplicação dessa ideia a obras de arte pode ser medida em contraste com a definição da arte na filosofia estética tradicional (em particular em Kant) como uma ‘finalidade sem um fim’, isto é, uma atividade orientada a uma meta que, não obstante, carece de propósito ou fim prático no ‘mundo real’ dos negócios, da política, ou da práxis humana concreta em geral.

A macroeconomia, a macropolítica, quanto às culturas, vertem-se em micropolíticas:

A análise micropolítica se situaria exatamente no cruzamento entre esses diferentes modos de apreensão de uma problemática. É claro que os modos não são apenas dois: sempre haverá uma multiplicidade, pois não existe uma subjetividade de um lado e, do outro, a realidade social material. Sempre haverá ‘n’ processos de subjetivação, que flutuam constantemente segundo os dados, segundo a composição dos agenciamentos, segundo os momentos que vão e vêm. E é nesses agenciamentos que convém apreciar o que são articulações entre os diferentes níveis de relação de forças [...]. A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 132-133).

Ingrid Haas (2009), ao adequar os métodos e conceitos aos contextos locais, sugere que “trata-se de uma reflexão sobre a multiculturalidade que deve ser respeitada e reconhecida com o objetivo de se alcançar o tão esperado desenvolvimento social, o qual só será possível diante do efetivo reconhecimento da dignidade da pessoa humana.” (p.09) E isto não é fácil, pois é universal, mas não massivo; exige que seja acessível em larga escala, mas não por um processo de produção cultural padronizado inespecífico.

Os campos do conhecimento e do patrimônio cultural, a vitalidade e efervescência da produção cultural, a arquitetura assinada e o cultivo de juízos estéticos particulares tornam-se poderosos elementos constitutivos do empreendedorismo em muitos lugares. Luta-se para

acumular marcas distintivas e capitais simbólicos coletivos em um mundo altamente competitivo. Mas isso traz em seu rastro todas as questões locais, a memória coletiva de quem, e a estética de quem devem ser priorizadas, em benefício de quem. (HARVEY, 2014, p. 197).

De fato, é a especificidade do direito cultural, que está na mira das políticas culturais.

Em 2005, a Unesco propôs a adoção da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, conhecida por Convenção da Diversidade. Seu texto reafirma as relações entre cultura e desenvolvimento procurando criar uma nova plataforma para a cooperação internacional. Um dos seus aspectos mais destacados é a reafirmação da soberania dos países para elaborar suas políticas culturais, tendo em vista a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, buscando criar condições para que as culturas floresçam e interajam com liberdade de uma forma que beneficie mutuamente as partes envolvidas. Depois de ratificada pelos países membros da Unesco a Convenção entra em vigor em março de 2007. (CALABRE, 2007, p. 11).

A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult) definiu cultura como sendo um:

[...] conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982)

Como já mencionado, também o PNUD foi claro quanto ao sentido atual das políticas culturais de natureza específica, considerando suas relações com o desenvolvimento:

Numa altura em que a noção de um “choque de culturas” global ressoa fortemente – e preocupantemente – por todo o mundo, encontrar respostas para as velhas questões sobre a melhor maneira de gerir e mitigar os conflitos acerca da língua, religião, cultura e etnicidade assumiu uma importância renovada. Para quem trabalha em desenvolvimento, esta não é uma questão abstrata. Para que o mundo atinja os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e acabe por erradicar a pobreza, tem que enfrentar primeiro, com êxito, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Não só porque fazê-lo com êxito é condição prévia para os países se concentrarem adequadamente noutras prioridades do crescimento económico, a saúde e a educação para todos os cidadãos. Mas também porque permitir às pessoas uma expressão cultural completa é um fim importante do desenvolvimento em si mesmo. (PNUD, 2004, p. v).

A esta altura os conceitos de cultura e desenvolvimento interpenetram-se, fundem-se.

No contexto do debate brasileiro sobre as relações entre estes dois campos conexos constitui um dos marcos teóricos a formulação de Celso Furtado, segundo a qual, em síntese, “a política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do enriquecimento cultural.” (FURTADO, 1984, p. 32). O teórico sublinhava a necessidade de um aprofundamento crítico dos conceitos de cultura e desenvolvimento, com atenção às diferentes lógicas que presidem as relações utilitário-capitalizadoras, e as culturais, ao apostar na riqueza cultural do povo para que o país encontrasse um caminho próprio e com investimentos, mas também entendia que “o potencial de geração de riquezas [...] pela cultura não pode ser compreendido e operacionalizado [...] sem que se tenha como referência uma visão da cultura enquanto [...] uma usina geradora de riquezas simbólicas” (MIGUEZ, 2009).

O debate sobre as opções do desenvolvimento exige hoje uma reflexão prévia sobre a cultura brasileira. Devemos começar por indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação. (FURTADO, 1984, p. 32).

Furtado inspirou a crítica ética do que hoje se entende pelo dinâmico conjunto de práticas no terreno da produção simbólica, envolvendo os fenômenos das tradições, dos costumes, dos comportamentos, da produção estética, dos valores morais, do reconhecimento de identidades, da criação artística, e do conhecimento técnico-científico. Crítica ética no sentido de garantir à cultura o direito de ser uma finalidade humana, não-útil. Não-útil no sentido de ser irredutível às metas utilitaristas da acumulação do capitalismo.

A gestão pública da política cultural no Brasil tem um divisor de águas importante, a partir da posse, no MinC, do Ministro Gilberto Gil. Em seu discurso de posse, que é um manifesto conceitual e política sobre cultura, são lançadas novas luzes sobre o papel da cultura em um projeto de nação, sobre a função simbólica da cultura, e suas contribuições para o desenvolvimento.

Este processo dinâmico constitui um jogo de definições, identidades e interesses coletivos, de grupos, de classes sociais, de nações e mesmo um conjunto de nações, formatando não só um fluxo de afirmação e continuidade, mas também de rupturas,

negações, transformações e revoluções. A cultura é um universo social em permanente disputa.

Antonio Rubim (2013) sublinha que “[...] no mundo, as lutas e as revoluções acontecidas demonstravam as vitais conexões entre cultura e política” (p.8) e não apenas nas grandes comoções históricas da revolução russa e revolução cultural chinesa, mas nas relações entre a “esquerda”, a política e a cultura no Brasil, contemporâneo.

Neste sentido, fica explicado o interesse pelo pensamento de A. Gramsci, para quem, mesmo quando uma classe econômica já assumiu a posição social hegemônica diante das demais classes sociais, isto não é apenas um fato político ou econômico nos sentidos estritos do termo, pois, pelo contrário, a “hegemonia como ‘direção cultural e moral’ da sociedade e do Estado desempenha sempre uma dimensão cultural” (LIGOURI; VOZA, 2017, p. 172):

Na condição moderna, argumenta Gramsci, uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico (BOTTOMORE, 2001).

A presente discussão, portanto, deriva de preocupações conceituais que se desdobram institucionalmente nas esferas políticas, jurídicas, da economia e poder.

1.1 COMENTÁRIOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA – BRASIL DE 2003-2017

A implementação de políticas culturais, anunciadas como de renovação conceitual, pelo Ministério de Cultura (MinC), a partir do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), trouxe mudanças substanciais nos programas, na estruturação do aparato estatal relativo à política cultural, e nas linhas de ação do ministério, provocando alterações com profundidade no setor.

Os dirigentes do MinC, e todo o entorno político e intelectual que os apoiava, defendiam a política cultural como peça estratégica nos planos de governo, e com a intenção de se transformarem em elementos permanentes de uma política de estado.

Assim sendo, a área cultural, historicamente secundária, tornou-se um dos setores da administração que mais mudanças sofreram, estabelecendo novos padrões de gestão, e promovendo novas leituras acerca de sua importância na sociedade. Pode-se afirmar que ganhou projeção e visibilidade qualitativamente diferenciada.

A despeito da descontinuidade e descaminhos na gestão das políticas, muitas vezes inovadoras, as mudanças inseridas pela gestão do MinC, a partir de 2003, na gestão do Ministro Gilberto Gil, constituíram uma alteração da abordagem adotada, que passou a imprimir maior e mais expressivo protagonismo no cenário institucional. Podemos citar como exemplo das novas estratégias: as alterações na Lei de Incentivo à Cultura; ao Programa Cultura Viva e a implementação dos “Pontos de Cultura”; a nova abrangência dada aos editais inserindo segmentos sociais não contemplados anteriormente, dando destaque a elementos identitários como as culturas indígenas, afro-brasileira e gênero, além da ousada política de incentivo ao audiovisual, fruto da ação da ANCINE em parceria com o MinC; o estabelecimento de fóruns democráticos como as Conferências; a democratização e dinamização do Conselho Nacional de Políticas Culturais, com suas respectivas câmaras, dentre outras inovações relevantes para as práticas democráticas e republicanas, neste cenário de implementação de políticas públicas no campo da cultura.

Do mesmo modo, constituíram-se novas relações com organizações da sociedade civil, do chamado “terceiro setor”, com Organizações Não Governamentais (ONGs), instalando uma nova ênfase na articulação das políticas culturais no Brasil. O amplo setor da cultura passou a ser objeto de interesse na articulação institucional, e deu-se estímulo à participação de diversos segmentos, inaugurando uma dinâmica que já havia em outras áreas, como a educação, mas inexistia nas artes e no ativismo cultural.

Uma das ações mais arrojadas e desafiadoras, anunciadas no documento denominado “A imaginação a Serviço do Brasil”, programa proposto pelo candidato Lula, para a área da cultura, durante a campanha para a presidência da República, a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), nunca se efetivou como lei, reduzindo significativamente as possibilidades de consolidação dos avanços alcançados, embora tenha havido, posteriormente, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, de perspectiva decenal.

João Roberto Peixe (2016) defende que:

O modelo proposto significa uma profunda ruptura como o modelo tradicional de gestão cultural no Brasil, na medida que, a partir de um conceito amplo de cultura e da valorização da diversidade cultural, define o papel do Estado no campo da cultura, introduz o conceito sistêmico de gestão, o planejamento de médio e longo prazo, a democratização da gestão com a participação e o controle social, a descentralização das decisões e dos recursos, a integração e a colaboração federativa (PEIXE, 2016, p. 221)

Durante o período dos governos do presidente Lula (2003-2006/2007-2010) e da presidenta Dilma Roussef (2011-2014/2015-2016), ressalvado o conturbado cenário institucional que se instalou em 2015, houve um grande empenho para dotar o país de uma administração alternativa ao modelo neoliberal, fortemente implementado durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), quando a administração de boa parte dos recursos e equipamentos da cultura, efetivou-se através de convênios com Organizações Sociais (OS), que assumiam a responsabilidade de comandar instituições ou executar projetos através de convênios, cuja efetividade era muito variada, registrando desde exemplos de bons resultados, a casos de uso indevido dos fundos públicos, o que redundava na crescente diminuição das responsabilidades da gestão pública sobre a atividade cultural.

No esforço para ampliar o alcance dos programas que, pela primeira vez, foram apresentadas pelo governo federal, ostensivamente, como sendo políticas de cunho nacional, buscou-se o objetivo de assegurar uma abrangência geográfica que almejava atingir a totalidade do país, de modo a quebrar a altíssima concentração de ações em certos polos/cidades do sudeste do país, destacadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Márcio Meira, (2016):

Podemos destacar, também, a reforma administrativa promovida no Ministério em agosto de 2003, e complementada em abril de 2004. Dentre as várias mudanças ocorridas, criou-se uma nova e mais complexa estrutura de gestão, composta por secretarias de caráter político e transversal, como a Secretaria de Articulação Institucional (SAI); Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID); Secretaria de Políticas Culturais (SPC); a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), além do fortalecimento da Secretaria de Fomento, da Secretaria do Audiovisual e da Secretaria Executiva, esta tanto em relação à gestão quanto ao planejamento estratégico. Com essa reforma, que também agregou a ANCINE e reforçou as instituições vinculadas, o MinC tornou-se aparelhado adequadamente para operar de forma mais articulada a implantação de um novo modelo de gestão pública da cultura. (MEIRA, 2016, p. 28-29).

Nesse sentido, ganhou centralidade a inovadora articulação do governo federal, fruto da concepção de compartilhamento de responsabilidades, baseada na garantia de autonomia dos entes não governamentais, e das estruturas que compõem a federação, superando tradicionais práticas de condicionamento, pressão e alinhamento político-eleitoral, e/ ou de interesses diversos em relação às administrações de estados e municípios. Esse novo posicionamento tinha como propósito consolidar uma prática republicana, no esforço de colocar a cultura no mesmo patamar de outras políticas públicas, como a educação e a saúde.

As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste ministério, a política cultural do governo Lula, a partir desse momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos. (GIL, 2003, p. 231-232)

Entretanto, apesar do esforço dos dirigentes do MinC, além do empenho de parlamentares, e de largos setores no âmbito acadêmico, a administração cultural não saiu

da condição de inferioridade, em relação a outros setores do estado nacional, na destinação de recursos nas rubricas orçamentárias do governo. Ainda que tendo sido ampliado, o limite máximo alcançado quanto à execução orçamentária específica não passou de 1,2 % do orçamento federal, abaixo dos 2% reivindicados, e propostos nas conferências nacionais de cultura.

1.2. A ATUAÇÃO DO MINC E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Em 2016, o contexto das eleições municipais promoveu mudanças e realinhamentos em relação aos governos federal e estadual. O governo federal promoveu a extinção do Ministério da Cultura (MinC), criado em 1985, através de sua incorporação ao Ministério da Educação (MEC), com a argumentação da redução de gastos e da promoção efetiva de uma maior articulação entre cultura e educação. Esta fusão precisou ser revertida.

Recebida como um retrocesso inesperado da política cultural nacional, a extinção do MinC gerou intensa manifestação de artistas, produtores culturais e demais segmentos artísticos, que se incorporaram efetivamente no processo político nacional, intervindo no debate da política cultural e da gestão pública, particularmente por meio de expressões artísticas e representações multiculturais. Esta mobilização dos mais diversos segmentos vinculados à cultura articulou grupos de caráter comunitário e das culturas tradicionais e populares aos mais profissionais, em todo o país, e fez com que o governo revertesse a decisão e, através de medida provisória, o MinC foi recriado.

A momentânea extinção do Ministério da Cultura, no governo de Michel Temer, em 2016, gerou um inusitado movimento de contestação que repercutiu nos âmbitos locais, regionais e nacionais, reação sem paralelo em relação às outras oito pastas do governo federal, também extintas, à época.

No âmbito da reestruturação da máquina estatal, e da destinação dos recursos públicos, o modelo neoliberal e centralizador da administração pública não foi plenamente superado, pois não houve mudanças qualitativamente profundas na política financeira, com suas consequências sobre o orçamento. A manutenção deste cenário impediu grandes saltos no

incremento da cultura, pelos veios dos orçamentos nos três níveis da federação que envolve 5. 576 municípios, 26 (vinte e sete) estados e o Distrito Federal.

O orçamento da União continuou fortemente premido pela aplicação de um percentual que girava em torno de 45% a 48%, destinados ao pagamento da dívida pública.

Mesmo com forte restrição orçamentária, levou-se a cabo uma democratização real do que, tradicionalmente, chama-se de *política pública de cultura*, estipulando conceitos no ambiente político-administrativo que integram à ideia de “direito de acesso à cultura”, a noção de “direito à produção cultural”, como lido na Constituição Federal de 1988, uma linha de atuação na qual a política cultural devia se transformar em uma responsabilidade do Estado, para a garantia do exercício da cidadania, tão importante quanto a política educacional, a ciência, a tecnologia e as comunicações, só para mencionar âmbitos considerados mais próximos entre si.

[...] a relação do campo estatal com o campo cultural, inserido na sociedade civil, dá-se por meio das políticas governamentais de cultura, posto que, como defende Bourdieu, entre ambos – campo estatal/campo cultural ou, dito de outra forma. Estado/sociedade civil (mais especificamente intelectuais e artistas, ou seja, os agentes culturais), existe um *continuum*, une distribution continue de l'accès aux ressources collectives, publiques matérielles au symboliques, auxquelles on associe le nom d'État (Bourdieu, 2012, p.66). O controle de tal distribuição, como toda aquela que se dá no *socius*, fundamenta e ocasiona lutas permanentes no interior dos dois campos. (BARBALHO, 201, p. 17).

É frequente a comparação entre a pretensão de constituir-se um Sistema Nacional de Cultura (SNC), com o processo de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), e isso não é acidental. Para dar consistência a essas expectativas e formulações, é preciso lembrar que consumo e produção são partes de um conceito mais amplo de cidadania (CHAUÍ, 2008). A ideia de cidadania antes restrita ao direito de trabalhar, o respeito aos direitos humanos (definidos na Carta da ONU), à liberdade de expressão, de prática religiosa, etc., modificou-se. A noção de cidadania tornou-se mais rica e diversa, à medida que incorporou mais enfaticamente a noção de desenvolvimento e afirmação cultural.

Trata-se de tirar a política cultural, em sua articulação cidadã, do âmbito secundário, e colocá-la no corpo das linhas-mestras de planejamento do Estado, como parte orgânica

fundamental de um projeto de desenvolvimento abrangente, de dimensão nacional, não apenas de crescimento econômico, mas de um tipo de desenvolvimento global da cidadania, envolvendo os direitos básicos consagrados, como o trabalho, a habitação, os serviços de saúde, o transporte, o ambiente equilibrado, a mobilidade, a segurança pública, a justiça ágil, ao direito de produção e consumo variado e democratizado da cultura, e a consciência e domínio da existência desse direito.

Esses desafios devem ser enfrentados somando-se a um outro, relativo à abrangência e alcance das políticas públicas, pois estamos em uma etapa intermediária em que se pretende sair de pequenos públicos, diretamente atendidos pelo MinC, e outros entes gestores, via secretarias, departamentos, diretorias e fundações culturais nos estados e municípios, para uma escala que rompa o localismo e o curto alcance, saindo da ordem de grandeza de centena de milhares, para a de dezenas de milhões, alcançando escala nacional de uma sociedade que chegou, segundo projeções do IBGE (agosto de 2017), aos 207 milhões de habitantes.

Vale destacar, como exemplo da gestão cultural difusora e democratizante, inaugurada pelo ministro Gilberto Gil, e continuada pelo ministro Juca Ferreira, a proposta de assegurar “o fazer cultural na ponta”, viabilizando recursos para organizações do “terceiro setor”, ou do tipo reconhecidamente popular ou social (uma associação de quilombolas, um grupo de artesãos, uma associação de capoeira, ou uma organização estudantil universitária).

A partir dos debates e polêmicas provocados pelo MinC, e pelos setores militantes nas esferas artísticas e da produção cultural, a respeito da necessidade de uma atuação mais democratizante da gestão pública, demonstrou-se explicitamente a deformação que havia na rede de distribuição de recursos vinculados às leis de incentivo, e da alocação das verbas orçamentárias, expondo de maneira mais fundamentada e inquestionável, os dados relativos à concentração geográfica e social dos recursos. Muitos estados da Federação, das regiões Norte e do Centro-oeste do Brasil, nunca haviam recebido valor significativo advindo do MinC.

A necessária mudança de critérios sociais e geográficos para a oferta dos serviços, e a visão efetivamente nacional da ação governamental, somadas ao questionamento sobre o

fenômeno da alta concentração de propriedade familiar, de empresas de comunicação, aliado à ausência de estruturas alternativas às redes empresariais, no âmbito da TV e rádio, trouxeram momentos de tensão, impasse e conflito político aberto.

O país não possui uma rede pública estatal de comunicação significativa, a ponto de competir em audiência com as redes privadas existentes, nem tampouco tem sistemas de comunicação comunitária que possam cumprir um papel que ultrapasse o âmbito local, seja pela própria limitação legal, pela quantidade insuficiente para abranger largos espaços sócio-culturais, seja pela dificuldade legal e prática de organizar transmissão em rede.

Um exemplo expressivo deste tensionamento se deu quando da tentativa de criação da ANCINAV (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual), que previa a taxa mais forte da produção comercial, via redes nacionais de TV, empresas de publicidade dentre outras, para fomentar, através de fundos, uma produção menos apegada ao imediatismo comercial, dedicada à experimentação estética e de outras linguagens, assim como para estimular e dar sustentabilidade ao mercado interno de cinema, da produção audiovisual em geral assim como sua projeção nos mercados internacionais.

Igualmente, houve grandes embates relativos às políticas de aprofundamento do uso pleno e democrático da internet e das redes sociais, usando, por exemplo, programas de software livre, do tipo “Creative Commons”, assim como as disputas pela cobrança justa de direitos autorais no âmbito da difusão musical. Da mesma forma, houve disputas muito significativas ao redor do tema das rádios e TVs comunitárias, com denúncias quanto à continuidade da postura persecutória e repressiva da ANATEL, mesmo sob a condição de governos mudancistas das regras e práticas políticas no país no sentido democratizante.

A arena cultural, longe de ser um universo tranquilo, de deleite, alienação e/ou contemplação, transformou-se em um ambiente muito marcado pelas disputas conceituais e teóricas, pelas tensões entre as velhas e as novas práticas administrativas, pelo questionamento da distribuição das rendas fruto da circulação mercantil da produção simbólica, e de seus respectivos criadores, assim como, das tarefas cumpridas nos bastidores das atividades culturais, em geral sem reconhecimento público, embora sejam indispensáveis.

Há também muita disputa por espaços dentro dos diversos mercados que se formam constantemente, ora através de produções culturais que se reafirmam localmente, ora se expandindo, e alcançando repercussão nacional, com presença nesse nível variável, a depender da aceitação de grandes públicos admiradores e consumidores. Temos o exemplo da música sertaneja do sudeste e centro-oeste, que oscilou do local identitário para as duplas de "sertanejo universitário", ou uma espécie de "sertanejo pop romântico" com projeção e atuação nacional. Fenômeno que já aconteceu com a "música axé" da Bahia.

Dentro de uma lógica democratizante das práticas do Estado, orientada como promotora da transformação social e cultural, deve-se procurar uma organização de valores assentados em uma produção simbólica, artística, de comportamento, de participação ativa e autônoma de indivíduos e coletivos, de segmentos sociais, que se movam dentro de um terreno no qual haja a garantia dos direitos civis, da liberdade de expressão, da luta pela superação de práticas racistas, machistas, de dominação classista, de posicionamentos reativos e retrógrados com relação à diversidade cultural e às expressões diversas da sexualidade, assim como na defesa do direito à pesquisa, no terreno das ciências, da inovação estética, de novas formas de comunicação, com os objetivos de superação das incontáveis diferenças regionais, de opressão de classe, raça e gênero, articuladas com formas de agressão e preconceito relativamente à produção simbólica oriunda das classes populares. Fenômenos que marcam fortemente a história da sociedade brasileira.

1.3. A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ARTICULAÇÃO PARA INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Na discussão sobre o peso da política cultural, faz-se necessária a distinção entre a conceituação de governo e estado. Mesmo em textos de intelectuais experientes na academia e na gestão, usam-se os conceitos de maneira pouco objetiva, fazendo-se referência a um estado pós-neoliberal, ou valorando certas práticas na área de cultura como de Estado, quando em realidade não conseguem se manter, nem mesmo como de políticas de governo, ou de períodos curtos entre governos.

No contexto das mudanças de atuação do MinC, chama a atenção, todavia, que tenha repercutido com pouca magnitude, a articulação com as organizações tradicionalmente estruturadas em determinados ambientes sociais, assim como, em categorias de trabalhadores profissionais e universitários.

Na articulação entre estado e sociedade civil não há destaque algum para a articulação com entidades sociais, algumas delas estruturadas a nível nacional, expressão de movimentos tradicionais, com décadas de existência, e forte capacidade de intervenção, como os movimentos sindical, comunitário, estudantil ou de professores, assim como, aqueles de luta por habitação, e pela posse da terra.

Alguns destes movimentos e organizações são amplamente reconhecidas, como representativas da sociedade civil, a exemplo das Centrais Sindicais, como a CTB, a CUT, a Força Sindical, CGT, dos movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST), o movimento comunitário e de luta por habitação e mobilidade urbana como a CONAM, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CONTEE).

Logo, a abrangência social anunciada pela política pública, tem aí um fator limitador da interlocução social que procura promover, debilitando assim, o compromisso de ampliação de direitos e serviços, tradicionalmente precários, e que são objeto de novos impulsos dados pela estrutura administrativa, a exemplo da própria cultura.

Durante os anos 1964 a 1985, no contexto da ditadura militar, portanto, foram potencializadas algumas linhas de ação, fortalecendo o caráter social e recreativo de instituições vinculadas aos sindicatos, como os clubes, campeonatos esportivos, festas de categoria, valorização do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAT), realizando, através desse sistema, tanto a formação e qualificação profissional, quanto o lazer, atividades artísticas e culturais.

Em nossos dias, alguns destes aparelhos culturais têm grande destaque nas cidades onde estão implantados, como se verifica em São Paulo, com a rede de centros do SESC. Toda essa prática se fez aliada a um controle estrito da atividade sindical mais combativa, que ocorreu até o fim da legislação intervencionista do Ministério do Trabalho, em meados da década de 1980. O regime militar tinha uma determinada política cultural, formulada direta ou indiretamente, que afetava essas organizações, embora não fossem emanadas do Ministério da Cultura, mas do Ministério do Trabalho, e das organizações sindicais e patronais envolvidas no financiamento do *Sistema S*. Este é um exemplo, a ser tomado como prática intervencionista e controladora.

Por outro lado, destaca-se que o movimento sindical brasileiro, por exemplo, é proprietário de um notável patrimônio materializado em clubes, auditórios, teatros, equipamentos de lazer e esportivos – em alguns casos, equipamentos voltados para as artes. São elementos de grande relevância que poderiam definir um papel mais expressivo dos movimentos sociais organizados.

Cabe então, um questionamento sobre as razões do fenômeno da reduzida potencialização cultural dessas organizações, em uma quadra política onde os governos nascidos em 2002, seguem uma linha lógica de compromisso com a democratização da renda, dos direitos sociais, da democratização política, e da expansão inédita do ensino universitário, e de sua abertura para o acesso de segmentos da juventude oriunda da escola pública com forte composição popular, negra e indígena.

Esse questionamento se torna mais objeto de observação e análise à medida que a efetivação desses governos e suas práticas de mudança, no âmbito da gestão do estado, nasceram, em boa medida, da atuação dos movimentos sociais e políticos, assim como de

partidos, vinculados organicamente àquelas entidades de lutas de classe, e de movimentos sociais, aos quais chamarei de tradicionais, para diferenciá-los dos demais que surgiram com o crescimento de lutas por reconhecimento de direitos realizados por grupos e/ou cidadãos em coletivos e agrupamentos que não possuem estrutura histórica, nem base material financeira regular como o movimento sindical.

Não se trata de definir o estado como indutor das escolhas individuais e /ou coletivas quanto à produção cultural, ressalvadas certas responsabilidades que a administração estatal seguramente deve ter, pois se trata de implementar um projeto de mudanças, e o estado deve portanto, estimular a aparição de demandas reprimidas de setores populares, e outros não atendidos historicamente, deve esforçar-se em sistematizá-las e posteriormente, dar resposta no terreno da gestão, agindo portanto, não com uma atitude supostamente administrativa burocrática neutra, fenômeno que não existe, mas sim, como um ente que se posiciona, mas não impõe soluções quanto aos produtos finais da produção simbólica, seja ela estética ou não.

Concordo com Canclini (2007), que afirma que:

[...] O Estado não deve intervir na cultura, ouvimos com frequência. Esse princípio foi útil para opor-se à censura, ao autoritarismo e ao paternalismo que sufocam a criatividade social. Mas, se aplicando não apenas à criação, mas também ao conjunto de processos de circulação de bens culturais, implica em deixá-lo entregue ao arbítrio dos atores mais poderosos. Pressupõe, segundo concepções idealistas, que a criação cultural só é realizada por indivíduos e na intimidade. Isto é difícil de sustentar em face das pesquisas antropológicas, sociológicas e comunicacionais que mostram que a criação cultural se faz também na circulação e na recepção. As empresas privadas, embora declarem defender a liberdade criativa dos indivíduos, ao mesmo tempo realizam as maiores intervenções na seleção do que vai circular ou não, condicionam a “invenção” e a “criação” de indivíduos e grupos. Não cabe ao Estado indicar aos artistas o que eles devem compor, pintar ou filmar, mas ele tem responsabilidade sobre o destino público desses produtos para que sejam acessíveis a todos os setores e para que a diversidade cultural possa ser manifestada e apreciada (CANCLINI, 2007, p.84).

Cabe ainda, uma segunda interpelação, acerca da tentativa do Estado de construir outra hegemonia política e cultural, prescindindo, no terreno específico das artes e da cultura, da participação das mencionadas organizações, como parceiras potenciais do Estado.

Estas organizações representativas citadas são detentoras de recursos próprios e, por conseguinte, com um potencial bastante considerável de intervenção, assim como de capilaridade nacional/regional/local. Estas condições lhe permitiriam uma intervenção que é ainda muito tímida ou simplesmente inexistente, em determinados campos e locais da política cultural brasileira. As duas maiores centrais sindicais do país (CUT e CTB) não possuem diretoria de cultura em seu organograma organizativo, e as que possuem estabelecem essa função junto à de formação ou lazer.

Segue a essa uma terceira reflexão, que busca identificar as razões que levam essas mesmas organizações civis e de classe, a não tomarem iniciativa e se estruturarem para uma ação cultural articulada com o Estado, seja na estrutura federal, seja em outras mais próximas da sua atuação cotidiana.

Registre-se, portanto, que apesar da postura respeitosa e colaborativa do MinC, anunciada aos quatro ventos, não há uma reação propositiva por parte de organismos poderosos da sociedade civil, que se mostre significativa, à exceção da UNE, que realiza há vinte anos uma bienal que conta regularmente com apoio do Ministério, assim como de pontos de cultura no âmbito estudantil universitário.

Mesmo sem as ameaças de controle estatal, os movimentos não se organizam para a ação cultural, de acordo com suas possibilidades e objetivos, restringindo assim, seu nível de intervenção transformadora da realidade social, no âmbito do embate de valores vinculados ao ideário de solidariedade, justiça social, democracia participativa e superação das diversas formas de opressão versus um conservadorismo político, cultural, comportamental com fortes raízes na sociedade brasileira.

Vale aqui resgatar um debate sobre a filosofia que norteou a implantação dos Pontos de Cultura, importante linha de ação do Programa Cultura Viva, e que bem se aplicaria a outras iniciativas similares, a formulação tipo “autonomia, protagonismo e empoderamento são os pilares da gestão compartilhada e transformadora nos Pontos de Cultura e resultam da observação de situações reais” (TURINO, 2009, p.73).

É possível, portanto, outra atuação, na esfera da política pública, que poderia ser lastreada nas concepções de hegemonia política, hegemonia cultural, cidadania, democracia

participativa e gestão compartilhada. Sugerindo que, ao invés de impor uma programação cultural, dever-se-ia questionar aos diferentes públicos, sobre quais são os seus desejos, seus anseios e sua potencialidade, e mais ainda, caberia perguntar como se pretendem realizar tais aspirações, entendendo a cultura não só como o produto final, ou uma simples programação, mas também como o processo, indo muito além da participação nas decisões de pautas e programações, e chegando às tarefas vinculadas à criação simbólica, seja de cunho individual ou de participação coletiva, como sugerem os formuladores das ações do Ministério da Cultura, e intelectuais desse campo, e como vivenciam os produtores tradicionais da cultura.

Pelas concepções de Gilberto Gil e Juca Ferreira (2013), as políticas são públicas, porque abandonam o objetivo exclusivo dos responsáveis pelo produto cultural, e passa a ser, em tese, de toda a sociedade.

Nessa perspectiva, vale mencionar, o pensamento de Gramsci, em relação à hegemonia:

Nas condições modernas, argumenta Gramsci, uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico (PORTELLI apud BOTTOMORE, 2001, p.177).

Para entender melhor o pensamento de Gramsci, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil", isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados, e o da "sociedade política ou Estado", que corresponde à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e àquela de domínio direto "ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (GRAMSCI, 1982)".

Mesmo quando se efetuam sob a forma da democracia direta ou de base, permanecem referidos a um modelo de vida política cujo aparecimento foi determinado pelo capitalismo. Nada impede, pois se assim não fosse, a ação histórica seria impossível, que os movimentos sociais e suas expressões político-partidárias introduzem práticas sociais que o sistema capitalista seja incapaz de incorporar e que, ao se desenvolverem sem que ele encontre dentro de si a possibilidade de repô-las, tais práticas revolucionem o real. Todavia, o contrário também

é possível, pois não podemos dissimular os limites dos movimentos sociais (CHAUÍ, 2007, p. 17).

Sendo assim, a base da hegemonia se dá mediante reformas ou consentimentos graças aos quais se mantém a liderança de uma classe, mas pelas quais, outras classes têm certas exigências atendidas, ou seja, é um processo essencialmente político e cultural, porque vai além de interesses econômicos, e assim sendo, estabelece um pacto com certa validade histórica, podendo representar o avanço universal da sociedade, ou de sólida maioria concordante, indo muito além de uma expressão de apoio via resultado eleitoral, ou concordância aparente, por meios coercitivos.

Face a este conjunto de análise, de indagações e posicionamentos, mantem-se como válida a intenção que busque perscrutar o porquê da débil relação entre o comando político do Estado, o Governo Federal, e determinados movimentos sociais, na medida em que eles poderiam ser força dinâmica, em um processo unitário, mas não de subordinação, da pretendida democratização cultural do País.

1.4. A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

1.4.1 O Sistema Nacional de Cultura

As políticas culturais adotadas nos governos Lula (2003-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016), nortearam-se, fundamentalmente, por uma lei que é o Plano Nacional de Cultura (PNC), e por uma proposta de política a ser tomada como referência através da adesão a pactos federativos, que previa a constituição do Sistema Nacional de Cultura – SNC, entre os três entes da federação.

O Sistema Nacional de Cultura- SNC, meta 1 do PNC, é uma proposta arrojada que visa a constituir o estado brasileiro de uma série de sistemáticas capazes de tirar a gestão cultural de um processo de incertezas e irregularidades, presentes até então.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas democráticas e permanentes, pactuadas entre entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais. (Emenda Constitucional no, 71 de 29 de novembro de 2012).

Pretende-se através do Sistema permitir um fluxo regular de recursos financeiros, seja através do Fundo Nacional de Cultura, ou através de políticas vinculadas à renúncia fiscal, ou ainda, por meio de outros mecanismos efetivados através de convênios ou outras modalidades contratuais disponíveis na administração pública.

O que se pretende é que todos os 26 estados, o Distrito Federal e 3.339 cidades assinem e publiquem os acordos, e também tornem efetivos seus sistemas de cultura. [...] É preciso que o artigo 216-A da Constituição Federal, que cria o SNC, seja regulamentado. Ao mesmo tempo, será necessário dar continuidade aos programas de cooperação técnica com estados, Distrito Federal e cidades, que apoiam a elaboração dos instrumentos do SNC (plano de cultura, conselho e fundo), assim como, a capacitação de gestores. (BRASIL, PNC, 2013, p.25)

A concepção fundamental do SNC é organizar por um período histórico, o setor cultural como segmento estruturante da gestão estatal, no sentido mais amplo possível. Isso significa que as articulações entre os três níveis da administração pública nacional devem garantir nos planos estadual e municipal, já que no federal isto já acontece, ou até então, acontecia, cinco condições:

- a existência da secretaria de cultura ou órgão equivalente, como por exemplo, uma fundação, que tenha fisionomia própria, autonomia em relação a outras áreas, vinculando-se a outros segmentos da administração, a partir de sua própria especificidade, dando status político à gestão cultural, importância interna e externa ao governo, e assim sendo, garantindo que a gestão cultural participe com expressão das instâncias deliberativas de governo, como são, por exemplo, as reuniões de secretariado e ministerial.

- a criação do conselho de política cultural, também chamado em muitos lugares, de Conselho de Cultura, deste ou aquele estado ou município. A concepção do Conselho escapa do tradicional conceito de aglutinação de luminares ou representação de entidades, sem profundas relações com as dinâmicas sociais da cultura.

Os Conselhos não apenas terão que representar os diversos segmentos da cultura, como deverão ser também, elementos ativos na elaboração e deliberação da gestão cultural, devendo ser autônomos e críticos em relação aos poderes executivo e legislativo, de onde emanam, necessariamente, as principais regras da gestão pública.

Saliente-se que postura crítica, não significa posição criticista, descompromisso com a política dos governos eleitos, e muito menos, com as linhas mestras de cada Estado, presentes nos planos estaduais. Trata-se, em verdade, de dar sentido a esta instância deliberativa, em que se constitui o Conselho, como sendo ao mesmo tempo crítica e colaborativa, no sentido de produzir propostas e sugestões, a partir de uma posição que não seja de subserviência e extensão do poder executivo.

- a realização de conferências de cultura como instâncias culminantes do processo permanente de democracia e interação entre a gestão do executivo, as proposições do legislativo e as vontades coletivas da sociedade civil.

Em outros momentos da gestão pública brasileira, existiram eventos chamados de “conferências”, entretanto, não eram de cunho deliberativo, não possuíam autonomia, e sua composição era fortemente controlada pelo poder executivo.

Na Bahia, durante o primeiro governo do Presidente Lula, houve conferência estadual no Governo de Paulo Souto (2003-2006), com estas características de controle antes mencionadas.

As conferências de cultura, (Meta 49) na concepção defendida no SNC e no PNC, expressam uma vontade coletiva de que sejam instâncias inquestionavelmente representativas, e de fato, propositivas, superando o fenômeno comum da dispersão e da prevalência de interesses individuais, ou de pequenos grupos, em eventos da cultura, de cunho mais político, como um comportamento que revela uma frágil história de organização coletiva de segmentos de artistas, produtores e outros agentes da cultura.

- existência de um Plano de Cultura que deverá se vincular aos demais planos dos governos, como são tradicionalmente, os de infraestrutura, da saúde, educação, recursos hídricos e segurança pública.

São os planos com uma duração que pode variar do nível do governo que os elabora, menos de quatro anos, necessariamente, até a condição de plano decenal, como é o caso do PNC vigente (2010-2020), ou mesmo, com um horizonte temporal mais largo, como é o caso do PDDU de Salvador, e o “Projeto Salvador 500 anos”, propostos pela Prefeitura Municipal, na gestão do Prefeito ACM Neto (2013-2016).

O Plano de Cultura para ser entendido como tal, portanto, não pode ser um simples arrolamento de metas ou de intenções genéricas, ou de repetição de um calendário tradicional, por mais significativo que seja, como poderia ser o de festas populares de um estado ou município, tradicionais, religiosas ou não.

O Plano precisa ser assentado em calendários que expressem a concretude e viabilidade das ações, mas também, na proposição de processos permanentes de elaboração, execução e avaliação, em um *permanente continuum*, assim como em conexão com as demais áreas

da administração, destacadamente, a educação, o turismo, o lazer e esporte, a ciência e tecnologia, e a comunicação.

Portanto, os Planos são, em síntese, o real conteúdo da política cultural. Sem eles, os discursos que emanam do poder executivo, e da representação política não ultrapassam a condição de narrativas que tendem ao repetitivo e ao descrédito.

- sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do Fundo de Cultura, estabelece uma relação direta que transforma em condição financeira aquilo estabelecido como conteúdo dos Planos.

Se é verdade, que sem os planos o discurso de compromisso se esvai com o passar do tempo, verdadeiro é também, que sem o fundo constituído, o plano não passará de um rol de promessas sem garantias de efetividade.

Os fundos estaduais e municipais devem ter várias fontes, podendo cada ente estabelecer quais delas estarão elencadas como suas possibilidades, a exemplo de doações, verbas oriundas de taxas e multas, recursos do tesouro, e verbas advindas de renúncia fiscal, que nos estados podem vir do ICMS, e nos municípios, do IPTU e ISS, a depender de decisão autônoma, assim como, de loterias federais, como previsto em lei, mas não realizado, desde 1999.

O financiamento precisa garantir além da solidez das fontes, a fluidez do repasse dos recursos de maneira transparente e democrática, o que implica em procedimentos que superem vícios históricos no fomento às artes e à cultura, como já aconteceu com a escolha de “preferidos” por parte dos governos, como sendo o destino final de contratos e recursos.

O método de aliciar segmentos culturais e personalidades, como base de apoio político aos governos, se faz, evidentemente, através de recursos públicos usados para a compra de obras de arte, edição de livros, contratação para a organização de eventos de valorização midiática. Esse processo direcionado e viciado, extremamente comprometedor dos objetivos da política cultural de gestão pública, tem sido gradativamente modificado, mas não superado de todo.

Portanto, uma política republicana de fomento financeiro deve assentar-se na concorrência pública, na execução de critérios técnicos e políticos, de caráter eminentemente cultural, a partir de centros de escolha constituídos de maneira plural, democrática e representativa, calcados na capacidade profissional, e na expertise de seus integrantes.

A modelagem quanto à definição do destino final dos recursos pode envolver uma variada gama de soluções, como editais, prêmios, chamadas públicas, e outras formas de concorrências abertas, sendo que, o mais significativo e democratizante, é que sejam baseados na transparência administrativa, em uma equilibrada distribuição regional e setorial dos recursos, tanto no que tange aos territórios do ente federal (municípios e estados), quanto em relação às expressões e identidades culturais, e seus respectivos autores e agentes.

No PNC está prevista a meta de 0,084% do PIB como destinação dos recursos públicos federais para com a cultura (Meta 51), e ainda, indica-se a proposta de alcançar o patamar de 4,5% do PIB, em 2020, como economia diretamente ligada à cultura (Meta 53), assim como o aumento para 18,5% acima do PIB, da renúncia fiscal do governo Federal para o incentivo à cultura (Meta 52). Tais metas estavam assentadas na concepção de planejamento que previa um crescimento para o país, na média de 4% do PIB, anualmente, a partir de 2010, porém sem haver a definição de um horizonte temporal do atingimento dessa projeção.

Neste particular, o PNC revela uma grande inconsistência, pois nos anos anteriores à sua elaboração, não se realizou um crescimento efetivo do PIB, sequer à margem do que foi pretendido, nem havia qualquer garantia de que teríamos no Brasil, uma política sustentável que pudesse se assentar em uma expectativa como esta de crescimento da economia brasileira, especialmente, em decorrência de uma política que podemos qualificar como híbrida, pois baseada em políticas de incentivo à expansão de gastos e investimentos em infraestrutura, e ao mesmo tempo, de manutenção de taxas de juros ao consumidor e para o investimento, elevadíssimas, à exceção do promovido pelo BNDES, para os financiamentos, e de evidente comprometimento do índice que variou entre 45 a 48% do orçamento da União, com o pagamento da dívida interna. Além, de uma taxa de

câmbio que dificultou, durante um largo período, o incremento das exportações, inclusive de produtos culturais.

A combinação de taxas de câmbio em alta, juros internos elevados, e “financeirização” do orçamento público não constituem uma combinação positiva, para promover o estímulo necessário para a produção econômica, em geral, e nem para a produção simbólica a ser patrocinada por estes meios, em particular.

Apenas as produções audiovisuais foram responsáveis por uma geração de renda de R\$ 22,2 bilhões na economia, em 2013. O dado faz parte de um estudo da Ancine realizado entre os anos de 2007 e 2013, e mostra que o valor adicionado pelo audiovisual teve aumento real de 65,8%, uma expansão de 8,8% ao ano. Em 2007, por exemplo, o valor era de apenas R\$ 8,7 bilhões. Devido ao crescimento acelerado, a contribuição do setor, que em 2007 representava 0,38% do valor adicionado total da economia, passou a representar 0,54% em 2013. Essa participação do setor está à frente, por exemplo, das indústrias têxtil e farmacêutica e da produção de produtos eletrônicos e de informática, o que mostra o peso crescente do audiovisual na economia brasileira. A pesquisa se baseou em dados apurados pelo IBGE. (PORTAL BRASIL, 2017)

As críticas encetadas contra o governo da Presidente Dilma Roussef, de que houve uma ênfase desenvolvimentista, podem caber, se por desenvolvimentismo se compreender uma mera visão de expansão do contrato do trabalho, e dos direitos previdenciários. Embora não tenha sido esta a vertente de atuação direta do governo, tendo em vista a timidez com que foi enfrentada a lógica financista da economia brasileira, houve, uma prática que se impôs, de conformação de uma economia fortemente calcada nas exportações de *commodities*.

O peso da indústria no produto interno bruto brasileiro, que na década de 1970, chegou a 25%, nos anos 1980, está em 2017, na casa dos 11,40%, segundo dados do IBGE, envolvendo inclusive a indústria do audiovisual, e a fabricação de equipamentos diretamente utilizados na produção e circulação de bens simbólicos, como é o caso dos equipamentos de mídia, áudio, vídeo e estruturas para espetáculos, eventos e sistemas de comunicação.

É, portanto, evidente a relação entre a cultura e o desenvolvimento como fator de promoção da cidadania, um liame que precisa continuar sendo defendido como política pública, e entendido como direito.

Nesse sentido, o estudo sobre a apropriação e o fazer da gestão pública em um município como Salvador, deve servir para apresentar as nuances existentes entre a concepção das ações da política pública, e seus efetivos impactos e relações em um contexto concreto, no qual a cultura pode ser uma simples mercadoria, ou melhor, ser entendida, no contexto de uma “economia da cultura”, onde as políticas e práticas da administração visem o desenvolvimento, tema a ser abordado nos capítulos subsequentes.

1.4.2 O Plano Nacional de Cultura

O Plano Nacional de Cultura foi instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, e tem a finalidade de planejar a implementação de políticas públicas de longo prazo, com previsão de conclusão até 2020, na perspectiva de continuidade e institucionalização das práticas de gestão das políticas públicas de cultura, visando a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira (práticas, serviços, bens artísticos e culturais), além do fortalecimento do campo das políticas públicas que tem por meta assegurar o direito constitucional que prevê o acesso à cultura, aspecto relevante para o exercício da cidadania, para a expressão simbólica, e para o desenvolvimento socioeconômico do País, conforme anuncia a Secretaria de Políticas Culturais do MinC.

Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. No caso brasileiro, temos a premência de reverter o processo de exclusão, da maior parcela do público, das oportunidades de consumo e de criação culturais. Nestor Canclini (1987) utiliza o conceito de hibridização cultural como uma ferramenta para demolir a concepção do mundo da cultura em três camadas: culta, popular e massiva. O conceito de hibridização abrange diversas mesclas interculturais, não apenas as raciais, que se costuma encaixar no termo mestiçagem, ou as preponderantemente religiosas, categorizadas enquanto sincretismos. (CALABRE, 2007, p. 10)

No contexto da elaboração do Plano Nacional de Cultura, há que se considerar que a inversão da relação política entre Estado e cidadão, requer tanto uma distribuição como uma limitação do poder do Estado, o que pode se expressar na definição objetiva de metas e finalidades da intervenção do Estado, para garantir o acesso e fruição dos Direitos Culturais em uma determinada sociedade.

O Comitê da ONU dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais entende que:

[...] “ao se concentrar no aprimoramento do conceito de direito de participar da vida cultural, é possível dar este caráter abrangente aos direitos culturais e estabelecer a relação do artigo 27 da Declaração dos Direitos Humanos com outros instrumentos internacionais que também se referem ao direito de participar, em condições de igualdade, de atividades culturais ou da vida artística e cultural. [...]. Participar da vida cultural inclui não só a própria possibilidade de participação, mas também de *ter acesso* à vida cultural e de poder *contribuir* com ela. (KAUARK, 2014, p. 122)

Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

O PNC reafirma o papel indutor do Estado, ao tempo que garante a pluralidade de gêneros, estilos e tecnologias. Assegura modalidades adequadas às particularidades da população, das comunidades e das regiões do País. Assim, a partir de agora, todo o planejamento do MinC seguirá as orientações do PNC. O Plano se estrutura em três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Essas dimensões, por sua vez, desdobram-se nas metas, que dialogam com os temas reconhecimento e promoção da diversidade cultural; criação e fruição; circulação, difusão e consumo; educação e produção de conhecimento; ampliação e qualificação de espaços culturais; fortalecimento institucional e articulação federativa; participação social; desenvolvimento sustentável da cultura; e fomento e financiamento.

As metas que nascem agora começaram a ser geradas no Seminário Nacional Cultura para Todos, em 2003, primeiro passo para o envolvimento dos cidadãos na avaliação e direcionamento das políticas culturais. Portanto, se temos 53 metas a nos guiar para a próxima década, é porque um dia abrimos espaço e ouvimos a sociedade na formulação da política pública para a cultura. (HOLLANDA, 2011, p. 9).

O Plano é constituído a partir de doze princípios que valorizam a liberdade de expressão, criação, fruição, comunicação, assim como, do acesso à produção das artes e da cultura em suas diversas formas de expressão, bem como, do direito de ser agente produtor das culturas, detendo de per si, o direito à memória e às tradições vinculadas a estas mesmas culturas. Assegurando a cultura como vetor de desenvolvimento humano, com responsabilidades socioambientais, e de controle social, e igualmente garantir a atuação conjunta e colaborativa para o fortalecimento da economia da cultura, e suas formas de manifestação.

O processo de acompanhamento da execução das metas do PNC é realizado pelo Ministério da Cultura, sendo disponível o acesso a uma biblioteca onde constam documentos como os Planos Setoriais das várias áreas da cultura, e os Planos de Cultura de estados e municípios.

As estratégias e diretrizes gerais do PNC são: O fortalecimento da ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais; incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e a produção cultural; ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável: consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

Entre as 53 metas elencadas no PNC, merece destaque o fato de que há uma diversificação expressiva de atingimento de diferentes aspectos do fomento à cultura, desde as medidas de fomento à captação de recursos, instrumentos de participação cidadã, à cartografia da diversidade das expressões culturais, a política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais, criação de um sistema nacional de patrimônio cultural, assim como de um sistema nacional de informações e indicadores culturais (SNIIC), a criação do Conselho Nacional de Política Cultural

(CNPQ), o mapeamento da cadeia produtiva da economia criativa, a sustentabilidade econômica, a implantação da disciplina ARTES no currículo da Educação Básica, com atividades regulares de arte e cultura, e 20 mil professores em formação continuada, o aumento de vagas de graduação e pós-graduação com ênfase nas linguagens artísticas, no patrimônio cultural e demais áreas da cultura, o incremento da produção e difusão cinematográfica nacional, de instituições e equipamentos culturais, bibliotecas públicas e cineclubes, a governação colaborativa, e a ampliação do funcionamento dos Pontos de Cultura, e do Programa de Cultura do Trabalhador.

Chama a atenção tanto no que diz respeito aos princípios, quanto em relação aos objetivos estabelecidos no capítulo I do anexo intitulado “Diretrizes, estratégias e ações” do PNC, e em outras publicações do MinC, a forte e reiterada referência à necessidade de valorizar e reconhecer a diversidade, tanto no terreno das artes, quanto de outras expressões culturais.

Os conceitos de cidadania, identidade e diversidade cultural são importantes bases teóricas e postulados políticos que fundamentam todo o raciocínio das políticas oficiais. A cidadania cultural entendida como direito básico de acesso e possibilidade de produção cultural, e a capacidade real de intervir no processo de definição da própria política de cultura, em nível local e nacional.

A identidade como sendo a característica que garante o reconhecimento de si próprio, seja como indivíduo, ou como membro de uma coletividade, grupo ou classe social, e diversidade, como o fator de reconhecimento das múltiplas expressões, e culturas, que ocorrem em um processo ininterrupto, dinâmico, movente, relacional e comunicacional.

Diante destes elementos, é importante mencionar a ausência de um conceito, objeto de uma grande polêmica que está longe de ser superada, que é o debate em torno da existência ou não de uma identidade nacional, como parece estar subjacente em todo o debate epistemológico e político do Plano.

Para ser um documento oficial com pretensões de se constituir como base para uma política de Estado, portanto, com longevidade política e sociológica, torna-se absolutamente indispensável assegurar as diferentes manifestações das vozes socialmente

autorizadas a proferir os discursos que caracterizam a nação brasileira, seja através dos poderes constituídos, seja pelas instâncias representativas das diferentes nuances do poder.

No âmbito do debate universitário e em círculos intelectuais próximos aos referentes que norteiam o MinC, este debate parece ser entendido como uma questão encerrada, sequer merecendo uma crítica indireta, simplesmente, há um silêncio sobre o assunto.

Se pretendemos que a política de cultura seja uma política de estado, e articulada com outros segmentos da gestão da política nacional, parece contraditório desconsiderar o conceito de identidade nacional ou de “brasilidade”, tão forte em outros setores da sociedade e do Estado brasileiro, a exemplo da educação formal, das comunicações, e das forças armadas, setores de grande peso na estrutura do Estado.

Concordando-se ou não com os conceitos de identidade nacional e brasilidade, este debate não poderia ser deixado ao largo da grande concertação nacional, pela via da cultura, que foi proposta no Plano.

O Plano Nacional de Cultura é um potente instrumento de orientação e estruturação da gestão pública de cultura, como um dos pilares daquilo que se pretende caracterizar como política de Estado, isto é, uma política sujeita a poucas variações conjunturais, e que exige uma mudança na concepção da gestão pública brasileira, por sua necessidade de articulação e participação colaborativa e colegiada.

1.5. O SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

O Sistema Estadual de Cultura da Bahia instituído pela Lei no. 12.365 de 30 de novembro de 2011, traz registrada a concepção de cultura adotada, os norteamentos de atuação da política pública, e o alcance no que se refere aos patrimônios materiais e imateriais, com especial atenção para a “ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”:

Art. 2º. Entende-se por cultura o conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos, e as representações simbólicas, compreendendo:
I - *a dimensão simbólica*, relativa aos modos de fazer, viver e criar, ao conjunto de artefatos, textos e objetos, aos produtos mercantilizados das indústrias culturais, às expressões espontâneas e informais, aos discursos especializados das artes e dos estudos culturais, e aos sistemas de valores e crenças dos diversos segmentos da sociedade;
II - *a dimensão cidadã*, relativa à garantia dos direitos culturais à identidade e à diversidade, ao acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura, à participação na gestão pública, ao reconhecimento da autoria, à livre expressão, e à salvaguarda do patrimônio e da memória cultural;
III - *a dimensão econômica*, relativa ao desenvolvimento sustentado e inclusivo de todos os elos das cadeias produtivas e de valor da cultura.
(Lei no. 12.365/2011)

Aparece, entretanto, uma relação de conceitos que se aproximam, e que tem sido recorrentemente utilizada, mas que não revelam precisão conceitual, ensejando a necessidade de uma revisão /ou desenvolvimento dos conteúdos efetivamente pretendidos com as denominações de Economia criativa (XXXI), Economia da cultura (XXXII), indústrias culturais (LI), indústrias criativas (LII), como meios de práticas de convergência e interfaces criativas:

A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional, às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais. Suas múltiplas imbricações e importantes implicações fazem com que a questão ultrapasse o campo da cultura e invada outras áreas do conhecimento, especialmente a economia e a gestão.[...] As expressões indústrias criativas e economia criativa são novas. Ainda que ambos os

termos possam ser alcançados pelo expressivo debate que as várias disciplinas científicas travam à volta do que é chamado de Terceira Revolução Industrial e, por extensão, estejam conectados com a variada gama de denominações que tentam capturar o paradigma de produção da sociedade contemporânea – sociedade pós-industrial, pós-fordista, do conhecimento, da informação ou do aprendizado – o certo é que, querendo significar um setor da economia ou almejando tornar-se um campo específico do conhecimento, não deixam de constituir-se em uma novidade bastante recente. (MIGUEZ, 2007 p. 97-98).

É de se destacar um aprimoramento no que tange à formulação corrente nos textos que registram as estratégias da gestão pública, o que vem a ser um aspecto extremamente positivo da formulação política em análise. O capítulo 2º, estabelece o que na prática são as grandes diretrizes filosóficas que devem nortear objetivos, metas e realizações práticas da política estadual de cultura. Estas definições concentradas no art. 4º. expressam uma solidez e clareza conceitual, e firmeza quanto ao entendimento do caráter estratégico da política cultural, pois se trata de eixos bastante explícitos e concatenados com aspirações já manifestadas historicamente, por segmentos diversos da sociedade baiana, que aspiram a uma melhor qualidade de vida, no sentido de maior bem estar da expressão, assim como revela uma aproximação orientada rumo a objetivos não burocráticos/funcionais, mas que caracterizam um projeto político de transformação do estado, como máquina de gestão de interesses coletivos, e de ao mesmo tempo, utilização dessa estrutura como alavanca e sustentáculo das grandes bases civilizatórias da política cultural no país, como é o caso, da garantia dos direitos humanos em toda a sua extensão, assim como da liberdade de criação, expressão, fruição e consumo cultural.

Entre os objetivos listados, destaco:

- Art. 4º. VIII- valorizar e promover a cultura da paz, e do respeito às diferenças étnicas.
- XII- promover a integração da política cultural às demais políticas do Estado.
- XIII estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional. (Lei 12.365/11).

Entretanto, no que se refere à desejada articulação entre as políticas estaduais e municipais, no âmbito dos sistemas, não há registro de grandes avanços na esfera pública municipal de Salvador, em articulações referentes à implementação das políticas públicas pretendidas com tais inclusões temáticas.

Outro aspecto que merece destaque na organização da gestão estadual, é a constituição de organismos de gestão: Os sistemas setoriais de Cultura (art.12), e os sistemas municipais (art. 14), um desdobramento das políticas estaduais, em cada uma das cidades/municípios.

São previstos também planos de desenvolvimento territorial da cultura, mecanismos expressivos de ampliação da capacidade de atuação conjunta e articulada na gestão. Sem dúvida, uma estratégia de gestão da coisa pública há muito perseguida na administração:

Art. 16. Os planos de desenvolvimento territorial de cultura, aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, são formulados em articulação com do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, e contarão com a participação dos municípios envolvidos e representações dos diversos segmentos culturais, conforme critério de regionalização adotado, devendo estabelecer os objetivos, as ações, as fontes previstas de financiamento e os critérios de monitoramento e avaliação dos resultados.

Art. 17. Os planos setoriais de cultura, formulados com a participação de representações das respectivas áreas de atuação, são aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, devendo estabelecer os objetivos, as ações, as fontes previstas de financiamento e os critérios de monitoramento e avaliação dos resultados. (Lei 12.365/11).

Um importante aspecto a ser aqui mencionado se refere à interface entre a cultura e a educação, quando se prevê no art. 24, um sistema que visa a promoção de uma formação continuada dos agentes culturais, um passo inovador no que se refere ao entendimento do que pode significar as ações de fomento da cultura.

Art. 24 O Sistema de Formação Cultural tem por finalidade a articulação e a promoção da formação, capacitação e aperfeiçoamento técnico, artístico e de gestão, sendo constituído por instituições públicas, entidades privadas e organizações da sociedade civil com atuação no Estado da Bahia, que mantenham cursos livres, técnicos ou acadêmicos na área cultural e tenham aderido ao Sistema Estadual de Cultura mediante instrumento específico. (Lei 12.365/11).

A Bahia aderiu, em 2010, ao SNC. Em 2012, institui-se o Programa de Formação e Qualificação em Cultura, que foi orientado pelas demandas das Conferências de Cultura e Lei Orgânica de Cultura da Bahia (Lei 12365/2011).

No âmbito deste Programa foi publicado em edital específico para a formação, e realizado o 1º Encontro Baiano de Formação e Qualificação em Cultura, realizado em Salvador, no ano de 2012.

Segunda a pesquisadora Laura Bezerra (2016), neste aspecto, merece destaque a postura da SECULT-BA, em relação ao fomento à criação de novos cursos de formação e

qualificação em cultura no Estado (graduação, pós-graduação). Um chamado às universidades públicas (UNEB, UFRB, UFSBA, UFOBA, UNILAB, UFBA), e aos institutos federais para que assumissem uma posição ativa neste campo.

Entre estas instituições, a UFRB, criou em 2014, o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, uma importante e inovadora proposta de formação a partir dos bacharelados interdisciplinares em Cultura, com formação nas áreas de Tecnologias em Artes do Espetáculo (cenografia, figurinos, iluminação e caracterização), Produção Musical, Tecnologias em Mídias Digitais, Licenciatura em Música Popular, Licenciatura Interdisciplinar em Artes, Política e Gestão Cultural.

A formação é um aspecto que merecerá especial atenção, por se tratar de uma diretriz política presente nos planos em todos os níveis de atuação.

1.5.1. O PLANO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

O Plano Estadual de Cultura instituído pela Lei 13.193 de 13 de novembro de 2014, prevê no Art. 2º. parágrafo único que a Secretaria Estadual tem as competências para a organização e regulamentação das ações realizadas em parceria com as demais instâncias, e instituições, inclusive as privadas, uma abertura que potencializa as articulações de parcerias que envolvem o capital privado (Art.3º. Parágrafo único), uma alternativa para suprir muitas das demandas reprimidas por falta de recursos públicos.

Art. 2º O Plano Estadual de Cultura será coordenado pela Secretaria de Cultura.

Parágrafo único. A Secretaria de Cultura exercerá a função de coordenação executiva do Plano Estadual de Cultura, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 3º A implementação do Plano Estadual de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Governo do Estado e os Municípios do Estado da Bahia, e em parceria com a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Estadual de Cultura poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei. (Lei 13.193/2014).

No campo das atribuições do Poder Público está prevista a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Estadual, (art.4º, II). Este aspecto é digno de uma atenção especial, pois é parte essencial da conceituação democrática e contemporânea do que é uma política pública, uma vez que a efetiva implementação de uma política pública de cultura, implicaria em um processo de consulta pública e coletiva, referente aos agentes implementadores da política, dos públicos envolvidos nos processos de fruição, usos e consumos dos fenômenos e mercadorias culturais.

Este é um aspecto relevante na apreciação da política pública, objeto deste estudo sobre a cidade de Salvador.

Um aspecto presente no plano nacional, e que também se repete no plano estadual, refere-se ao não enfrentamento do que seja a definição de uma identidade local/regional.

No item IV do art. 4º, fala-se em *diversidade cultural*, em reconhecimento da abrangência da noção de cultura, e da multiplicidade de seus valores e formações.

A estratégia de registro dessa pluralidade/diversidade cultural, desvia a polêmica existente entre correntes, que a despeito de um amplo debate já realizado, tanto em meios acadêmicos, quanto culturais, persistem na defesa de uma identidade que se singulariza, em suas nuances nacionais, regionais e locais.

No item V, defende-se a fruição da “cultura de forma universal”, supõe-se que do mesmo modo que se espera acesso universal à saúde. Entretanto, o debate não explicitado poderia nos remeter a uma discussão acerca dos diversos conteúdos dos produtos culturais, e quiça, à necessidade de estabelecer mais objetivamente, o papel democratizante que o Estado deve ter no que tange à ampliação de possibilidades de consumo, de bens e produtos culturais, oriundos de outras matrizes, na medida em que na atual realidade, se há alguma fenômeno que possa se aproximar de um consumo tendente ao universal, esse não se vincula às iniciativas democratizantes de certos Estados, mas sim, ao poderoso sistema da indústria cultural e da mídia de propriedade de grupos econômicos, com grande capacidade e poder de intervenção nas esferas da política, e de alterar os fluxos de negócios no país.

Vale destacar que há de maneira bastante óbvia, forte presença de ação de certos Estados, na indução e defesa do atual sistema de desequilíbrio, no que tange à circulação de mercadorias e de bens culturais. Faz-se necessário esse destaque para evitar um raciocínio político ingênuo que afirma existir um grande distanciamento entre a máquina pública estatal, e os interesses dos grandes grupos econômicos. No Brasil, o poder público tem um papel decisivo na possibilidade de democratizar, efetivamente, a oferta de pautas variadas e ricas em referências simbólicas e estéticas, nas artes, no entretenimento, e em outras esferas do conhecimento e da cultura.

Dada a importância deste tema, o seu registro no plano é digno de nota, mas ao mesmo tempo, expressa a absoluta necessidade de um aprofundamento dessa temática, tanto do ponto de vista programático, quanto conceitual, dado o seu peso na vida cotidiana, e sua presença como elemento fundante, principalmente nas políticas que visam o estímulo do circuito econômico-cultural e seu intercâmbio com outros ambientes e mercados.

Ainda, no que se refere ao Art. 4º, no item VII, registre-se que há uma alta concentração de indicativos e linhas estruturantes que valem a pena enfatizar, tal a pretensão exposta, pois se declara abertamente que a política pública de cultura, deve se articular com a educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores.

Este item por si só poderia ensejar um longuíssimo debate, pois é uma declaração arrojada de uma política cultural, fortemente integrada a setores outros da vida social, da produção científica, e das atividades econômicas regulares, que uma vez conseguida, aproximaria a política cultural da condição desejada de elemento estruturante, e ao mesmo tempo, dínamo de outras políticas, assim constituindo de fato, como parte do núcleo permanente do planejamento estratégico de qualquer dos três entes da federação.

Esta necessidade de articulação está largamente prevista, inclusive mencionado no artigo 15 da Lei no. 12.365 de 30 de novembro de 2011, que institui o Sistema Estadual de Cultura da Bahia, o plano tem periodicidade mínima decenal, e deve ser aprovado pela Assembléia Legislativa:

Art. 15. VI - formas de desenvolvimento das cadeias produtivas e de valor dos processos relativos ao fazer cultural;
VII- formas de articulação com outras políticas econômicas e sociais do estado. (12.365/2011).

O financiamento deve ser analisado na correlação direta com os objetivos e metas da política cultural, e a rigor, tal financiamento da cultura vem de quatro fontes distintas e

complementares: o Estado/poderes públicos, o investimento social privado, o patrocínio empresarial e o mercado consumidor, com suas limitantes e limitações, o que torna necessária a criação de mecanismos diversificados de fomento, de apoio e financiamento. Isto impacta desde a constituição da legislação e dos mecanismos de regulação, à formação/capacitação dos agentes culturais.

O Plano prevê essa diversificação de fontes de recursos:

Art. 6º A Secretaria de Cultura, na condição de coordenadora executiva do Plano Estadual de Cultura, deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor, para garantir o seu cumprimento. 13.193/2014).

Este é um dos aspectos mais desafiadores na política de integração e priorização que os/as formuladores/as das políticas públicas objetivaram com o arcabouço legal que visa a implementação das políticas públicas para a cultura, o que exige ampliação da transparência da utilização dos recursos disponibilizados, participação popular/coletiva na construção e condução dos processos, através dos órgãos colegiados previstos na legislação (Conselhos, comitês e conferências), e a alocação de recursos de modo a contemplar a diversidade das expressões artísticas e culturais, em cada um dos rincões onde elas se façam presentes, no rumo mais decidido daquilo que se pode nomear de um política mais enraizada, porque destinada aos territórios de sua ocorrência.

1.6. O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE SALVADOR

Parte integrante da Política Nacional de Cultura, instituído pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Sistema Municipal de Salvador (SMC), criado pela Lei 8551/2014, na gestão do Prefeito ACM, define que o SMC de Salvador:

[...] se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e a cooperação intergovernamental, com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de transparência, economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos. (Lei 8551/2014, art, 1º.)

De acordo com a descrição inscrita na Lei 8551/14, o SMC de Salvador é o principal articulador das políticas públicas de cultura, no âmbito do Município, e deve estabelecer os mecanismos de gestão compartilhada tanto com os demais entes federados, quanto com a sociedade civil. (Lei 8551/2014, Parágrafo Único, Art. 1º.).

A natureza de complementaridade e subsidiariedade do SNC, impõe como necessária uma estreita integração entre a previsão de políticas e ações do sistema estadual, e do municipal, como um caudal de realizações da política nacional de cultura.

Entre os dezessete objetivos (Art. 2º.) elencados no SMC de Salvador, destaco:

- a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, e sua forma de tradução dos princípios da diversidade e multiplicidade culturais, estimulando uma visão local e dinâmica da cultura. (II).
- a corresponsabilidade no desenvolvimento e na sustentação das manifestações e projetos (III).
- o fortalecimento das identidades locais (IV).
- a implementação de políticas públicas que promovam ação da cultura com demais áreas, considerando seu papel estratégico para desenvolvimento sustentável. (V).
- a necessidade de assegurar a partilha equilibrada e equitativa dos recursos públicos municipais, de modo a promover a ampla participação e a diversidade dos segmentos artísticos e culturais, e o alcance de todas as regiões, distritos e bairros de Salvador. (VIII).
- a promoção de formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, a partir dos intercâmbios com os demais entes federados e as instituições municipais (IX).
- o estabelecimento de parcerias entre os setores públicos e privados para a gestão, o fomento e a promoção da cultura (XII).
- a promoção do “calendário cultural”, constituído pelas festas religiosas, civis e populares, bem como festivais, feiras, e outras atividades culturais e artísticas (XV). (Lei 8551/14, Art.2º.)

Nesse conjunto de objetivos, é importante registrar o empenho em sublinhar a presença da cultura no núcleo central das políticas locais. É de se referenciar o papel estratégico da cultura para o desenvolvimento do Município, a intenção de geração de uma visão local e dinâmica da cultura, aspecto que sobreleva a importância do estabelecimento de um diálogo profundo e constante, entre as expressões da cultura, que são de natureza do lugar, e aquelas outras oriundas e experienciadas nos mais diferentes pontos de surgimento e expressão.

Também é digna de destaque, a definição de corresponsabilidade por parte do poder público, em uma postura não de substituição, mas sim, de compartilhamento de compromissos entre os setores público e privado, nas suas diferentes representações.

Isto confere uma característica de mutualismo importante para a gestão, fomento e promoção da cultura, o que irá impactar também na distribuição de recursos públicos, e na consequente manutenção do “calendário cultural” da cidade, em sua diversidade não só de tempos de acontecimento, mas especialmente, das formas de suas expressões, haja vista a estratégia de atuação da Prefeitura Municipal, na gestão de ACM Neto, no que se refere às parcerias público-privado (PPP), e a “exploração” do espaço público nas festividades locais, e as contrapartidas financeiras dela advindas.

A cultura, para assumir todas as nuances antes descritas, precisa ser encarada como um elemento transversal no planejamento e execução de todas as políticas da Administração Municipal. Cabe ressaltar que no PDDU do Município de Salvador, há um título dedicado à Cultura, (Título V, Capítulo I- Dos Princípios, Objetivos, e Diretrizes Gerais da Política Cultural), onde se lê:

Art. 36. A Política Cultural do Município de Salvador tem como princípios:

I - a compreensão da cultura como elemento fundador da sociedade, essencial na confirmação das identidades e valores culturais, *responsável pela inclusão do cidadão na vida do Município*, por meio do trabalho, educação, lazer, reflexão e criação artística;

II - *a cidadania cultural* como um direito à vida, em suas mais diversas manifestações, e base para o exercício da cidadania plena (Lei 9069/2016).(grifo nosso).

A cultura é assumida como a principal expressão da cidadania, seja por admitir-se a concepção de “cidadania cultural”, seja por considerá-la como fator de inclusão social, ou ainda, por trazer a condição de cidadã/ão para o centro das deliberações sociais, sobre os processos culturais na cidade. A cultura figura, portanto, no projeto anunciado da Cidade de Salvador como fator preponderante de democratização e de justiça social.

Art. 36. IV - o direito à participação da sociedade nos processos de decisão cultural;
V - o direito à informação como fundamento da democratização da cultura;
VI - o respeito e o fomento à expressão da diversidade como fundamento de verdadeira democracia cultural. (Lei 9069/2016).

É ainda de se destacar, a centralidade da relação entre cultura-economia-desenvolvimento. Nessa relação, desenvolvimento é ampliado para uma compreensão alargada de “desenvolvimento cultural”, o que contempla do enfoque sócio econômico, mas também a sustentabilidade e a diversidade.

Art. 36. VIII – a consideração da cultura como parte integrante da economia de Salvador, que deverá ter na salvaguarda do patrimônio cultural e na economia criativa um vetor do seu desenvolvimento.
Art. 37. II - contribuir para a transformação da realidade social e a reversão do processo de exclusão social e cultural;
III - consolidar Salvador como cidade criativa, centro produtor, distribuidor e consumidor de cultura, inserida nos fluxos culturais e econômicos mundiais. (Lei 9069/2016).

Desses pilares seguirão as proposições sobre a política cultural em Salvador, seu fomento, gestão.

Considera-se nesse arcabouço do desenvolvimento cultural o lugar prioritário dos/as agentes e artífices da cultura, e das “cadeias produtivas”, sem descuidar dos aspectos relativos à preservação e inovação.

Art. 38. As diretrizes gerais para a cultura são:
I - adoção de uma *concepção de desenvolvimento cultural* que abranja *o enfoque socioeconômico* para a geração de oportunidades de emprego e renda e oriente as políticas públicas do setor, no sentido de compatibilizar a preservação do patrimônio e a inovação da produção cultural, *sob a perspectiva da sustentabilidade e diversidade*;
II - apoio e incentivo à formação e ao fortalecimento das cadeias produtivas da economia da cultura, com participação prioritária de atores econômicos e culturais locais. (Lei 9069/2016). (*grifo nosso*).

O financiamento da produção cultural é uma atenção específica no PDDU, e remete a questões de autogestão e captação de recursos, uma seara de tensões, uma vez que há a repetida defesa em toda a legislação sobre a matéria, sobre a relevância e centralidade da administração pública, e de seus agentes, para o fomento, apoio e preservação das expressões da cultura.

III - atração de investimentos nacionais e internacionais para instalação de equipamentos de impacto cultural e econômico;

IV - incentivo ao autofinanciamento da produção cultural, mediante aprimoramento da sua qualidade, de modo a integrar o artífice ao mercado de trabalho formal e ampliar a participação do setor na economia municipal. (Lei 9.069/2016).

Aspecto de extrema relevância no conjunto da concepção de política pública de Cultura em Salvador, exposta no seu ordenamento, é o lugar epistêmico que a cultura assume, de produção de novos conhecimentos, advindos das relações estabelecidas entre a educação, o trabalho e a produção cultural. Tal perspectiva inscreve a política municipal proposta no esteio dos estudos culturais contemporâneos, pelo seu reconhecimento, primeiro, do lugar do sujeito cultural na construção dos processos sociais e políticos, e em segundo lugar, na valorização das diferentes gêneses desse conhecimento, destacando as expressões populares e tradicionais, os conhecimentos étnicorracialmente demarcados e socialmente referenciados.

Art. 38. VII - articulação entre educação, trabalho e produção cultural, integrando-os ao contexto sociopolítico e às expressões populares, enquanto produtoras de conhecimento;
VIII - reconhecimento das identidades culturais extraídas das diversas manifestações religiosas atuantes no Município;
IX - estímulo à manutenção dos saberes tradicionais e identificação e apoio aos mestres dos saberes, como artífices, mestres de capoeira, mestres de saveiros, quituteiros, marceneiros, restauradores, entre outros. (Lei 9.069/2016).

O SMC de Salvador está composto pela Fundação Gregório de Mattos, que o coordena, e por duas instâncias de articulação, pactuação e deliberação, que são: o Conselho Municipal de Política Cultural e a Conferência Municipal de Cultura (Art. 3º.).

O Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) é um órgão colegiado, com caráter consultivo e deliberativo, com regimento próprio (Art. 8º, §6º.), que tem composição paritária entre Poder Público e Sociedade civil (Art. 6º.), em um total de 30 (trinta) membros com mandato de 2 anos, com direito à recondução art. 8º. §1º), com competências que são circunscritas desde a proposição de normas e diretrizes relativas às finalidades e aos objetivos do Sistema (Inciso I), passando pelo acompanhamento da execução dos projetos culturais da administração municipal, à fiscalização da aplicação dos recursos da Fundo Municipal de Cultura de Salvador (Inciso VII), apoio à criação e a contribuição para o aprimoramento de critérios de partilha e transferência e recursos (IX), o funcionamento dos espaços culturais de iniciativa da sociedade civil (XVIII), até a manutenção e atualização do Cadastro Municipal de Informação e Indicadores Culturais (IV).

O CMPC tem a seguinte estrutura: Coordenação Colegiada, Conselho Geral e Comissões temáticas e Plenárias. A composição representativa de modelo tripartite (Art. 8º, §7º), deverá ter no mínimo 20% (vinte por cento) de mulheres (Art. 8º. §8º):

- I- 10 (dez) representantes da sociedade civil, sendo um de cada uma das linguagens: Artes visuais, audiovisual, circo, cultura indentitária e inclusivas, cultura popular, dança, literatura, música, patrimônio material e imaterial, teatro e inclusiva.
- II- 10 (dez) representantes territoriais, limitado a um representante por território, conforme regimento interno.
- III- 10 (dez) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Prefeito.

A concepção de representação territorial se assemelha ao modelo organizativo também assumido pelo Estado da Bahia, que reconhece a existência de 27 territórios de identidade².

O Conselho Municipal possui Fóruns setoriais e territoriais organizados em duas Áreas: Arte/Cultura e Patrimônio Cultural (Art. 10), estes fóruns reúnem diversos segmentos das áreas para debater sobre as políticas culturais (Art. 10, I), organizar grupos de trabalho de acordo com demanda do movimento cultural, propor agenda de ações para a inclusão sócio-cultural das pessoas com deficiência. (IV).

Entre as quinze funções atribuídas na legislação para a atuação da Fundação Gregório de Mattos, considero dignas de observação mais específica as seguintes:

- I- Implementar o Sistema Municipal de Cultura, integrado aos Sistema Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação, adaptada e

227 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial: Irecê, Baixo Sul, Extremo Sul, Litoral Sul, Costa do Descobrimento, Litoral Norte- Agreste Baiano, Recôncavo, Região Metropolitana de Salvador, Semi-Árido, Nordeste II, Portal do Sertão, Sisal, Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco, Itaparica, Piemonte do Paraguaçu, Chapada Diamantina, Bacia do Jacuípe, Médio Sudoeste, Vale do Jiquiriçá, Vitória da Conquista, Médio Rio das Contas, Sertão Produtivo, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Paramirim, Velho Chico. <https://territoriosculturaisbahia.wordpress.com>. Acessado em 01 de julho de 2018.

acessível em suas seis dimensões: comunicacional; instrumental; metodológica, arquitetônica; atitudinal e programática.

VIII- promover o intercâmbio cultural à nível regional, nacional e internacional.

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural do Município.

XI- estruturar o calendário dos eventos culturais do Município.

XII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo.

XVIII- captar recursos para projetos e programas específicos junto aos órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais. (Lei 8551/14, Art. 4º).

À Fundação Gregório de Mattos compete coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura, entre outras atribuições de caráter da gestão política pública, e também relativas ao desenvolvimento de estudos e pesquisa que impactem na descentralização de bens e serviços (Lei 8551/2014 Art. 4º, Parágrafo único, IV), a ela compete também a elaboração do Plano Municipal de Cultura, em convergência com as diretrizes advindas da Conferência Municipal de Cultura e do Conselho (Art. 16, § 1º).

Na Lei 8551/14 há uma importantíssima definição no que diz respeito ao modo de funcionamento e gestão, defendido pelo SMC de Salvador:

O SMC deve articular-se com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial da **educação**, da comunicação, da **ciência e tecnologia**, do **planejamento urbano**, do **desenvolvimento econômico e social**, da indústria e comércio, das **relações internacionais**, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, **dos direitos humanos**, do movimento de mulheres, LGBT, da inclusão social, primeira infância e **políticas de promoção da igualdade racial** (Lei 8551/14, Art. 3º, Parágrafo único) (grifo nosso).

Tudo, porém, conforme regulamentação posterior, o que dá uma característica de dependência e não efetiva e imediata vinculação das ações, um aspecto limitador do alcance previsto no sistema. Observa-se também uma velocidades distintas na implementação dessas posturas e conceitos, em cada uma dessas pastas, o que revela, no meu entender, uma definição de prioridades.

A necessidade de articulação do SMC com outras políticas e ações setoriais, destacando-se entre as áreas arroladas, por seu peso orçamentário na gestão municipal e pela economia da cidade, os setores da educação, comunicação e ciência e tecnologia, essa

relação tão desejada, seria uma base de articulação com nexos óbvios de relacionamento, entretanto, não se dá nenhuma relação digna de nota com a política e planejamento do município, à medida que a comunicação promovida pela prefeitura atual, se restringe à divulgação e capitalização política de realizações do governo municipal, ou tão somente, de utilidade pública, não havendo ações de caráter comunitário ou mais interativo com a cidadania.

Ressalte-se também que apesar da boa vontade expressão na declaração posta nos termos da lei referida, não há ações efetivas, uma vez que, no que se refere ao âmbito da ciência e tecnologia, sequer há uma secretaria ou pasta responsável, diferentemente do que acontece com cidades como Rio de Janeiro e Niterói.

Cabe ainda mencionar o tratamento referente ao planejamento urbano, pois há uma referência expressa no PDDU, mas sem um desdobramento mais detalhado entre a ação cultural da prefeitura, e os debates e deliberações que digam respeito às soluções urbanísticas locais.

No aspecto do desenvolvimento econômico e social, nas suas vinculações com a indústria, o comércio e o turismo, existe uma formulação e uma prática que se distribui por diversos ambientes administrativos, na medida em que a cultura é assumida abertamente, como um elemento importante na política de atração de turistas e consumidores externos, além de ser um segmento importante, e considerado na economia do entretenimento e lazer. Falta, entretanto, considerar a cultura não como uma mercadoria a ser comercializada em outdoors e praças de venda, mas de entendê-la de fato, como elemento promotor de desenvolvimento humano.

São previstos na Lei 8551/14, os instrumentos de gestão do SMC de Salvador, expressos no Art. 3º. III, a saber:

- a) Plano Municipal de Cultura.
- b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura
- c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais
- d) Sistema Setoriais de Cultura.
- e) Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura
- f) Sistema Municipal de preservação e manutenção de arquivos e memoriais da cultura popular de Salvador.

Note-se que no Art. 15 da multicitada lei, o item f do Art. 3º. “Sistema Municipal de preservação e manutenção de arquivos e memoriais da cultura popular de Salvador”, simplesmente, desaparece do corpo teórico.

O Sistema Municipal de financiamento à cultura é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Salvador, que devem ser diversificados e articulados, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, destinado ao financiamento das políticas públicas de cultura do Município. Sem dúvida, um dos maiores desafios e condicionantes da implementação das políticas culturais previstas, um aspecto a ser estudado por todos que se interessem pela consecução das políticas públicas, mas que foge ao escopo do presente trabalho.

No capítulo seguinte, serão discutidas as concepções de desenvolvimento, economia da cultura e economia criativa, aspectos relevantes para a análise das políticas públicas implementadas na Cidade de Salvador, no período entre 2013-2017.

CAP. 2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO

2.1 A ECONOMIA DA CULTURA E AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O debate sobre as complexas relações entre cultura e desenvolvimento não é novo. No contexto brasileiro, as interações entre a produção simbólica e não-simbólica constituem um dos marcos teóricos da formulação de Celso Furtado, segundo a qual, em síntese, “a política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do enriquecimento cultural.” (FURTADO, 1984, p. 32). Desenvolvimento como algo ligado a mudanças qualitativas, no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (CALABRE, 2011, p.92) isto sublinhava a necessidade de um aprofundamento crítico dos conceitos de cultura e desenvolvimento, com atenção às diferentes lógicas que presidem suas relações.

Todavia, para analistas como P. Miguez (2009) há muito caminho a ser percorrido tanto do ponto de vista prático quanto conceitual, para que esta compreensão de Furtado prevaleça.

A crítica à visão utilitarista das sociedades contemporâneas, neste estudo, se lastreia nas contribuições de Amartya Sen, especialmente no que segue propugnado em sua obra “Desenvolvimento como liberdade”, (1999), que associa justiça e desenvolvimento, considerando os compromissos éticos que podem e devem mover as ações humanas, que gerirão as escolhas, as liberdades e, conseqüentemente, os atos coletivos, e o papel da construção cidadã, democrática, uma “oportunidade social”.

Na obra “A Ideia da Justiça”, o economista indica duas razões para a liberdade ser tão elementar ao desenvolvimento de um Estado. Em primeiro lugar porque o seu aumento proporciona maiores oportunidades de se alcançar os objetivos pessoais e da sociedade em conjunto. No aspecto pessoal, por exemplo, um ambiente caracterizado pela liberdade ajudará aos indivíduos na escolha do ambiente em que desejarão viver e, para tanto, possibilitará caminhos diversos para a consecução daquele fim. A segunda razão se relaciona ao processo de escolha, isto é, de que os cidadãos não serão forçados a acatar determinado caminho preconcebido mas poderão deliberar acerca da melhor maneira de se atingir determinada finalidade. Estas duas noções são denominadas por ele a partir de dois aspectos distintos: o aspecto

de oportunidade, isto é, relacionado com a conveniência para se fazer algo, e o aspecto de processo, a decisão sobre o que se fazer e quando se fazer. (PANSIERI, 2016, p. 453)

Os aspectos relacionados às liberdades individuais são fundantes para os processos culturais, e para a constituição de um projeto democrático de nação, formatado com vasta participação dos diversos setores de classes, dada a função simbólica da cultura, e suas contribuições para o desenvolvimento, conforme sinaliza Gilberto Gil:

[...] Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos (GIL, 2013, p. 230).

Estas perspectivas se aproximam das concepções já abordadas neste estudo, que reconhecem a dimensão cultural do desenvolvimento, para que o país encontre um caminho próprio para o desenvolvimento, assentado em sua originalidade, como uma “usina geradora de riquezas simbólicas” (MIGUEZ, 2009).

A abordagem do desenvolvimento humano tem algo para oferecer em matéria de clarificação da importância da liberdade humana nas esferas culturais. Em vez de glorificar o aval excessivo às tradições herdadas, ou de avisar o mundo acerca da alegada inevitabilidade dos choques de civilizações, a perspectiva do desenvolvimento humano exige que a atenção vá para a importância da liberdade nas esferas culturais (tal como noutras) e para os modos de defender e expandir as liberdades culturais de que as pessoas gozam. A questão crítica não é apenas o significado da cultura tradicional – é a importância do grande alcance das escolhas e liberdades culturais. (PNUD, 2004).

Assim, a partir da compreensão e análise das políticas geradas a partir do MINC, e tendo como referência a conceituação adotada pela UNESCO, a presente análise lastreia-se nos conceitos de hegemonia, hegemonia cultural, cidadania, democracia participativa, gestão compartilhada, mas especialmente de três concepções basilares para este estudo: o de cultura com o viés antropológico, o de política e gestão pública da cultura; e o de desenvolvimento, sendo este último com a superação da ideia reducionista de crescimento econômico e distribuição de renda.

Observados estes aspectos, faz-se necessário dedicar atenção aos conexos processos da gestão pública da cultura, dinâmica de mercado e projeto de desenvolvimento. Já foram realçados anteriormente os riscos de entender a cultura como um elemento, principalmente, vinculado ao entretenimento e ao dinamismo econômico, algo que podemos chamar de mercantilização da cultura, ou seja, da mera geração de rendas a partir do processo de oferta e procura de bens simbólicos.

No Brasil, os estudos e pesquisas na área da economia da cultura ainda são incipientes. Afora aqueles que tratam de setores específicos da produção cultural, como o cinema, a música ou a indústria editorial, os trabalhos costumam abordar, quase que tão somente, problemas relativos ao financiamento da cultura – o que se explica pela importância que esta questão assumiu desde meados dos anos 1990 quando as leis de incentivo fiscal praticamente substituíram os recursos públicos orçamentários diretos no financiamento ao desenvolvimento da produção cultural do país o que, num certo sentido, acabou por obstaculizar a possibilidade de um debate mais amplo e dedicado aos estudos sócioeconômicos da cultura. Aqui, além da produção que vem sendo realizada em vários programas de pós-graduação – regra geral desconhecida fora dos muros da academia – e de artigos publicados em periódicos diversos, devem ser lembrados, por exemplo, os trabalhos de Herscovici (1995), Bolaño (2000; 2010), Earp (2002), Silva (2007) e Reis (2007). (MIGUEZ, 2011, p.96)

No entanto, a economia da cultura constitui um campo inteiro de novos estudos, e é, de fato, uma das principais linhas de investigação do alcance e penetração das trocas simbólicas nos indicadores de desenvolvimento de vice-versa.

Economia da cultura estaria relacionada aos aspectos econômicos da política cultural. Economia Cultural é a aplicação de análise econômica a todas as artes criativas e cênicas, às industriais patrimoniais e culturais, sejam elas de capital aberto ou fechado. (Relatório UNCTAD, 2010, p.5)

Sendo seu ponto de interseção objetivo, rumo aos novos cenários de inclusão social e liberdade simbólica, que não prescindem, em seu estágio atual, da constituição de um marco regulatório, em especial no Brasil onde começa a tomar expressivo vulto, servindo de baliza para os interesses coletivos, sociais e, aqueles outros dos/as privados, dos/as autores/as, que se baseia na inovação, na solução criativa e no valor simbólico inexcedível e intangível dos bens e serviços criativos.

2.2. A ECONOMIA CRIATIVA

A centralidade da cultura, a extrapolação do seu campo temático para diversas ciências humanas, assim como diversidade, e a complexidade de seus processos, figuram como características marcantes da contemporaneidade, um cenário no qual a produção cultural se multiplica em quantidade e qualidade (mercados, tecnologias, linguagens e públicos), no imbricamento da cultura com diferentes áreas do conhecimento humano.

[...] os múltiplos enlaces que o campo da cultura tem vindo a estabelecer, de forma cada vez mais intensa, profunda e, particularmente, transversal com as variadas dimensões da vida em sociedade, remetem a cultura a uma posição de indiscutível centralidade no mundo, hoje. E não poderia ser de outra forma diante de um cenário em que pontuam, com extrema relevância, as muitas questões envolvendo as indústrias culturais, o marketing cultural, os mercados e os públicos culturais, a convergência sócio-tecnológica que alinha comunicação, telecomunicações e informática, à emergência dos gigantescos conglomerados de produção de cultura e a inter-relação crescente entre cultura, entretenimento e turismo. (Miguez, 2007, p.95-97)

A expressão economia criativa é nova, se inscreve no contexto da “terceira revolução industrial” e, se conecta com o paradigma da sociedade do conhecimento, da informação ou do aprendizado. No Brasil, o primeiro esforço entorno do seu debate, se dá em 2004, através de um painel sobre as indústrias criativas nos países em desenvolvimento, realizado durante a XI Conferência da UNCTAD.

Os resultados desse evento impactaram agendas de organismos multilaterais com atuação em diversos países, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (SU/SSC) e, mais recentemente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O conceito de “Creative Nation”, cunhado pelo governo australiano, precursor de uma política que visava a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país, se espalhou, levando outros países a identificar as chamadas “indústrias criativas”, como um setor específico da economia, que demandava políticas públicas que potencializassem o seu expressivo ritmo de crescimento, alcance e abrangência social.

A conceituação sobre o que vem a ser indústria criativa passa, segundo BENDASSOLLI, WOOD JR., KIRSCHBAUM, PINA E CUNHA (2009), pelos seguintes aspectos:

Primeiro, nas indústrias criativas a criatividade é o elemento central, sendo percebida como necessária para a geração de propriedade intelectual. De fato, parece haver uma tendência a comoditizar a criatividade, na medida em que se enfatiza seu potencial de comercialização. Segundo, observa-se que a cultura é tratada na forma de objetos culturais. Esses objetos são definidos pela carga dos sentidos socialmente compartilhados que carregam, derivando seu valor de tal carga (GRISWOLD, 1987). Ou seja, a percepção de utilidade gerada pelo objeto cultural é antes de tudo derivada da atribuição de valor pelo consumidor, no próprio ato do consumo, e não de suas propriedades físicas ou materiais (LASH e URRY, 1994; NEGRI e LAZZARATTO, 2001). Terceiro, nota-se que as indústrias criativas transformam esses significados em propriedade intelectual e, portanto, em valor econômico. Essa idéia repousa em duas premissas. A primeira premissa é que as cadeias produtivas imateriais (NEGRI e LAZZARATTO, 2001) predominam, em termos de relevância econômica, em um contexto pós-industrial marcado pela preponderância do setor de serviços e da economia de signos. A segunda premissa é que o consumo de símbolos ou significados prevalece sobre o consumo de bens materiais, tais como eram produzidos e consumidos na sociedade industrial (BOLIN, 2005; BLYTHE, 2001; HARTLEY, 2005; LAWRENCE e PHILLIPS, 2002). Quarto, observa-se um pressuposto de convergência entre artes, negócios e tecnologia. De certo modo, essa convergência não é inédita, tendo sido observada pelos teóricos da Escola de Frankfurt, os quais cunharam o termo indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Esses acadêmicos argumentavam que a falência das artes humanísticas havia sido acompanhada da comodificação dos bens culturais e sua absorção pelo universo da racionalização capitalista e de seus meios de padronização e distribuição (HESMONDHALGH, 2002). A partir dessas análises e de um exame da literatura, podem-se agrupar as características das indústrias criativas em três grandes blocos: o primeiro bloco refere-se a uma forma de produção que tem a criatividade como recurso-chave, que valoriza a arte pela arte, que fomenta o uso intensivo de novas tecnologias de informação e de comunicação, fazendo uso extensivo de equipes polivalentes; o segundo bloco abrange os contornos específicos dos produtos gerados, tais como a variedade infinita, a diferenciação vertical e a perenidade; e o terceiro bloco representa uma forma particular de consumo, que possui caráter cultural e apresenta grande instabilidade na demanda. Esses três blocos são detalhados a seguir. (BENDASSOLLI, WOOD JR., KIRSCHBAUM, PINA E CUNHA, 2009, p.11-12)

Embora vigorosa, a produção acadêmica sobre o tema, ainda é limitada a poucos títulos. Autores como Jonh Howkins, Richard Caves que tratou das relações entre os diversos campos do fazer artístico, as denominadas “atividades criativas”, e Richard Florida, que

trata da “classe criativa”, os profissionais vinculados aos “processos criativos”, são expressões desse inovador campo temático.

John Hartley organizou o “Creative Industries”, uma coletânea que permite “uma compreensão mais substantiva da temática da economia criativa e das indústrias criativas”, segundo apreciado por Paulo Miguez (UFBA), no Repertório de Fontes sobre a Economia Criativa, este que é um dos principais e expressivos estudiosos da temática no Brasil.

P. Miguez (2007) também nos informa que a expressividade no trato da temática da economia criativa e das indústrias criativas está em documentos de políticas, planos estratégicos, programas de ação e projetos de órgãos e agências governamentais, o que de fato se comprova, na pesquisa que também realizei para a composição deste estudo, através da qual pude identificar a recorrência da menção ora à economia criativa, ora à economia da cultura nos documentos e diretrizes que formam o arcabouço da política pública brasileira.

[...] a principal diferença a ser considerada dá-se entre os conceitos de indústrias culturais e de indústrias criativas. O termo “indústria cultural” (no singular) tem sua origem associada aos filósofos da Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Tal termo foi substituído na década de 1960 pelo termo “indústrias culturais” (no plural), sob influência da sociologia francesa, a qual concebia as ligações entre cultura, tecnologias e capital de forma mais complexa do que os teóricos da Escola de Frankfurt (HESMONTDHALGH, 2002). Bourdieu (2002), notável representante da sociologia francesa, observou que a aceitação do capital nas artes não ocorreu sem resistências ou choques. Miège (2000), por sua vez, destacou que a aplicação das tecnologias de reprodução às artes havia provocado tanto a comoditização como inovações genuínas. Esse autor preferiu descrever a situação das indústrias culturais a partir de termos como ambigüidade, complexidade e contestação, a afirmar que a cultura e as artes foram mercantilizadas. A passagem do termo “indústrias culturais” para o termo “indústrias criativas” aponta para uma tentativa de articulação entre os domínios da arte ou cultura, da tecnologia e dos negócios, porém agora com pretensões de salientar os aspectos positivos dessa configuração. (BENDASSOLLI, WOOD JR., KIRSCHBAUM, PINA E CUNHA, 2009, p.15)

Neste particular, vale especial menção à aproximação da economia e da cultura que gera esse novo conceito.

A aproximação da ciência econômica em relação ao campo da cultura, na perspectiva de um deslocamento da “economia da arte” na direção de uma “economia da cultura”, só vai acontecer a partir da metade dos

anos 1960, segundo Françoise Benhamou por conta de três fatores que contribuíram de forma decisiva para este deslocamento: el aumento de una propensión a generar flujos de remuneración y de empleo, la necesidad de evaluación de las decisiones culturales y, en el plano teórico, el desarrollo de la economía política hacia nuevos campos (economía de actividades no comerciales, revisión del supuesto de racionalidad, economía de las organizaciones, economía de la información y de la incertidumbre”. (MIGUEZ, 2007, p. 10)

No Repertório de Fontes sobre a economia criativa, foram catalogados por Miguez (2007) as temáticas recorrentes relativas à: economia criativa e das indústrias criativas; da economia da cultura [economia criativa pode ser entendida como uma ampliação da economia da cultura e, por conseguinte, deve tomar como ponto referencial das suas reflexões a produção de conhecimentos que ao longo dos últimos cinquenta anos, vem dando corpo à economia da cultura]; propriedade intelectual; da diversidade cultural, [duas questões estratégicas que, estreitamente imbricadas, mobilizam debates e embates da agenda contemporânea da cultura]; da economia política da comunicação e da informação e dos estudos de mídia, [por conta dos avanços da tecnologia digital que, cada vez mais, amplia as possibilidades de convergência entre os bens e serviços produzidos pelas indústrias culturais, da comunicação e da informação]; e de indústria cultural [marco referencial indispensável aos estudos no campo da economia criativa e da economia da cultura] (MIGUEZ, 2007, passim).

Sobre a conceituação do que efetivamente vem a ser a economia criativa:

O Creative Economy Report adiantado pela UNCTAD de 2008 sugeriu uma definição mais inclusiva: “A interface entre criatividade, cultura, economia e tecnologia, expressa na capacidade de criar e fazer circular capital intelectual com o potencial de gerar renda, empregos e exportações, junto com a promoção da inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Isto é o que a economia criativa emergente está conseguindo fazer. (NEWBIGIN, 2010, p.22)

Há um aspecto de importante contraste na conceituação corrente da indústria criativa, que tem um elemento paradoxal quando analisada face à experiência criativa no Brasil, que se refere a um dado de realidade relativo à formação científica/escolaridade dos integrantes dessa vertente:

[...] As indústrias criativas vêm criando precedentes importantes, em contraste com outros setores menos ágeis e dinâmicos da economia: interpretam e fazem uma aplicação criativa do conhecimento de forma inovadora, adotam tecnologias e novos modelos de negócio e de cooperação com facilidade, pensam em função de planos internacionais e utilizam a tecnologia para se aproximarem de seus clientes. Ao

mesmo tempo, possuem uma proporção excepcionalmente elevada de pessoas com ensino superior completo. Um estudo britânico oficial de 2005 revelou que 49% da força de trabalho das indústrias criativas possui formação em ensino superior, em comparação com 16% do total da força de trabalho do país. (NEWBIGIN, 2010, p.22).

Este aspecto merece uma especial atenção e problematização no contexto do desenvolvimento brasileiro, e de outros países com economias em condições similares de (in)justiça distributiva e crescimento, pois se relaciona com um outro aspecto, igualmente relevante, no campo das culturas, que é a propriedade intelectual.

[...] Por mais difíceis que seja medi-las, há um consenso sobre uma característica básica das indústrias criativas: a propriedade intelectual. A lei de propriedade intelectual é o agente catalisador que converte a atividade criativa em indústria criativa: proteger o direito de propriedade dos donos sobre as suas ideias, da mesma maneira que outras leis garantem o direito à posse de bens ou imóveis, fornece aos inventores de produtos e novos processos os meios para se beneficiar da sua criatividade e planejar um marco conceitual no qual as empresas e criativos possam trabalhar com segurança. Qualquer definição da economia criativa inclui o conceito de propriedade intelectual.

Considerando que boa parte da produção das indústrias criativas tem valor cultural e comercial, a regulação da propriedade intelectual deve procurar equilibrar os direitos particulares do criativo e o direito público dos cidadãos ao acesso à informação e à cultura. (NEWBIGIN, 2010, p.15)

Concordo com a afirmação de Messias Bandeira (2015), sobre a abrangência e relevância da economia criativa ao dizer que:

A Economia da Cultura não resulta do simples empilhamento dos circuitos criativos ou de ações provisórias de fomento. Dimensionar a importância da Economia Criativa significa considerar as distintas economias da cultura cujo arco de atividades vai das bases da criação de bens culturais e artísticos aos novos modelos de flexibilização dos direitos autorais e propriedade intelectual a partir das tecnologias das redes, como a licença Creative Commons. (LESSIG, 2005). Igual esforço deverá ser aplicado ao estabelecimento de outro horizonte para a Economia da Cultura onde o estatuto da criatividade precisar ser redefinido em sua escala social, conforme sublinha Wilson (2011, p. 372), ou mesmo remixado ao tratarmos de economias híbridas. (LESSIG, 2008). (BANDEIRA, 2015, p. 195).

No primeiro Relatório Sobre Economia Criativa da ONU, de 2008, ela é tratada como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, capaz de oferecer novas oportunidades

de alto crescimento para os países em desenvolvimento, muito embora tenha sido a partir deste momento que a economia internacional vivenciou uma crise sistêmica que a tem afetado, todavia, menos proporcionalmente que aos demais setores, pois o comércio mundial de produtos e serviços criativos sustentou-se quando os níveis gerais de comércio internacional caíram (UCTAD-PNUD, 2012).

Há uma demanda real para as políticas públicas como incentivadores dessa economia criativa, seja através do fomento a uma ampliação da qualidade de vida coletiva, através dos serviços públicos, seja pela otimização dos recursos públicos destinados para o oferecimento desses serviços. Um bom exemplo disso, é a regeneração de bairros periféricos e/ou marginalizados, ou ainda, a revitalização de áreas da cidade com déficit econômico, a partir de estratégias de planejamento urbano que incluem uma ação/intervenção direta do poder público, com a intenção de dinamizar tais áreas.

Isso, no mundo inteiro, tem sido feito a partir do fomento das empresas criativas e dos clusters empresariais na ordem local. “Muitas vezes é no nível regional, da cidade e do bairro, mais do que no nível de política nacional, que os governos podem fazer o impacto mais imediato e útil no crescimento da economia.” (NEWBIGIN, 2010, p.36)

A atividade artística subsidiada pelo Estado seja na educação, nos teatros subsidiados, orquestras, emissoras de serviço público ou em outros cenários, fornece investimentos em áreas de inovação, habilidades, espaços de pesquisas e espaços físicos, que não seriam viáveis no mercado comercial. Além dos óbvios benefícios culturais e sociais que fluem a partir do apoio público para as artes, tal atividade ajuda a estimular e aumentar a qualidade e a quantidade da procura pública para os bens e serviços criativos [...]a demanda inteligente é fundamental na hora de transformar a economia criativa. “A demanda deve ser exigente”[...] O comentarista cultural John Holden afirma: “O setor cultural subsidiado pelo Estado está atravessado por redes que se entrelaçam com as indústrias criativas” NEWBIGIN, 2010, p.39)

Outro aspecto extremamente importante, diz respeito à natureza dos convívios em sociedade, para que essas características da inventividade, da criatividade sejam promovidas. Um aspecto alias, que denota uma das características mais marcantes e desejáveis da maioria das sociedades pelo mundo, que é a diversidade.

A UNESCO identifica a diversidade cultural como a força motriz do desenvolvimento, tanto em relação ao crescimento econômico, quanto em relação a uma vida moral, emocional, intelectual e espiritual mais fecunda. Diversidade como um ativo indispensável para a redução da pobreza, e para a realização do desenvolvimento sustentável.

Quanto mais diversa for a cultura de uma comunidade, mais atraente será para as pessoas criativas, o que, por sua vez, atrai outras pessoas criativas. A diversidade é geralmente reconhecida como um elemento chave de sucesso nestas situações, não apenas a diversidade da comunidade, da cultura e do estilo de vida, mas também a coexistência de diferentes tipos de conhecimentos e criatividade num só espaço, ou seja, tanto acadêmicos e técnicos quanto sociais e culturais. No seu relatório para o governo do Reino Unido *Staying Ahead*, o economista Will Hutton diz que está na hora de construir uma comunidade criativa bem sucedida, a “diversidade é mais importante do que a habilidade”. O sucesso gera sucesso. (NEWBIGIN, 2010, p.35-36)

Interconectividade e interatividade entre fazedores, usuários e público em geral, cooperação e colaboração nos processos de criação e circulação, intercâmbio social e apoio mútuo, diferenciação e individualização dos serviços, geração de políticas públicas, reformatam e reconfiguram o mundo dos negócios, do comércio, das vendas, assim como, das trocas simbólicas e econômicas, isso tem sido o potencializador, e ao mesmo tempo, a meta das novas formas de criação e inventividade. A economia se beneficia diretamente em termos de crescimento, e a sociedade se beneficia diretamente em termos de justiça social e processos éticos (SEN, 1999).

Naturalmente, os governos têm um papel importante no processo de cultivar a criatividade. Mas, por definição, a economia se move de acordo com o ritmo criativo das pessoas criativas e elas, por sua vez, se movem em acordo com o ritmo das culturas das quais pertencem. Há exemplos de setores que estão crescendo rapidamente e são resultado de uma esquisita mistura de criatividade individual, patrimônio cultural e políticas públicas de sucesso. (NEWBIGIN, 2010, p.51)

Neste campo das políticas públicas, o Brasil criou no Ministério da Cultura, em 2011, a Secretaria da Economia Criativa, cuja missão é “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros”.

Luciano Coutinho, Presidente do BNDES à época, argumentou a esse respeito que:

[...] as transformações nas formas de produção, consumo e convivência social nas sociedades modernas têm no conhecimento e na criatividade sua base dinamizadora. Por isso, atributos de conhecimento e criatividade constituem fator de altíssima relevância no desenvolvimento social, econômico e político de um país. (COUTINHO, 2011).

Alie-se a isso um reconhecimento de que sendo a cultura composta por conteúdos densos, diversificados, e por isso mesmo, ricos, a sua conexão e potencialidade em relação ao desenvolvimento, é ainda maior e mais relevante.

Identificou-se que as atividades criativas têm potencial produtivo e inovador, e podem significar uma alternativa de inclusão produtiva, além de figurar entre as que mais vêm contribuindo para o crescimento de muitas economias em desenvolvimento. “Tornou-se necessário e relevante conceber novos instrumentos, metodologias e indicadores capaz de entender e de promover economicamente tais atividades”. (COUTINHO, 2011).

Estas questões aliam muito intimamente a cultura à promoção do desenvolvimento. Um desenvolvimento associado à inventividade, como defendia Celso Furtado, um desenvolvimento que ponha os processos tecnológicos, entendidos aqui em seu amplíssimo espectro de significado, de modo acessível às mais amplas camadas da sociedade. Nesse sentido, desenvolvimento é lido e entendido como sinônimo de democratização, e a cultura não só como meio para determinados objetivos, mas também como finalidade última deles.

A Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura tem então, uma estratégia de afirmação a importância das políticas públicas de cultura na construção de uma agenda ampla e transversal de desenvolvimento³, resgatando a “criatividade do povo brasileiro (Leitão, 2011). “transformar criatividade em inovação e inovação em riqueza cultural, riqueza econômica e riqueza social”.

[...] Nossa compreensão de economia criativa definitivamente não se submetia ao significado moderno das ‘indústrias culturais’. Pelo contrário, o grande desafio intelectual e político para a construção de um Plano da Secretaria era o de retomar o papel do MinC na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento brasileiro. Por isso, nossa

³ Ver em Anexos a FIGURA10: Articulações interinstitucionais com ministérios parceiros do Plano da Secretaria da Economia Criativa (p-54-55).

primeira tarefa foi a de pactuar os fundamentos da economia criativa, a partir dos seguintes princípios: inclusão social, sustentabilidade, na inovação, diversidade cultural brasileira. (MinC, Plano da Secretaria de Economia Criativa, 2011, p. 22)

A Secretaria passa então à proposição de políticas públicas, adotando a terminologia de “setores criativos”, como aqueles que representam os conjuntos de empreendimentos na Economia criativa, um setor que se caracteriza pela abundância e não pela escassez, e que por isso, se descola dos modelos econômicos tradicionais.

[...] os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica [...] percebemos que os setores criativos vão além dos setores denominados como tipicamente culturais, ligados à produção artístico-cultural (música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema, compreendendo outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao design, à arquitetura, dentre outros. (MinC, Plano da Secretaria de Economia Criativa, 2011, p. 22)

No Plano da Secretaria de Economia Criativa são identificados os desafios a serem enfrentados para que a economia criativa seja assumida como política de desenvolvimento no Brasil. São eles:

1º Desafio – Levantamento de informações e dados da Economia Criativa - A maior parte das pesquisas existentes é pontual e localizada, impedindo o desenvolvimento de análises aprofundadas quanto à natureza, e ao impacto dos setores criativos na economia brasileira.

2º Desafio – Articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos – Necessita-se da disponibilização e do acesso a recursos financeiros para a consecução dos seus objetivos. As dificuldades vão desde a incompreensão dos tempos e dinâmicas de funcionamento destes empreendimentos, para a definição de prazos e carências adequados, até uma incompreensão de códigos sociais e culturais dos agentes econômicos atuantes nestes setores. A gestão criativa de coletivos, redes, organizações colaborativas e cooperativas, com ou sem fins lucrativos, formais ou informais, tem se consolidado como alternativa de inclusão, inovação e sustentabilidade das iniciativas dos setores criativos.

3º Desafio – Educação para competências criativas - A construção de competências vai muito além da construção e difusão de conteúdos de natureza técnica, mas envolve um olhar múltiplo e transdisciplinar que integra sensibilidade e técnica, atitudes e posturas empreendedoras, habilidades sociais e de comunicação, compreensão de dinâmicas sócio-culturais e de mercado, análise política e capacidade de articulação.

4º Desafio – Infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos. - Torna-se um desafio a construção de políticas que se adequem a essas diferentes realidades e necessidades. Historicamente, o fomento público cultural tem privilegiado a etapa de produção, colocando em segundo plano o fomento à circulação/distribuição, considerado principal gargalo do mercado de bens e serviços criativos.

5º Desafio – Criação/adequação de Marcos Legais para os setores criativos pautarem estas discussões no sentido de avançar e promover um arcabouço jurídico favorável ao desenvolvimento dos setores criativos.

Embora economicamente dinâmico no país, e em que pese existir uma institucionalidade que “avançou consideravelmente após o Plano da Secretaria da Economia Criativa no âmbito do Governo Federal e da sociedade civil” (REIS, 2017, p. 52), “o Brasil não possui um adequado tratamento jurídico para regular a Economia Criativa, impedindo a sua utilização em qualquer planejamento econômico para desenvolvimento nacional.” (NETO, 2017).

Extrapolando as análises para contextos mais amplos, o *Relatório de Economia Criativa 2010 – Economia Criativa: Uma opção de desenvolvimento* apresenta a perspectiva das Nações Unidas sobre a economia criativa, uma questão atual da agenda econômica e de desenvolvimento internacional, demandando respostas informadas a políticas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, impactando tanto currículos dos cursos de formação, quanto a identificação de indústrias criativas nos mais diferentes países, um efeito direto do primeiro relatório, publicado em 2008. “Estimulada de forma adequada, a criatividade incentiva a cultura, infunde um desenvolvimento centrado no ser humano e constitui o

ingrediente chave para a criação de trabalho, inovação e comércio, ao mesmo tempo em que contribui para a inclusão social, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.” (Relatório de Economia Criativa 2010, **xix**)

Novos caminhos para o desenvolvimento são necessários para reorientar as políticas em direção a estratégias de crescimento mais justas, sustentáveis e inclusivas que sejam capazes de acelerar o crescimento socioeconômico, gerar empregos e elevar os padrões de vida. Diante desse contexto, a economia criativa é uma opção de desenvolvimento viável. O mundo mudou. A crise provocou um chacoalhão que demandou um sistema de governança global mais eficiente no qual os países emergentes não fossem mais excluídos. Como a demanda global diminuiu acentuadamente nos países desenvolvidos, as nações emergentes em rápido crescimento começaram a obter um desempenho relativamente melhor, sobrevivendo à crise com menos danos. O comércio regional Sul-Sul e os investimentos foram vitais para amenizar os efeitos da recessão global. Embora as tradicionais indústrias de fabricação tenham sido gravemente atingidas, os setores criativos – mais baseados em conhecimento – se mostraram mais resilientes aos choques externos. (Relatório de Economia Criativa 2010, **XX**)

Esta é uma característica *sui generis*, de amplo impacto da economia criativa, identificado na primeira década do século XXI, especialmente demonstrando a importância e grande oportunidade que representa o comércio, o investimento e as relações Sul-Sul. “Os países em desenvolvimento são, portanto, incentivados a incluírem produtos criativos em suas listas de produtos ao conduzirem negociações no Sistema Global de Preferências Comerciais”. (Relatório, 2010, **X**).

Entre aspectos destacados no Relatório, há a indicação de que como a criação de políticas no nível comunitário e municipal parece ser cada vez mais eficiente na articulação de resultados, em comparação com estratégias nacionais, devido à complexidade de integrar ações de políticas interministeriais e cruzadas. A cidade é um *locus* mais propício ao desenvolvimento criativo, portanto.

Nesse particular, há o desenvolvimento do conceito de “Cidades criativas” que viriam a ser um “complexo urbano em que vários tipos de atividades culturais constituem um componente integral do funcionamento econômico e social da cidade, [...] estimula-se assim, a “habitabilidade urbana, a coesão social e a identidade cultural”, além da oferta de emprego e renda, da agregação de valor, por meio de seus ativos patrimoniais, culturais, ou das suas atividades culturais nas artes cênicas ou visuais. Isto pode vir a

gerar uma “criatividade sistêmica”, no meio social, que por sua vez, “cria o humor da cidade, sua atmosfera e cultura”. (Relatório UNCTAD, 2010, p. 14)

O Relatório UNCTAD (2010) apresenta conceitos em evolução tais como “ecologia criativa”, “bens *creative commons*”, “criação colaborativa”, “economia da experiência e inovação leve”, expandindo a análise sobre os maiores impulsionadores e sobre as múltiplas dimensões da economia criativa. Apresenta também uma profunda análise sobre a economia criativa e “economia verde”, e as implicações das perdas já provocadas na biodiversidade, e como a associação entre criatividade e biodiversidade se configura em uma alternativa tanto para o desenvolvimento sustentável, quanto para a recuperação econômica.

Outro enfoque repousa sobre a análise da estrutura organizacional da economia criativa, com ênfase para o poder das redes sociais, e sua influência na distribuição e socialização de conteúdo criativo digitalizado, especialmente, através dos modelos de negócios mais flexíveis.

O Relatório ainda aborda o comércio internacional de produtos e serviços criativos, as tendências globais de fluxos de mercado e produtos, e a importância do comércio e das relações SUL-SUL, assim como uma análise sobre como a demanda por produtos criativos tem impactado positivamente na recuperação da economia no pós-crise, de modo que cada país possa gerar o perfil individualizado do desempenho comercial de suas indústrias criativas.

A UNCTAD propõe ferramentas para promover um aprimoramento gradativo dos mecanismos de comparabilidade e confiabilidade das estatísticas comerciais, das metodologias de coleta, de estatísticas e indicadores econômicos para as indústrias criativas, ampliando e melhorando a transparência do mercado.

Enfoca também, a questão sensível dos direitos autorais, sua proteção e/ou compartilhamento, além de se debruçar sobre a nova tendência em direção ao domínio público e códigos abertos para a distribuição da propriedade intelectual, no que isso também se relaciona com a crescente função da tecnologia e da conectividade na economia criativa, e como as TICs, a convergência e a digitalização estão gerando novos

modelos de negócios, e fazendo com que produtos criativos de países em desenvolvimento circulem em mercados globais.

Neste aspecto, o Relatório também analisa a importância das políticas nacionais, que visam o fortalecimento da economia criativa, e a geração de ganhos de desenvolvimento. Propõe direções de políticas, e novas opções para o financiamento e investimentos para as indústrias criativas, baseadas em solidariedade, uso de moedas alternativas e empreendedorismo criativo, analisando como as redes de comunicação e o trabalho colaborativo tem ampliado a proatividade de indivíduos, e grupos criativos, para encontrar soluções revigorantes para a economia criativa, tanto em nível nacional, quanto internacional. O que impacta em outro aspecto importante focado, que é a formulação de políticas multilaterais regionais e internacionais relevantes para a economia criativa.

O Relatório UNCTAD 2010 mostra como na dinâmica dos processos criativos, misturam-se novamente as expressões culturais e criativas tradicionais com as contemporâneas, em processos contínuos de inovação e inventividade.

Por fim, o Relatório indica como a criação de políticas no nível comunitário e municipal parece ser cada vez mais eficiente na articulação de resultados, em comparação com estratégias nacionais.

Este aspecto em especial muito interessa a este estudo, em uma abordagem a partir da análise da experiência local da Cidade de Salvador.

CAP. 3 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA EM SALVADOR

As análises e informações apresentadas neste capítulo decorrem dos resultados advindos da pesquisa de campo, na qual se previu além do cotejo e conhecimento das estruturas oficiais de gestão pública de Salvador, a apreciação direta dos gestores públicos municipais na Gestão do Prefeito ACM Neto (2013-2017). Foram entrevistados Guilherme Bellintani, titular da primeira Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (2012-2015), Érico Mendonça, e Cláudio Tinoco, Secretários de Turismo e Cultura (SECULT), Fernando Guerreiro, titular da Fundação Gregório de

Mattos, Isaac Edigton, presidente da Empresa Municipal de Turismo (SALTUR), o primeiro presidente do Conselho Municipal de Cultura, Madiba Freitas, o Presidente da Associação Baiana de Agências de Viagens, Pedro Costa.

A título de contextualização, cabe mencionar que a Cidade de Salvador, em suas sucessivas administrações, não contou com a definição de uma instância de gestão, em nível de secretaria, que se dedicasse à gestão da política cultural. O governo municipal da capital baiana, no período imediatamente anterior ao analisado nesta pesquisa, ou seja, entre os anos de 2005 e 2013, foi dirigido por João Henrique Carneiro (2005-2013), à época vinculado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sua gestão foi marcada fortemente por uma dispersão administrativa, não seguiu-se um roteiro estratégico de administração, prevaleciam o improvisado e os movimentos erráticos, procurando dar resposta às pressões veiculadas pela mídia, e pelos grupos de interesses econômicos e políticos, o que redundou, finalmente, no fracasso político e desgaste eleitoral. Essas marcas de caráter permanente nos dois mandatos acentuaram-se fortemente no segundo. As avaliações sobre a gestão, realizadas durante o período podem bem confirmar estas afirmações.⁴

Seu governo foi de janeiro de 2005 a janeiro de 2013, sendo que no primeiro período, foi adotado um rol de compromissos para democratizar a gestão pública, com inovações gerenciais e de relacionamento democrático com a sociedade. Nesse projeto se envolveu uma plêiade de partidos de diferentes vertentes ideológicas.

A primeira gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura foi da pedagoga Olívia Santana, do PCdoB, e da Fundação Gregório de Mattos, o órgão executivo da política cultural, do professor de música e compositor da UFBA, Paulo Lima, sob a responsabilidade dos quais se elaborou um projeto, que foi a criação em cada uma das regiões administrativas, de um Centro de Arte Educação, vinculado à rede municipal de escolas. Foi executado apenas um centro em função da ausência de prioridade, e consequente da destinação de recursos. Os limites postos não nasceram da área

⁴ A respeito da avaliação da gestão municipal do prefeito João Henrique Carneiro ver: www.ibope.com.br/www.atarde.uol.com.br/politica/noticias/1115399-datafolha:-joao-henrique-e-pior-prefeito.. Acessado em 09.09.2018.

educacional e cultural, mas sim, do comando político central, e da gestão da fazenda pública.

Ao lado dessa iniciativa, a Fundação Gregório de Mattos desenvolveu um projeto de caráter inédito na cidade, envolvendo a valorização e registro das atividades dos mestres populares, tanto no terreno das artes, da capoeira, como de outros saberes tradicionais.

O orçamento da Fundação Gregório de Mattos chegou a 0,13% do global do Município. Não havia articulação institucional com as políticas realizadas em plano Estadual nem Federal. O Município não realizou conferência municipal, nem criou conselho de cultura. As iniciativas havidas foram da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), ou de segmentos sociais ligados à produção artística, que tem autonomia para realizar conferência, inserida nos processos estadual e nacional, iniciativa garantida pela legislação que estabelece o processo de conferência nacional. Não havia nenhuma formulação de caráter global sobre cultura. Cada segmento vinculado a determinado processo cultural, resolvia seus dilemas e desafios por conta própria, e seguindo interesses diversos.

Para analisar esses aspectos mais concretos da gestão, quero acrescentar brevíssimas considerações conceituais sobre o fenômeno da cidade, que nos servirão de lastro para os debates que se seguirão.

O arquiteto Paulo Mendes da Rocha (2016) diz que “[...] na verdade, a ideia de cidade não é de amparo físico, no sentido de proteger do vento e da chuva. É a de um lugar onde você possa conversar. A cidade é o laboratório do homem. Ele precisa estar junto” (p.25).

Milton Santos (2014) apresenta uma conceituação mais complexa da cidade, algo como um lócus onde se concentram não só os fazeres, mas também os dramas, as tragédias, decadências e, ao mesmo tempo, potencialidades e capacidade de desenvolvimento, transformação e revolução.

[...] Quando se compra mais, as cidades produzem mais, trocam mais excedentes entre si e, conseqüentemente, podem expandir-se e veem seus espaços, elementos e relações aumentados; crescem e especializam-se em determinadas atividades.

A cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão de conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se então, que é, a cidade, lugar de ebulição permanente. (SANTOS, 2014 p.60)

3.1 A GESTÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SALVADOR: 2013-2017

A Cidade de Salvador, a partir da eleição do Governo ACM Neto, em 2013, membro do partido Democratas (DEM), sofre uma mudança importante no discurso acerca da cultura e da política cultural para a cidade.

Já no primeiro discurso na Câmara de Vereadores, no momento de posse, o prefeito ACM Neto, destacou a importância e a originalidade de Salvador, no que tange ao seu aspecto cultural, e relacionou uma série de artistas como sendo a expressão desse brilhantismo, indo de Gregório de Mattos a Ivete Sangalo, passando por Jorge Amado.

Salvador não é um simples aglomerado urbano. E, por isso, não pode ser tratada de qualquer jeito. O prefeito dessa cidade precisa saber respeitar essa história. Precisa saber modernizar seu funcionamento, mas sem ferir suas tradições. Precisa compreender que essa cidade é um patrimônio que tem de ser preservado para as futuras gerações. Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que Salvador é uma cidade viva, dinâmica e que não para de se transformar. (Discurso de Posse, 01.01.2013)⁵

O discurso e uso da cultura na estratégia do governo municipal, fica explicitado quando da primeira reforma administrativa, e entre outras medidas, da criação da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (SEDES), e a consequente nova vinculação da Fundação Gregório de Mattos, antes vinculada à Secretaria Municipal de Educação, à essa estrutura.

No início de 2015, a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura deixou de existir, passando a ser somente Secretaria de Desenvolvimento, e a cultura surge com nova denominação de *Secretaria de Turismo e Cultura*.

⁵ /www.correio24horas.com.br/noticia/nid/leia-o-discurso-de-posse-do-prefeito-acm-neto-emposado-nesta-terca-feira-1o/. Acessado em 17.07.2018.

A administração de ACM Neto implementou o Sistema Municipal de Cultura, nos moldes orientados a partir do plano federal, como diretriz do Sistema Nacional de Cultura, e do Plano Nacional de Cultura.

Em relação à estrutura formal, a organização é a mesma de outros municípios e estados, isto é: órgão executivo responsável, fundo municipal de cultura e orçamento específico, convocação de conferência municipal, e funcionamento regular de um conselho municipal. Salvador foi das últimas capitais a aderir ao Sistema Nacional.

A criação da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (SEDES) sugere o estabelecimento de uma relação conceitual, inédita no Brasil, entre cultura, turismo e desenvolvimento, isso tem um valor simbólico importante, porque se relacionou a atividade cultural, a memória, marcas evidentes da cidade, com o desenho urbano, também marca cultural, que vem sendo paulatinamente alterado, com mudanças que se operaram de forma bastante relevante, a partir das ações e medidas da gestão pública.

3.1.1.AS ARTICULAÇÕES ENTRE CULTURA E TURISMO

Ao responder sobre essa articulação, Érico Mendonça, então, Secretário Municipal Cultura e Turismo da Prefeitura de Salvador (2014-2016), demonstra como a linha mestra do desenvolvimento para a cidade, tornou a articulação entre o incremento do turismo e da cultura uma via de atração natural, uma vez que a partir da identificação que Salvador perdia espaço como destino turístico, tanto para o próprio litoral norte, e cidades do sul da Bahia, quanto para outros estados e destinos praianos. Decidiu-se criar um “Plano Municipal de Turismo”, - exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID -, e nele, já se buscou trabalhar cultura e turismo de uma forma a criar uma sinergia.

Então, a gente identifica como uma necessidade de você fortalecer outros ativos que a cidade tem. E o mais forte é realmente a questão da cultura, não é? Uma cultura que vai desde a música a esses outros elementos que marcam hoje a cidade muito forte, com esses nomes da literatura, da fotografia e da música. Enfim, então começamos a trabalhar em dar destaque a essa dimensão nova da cidade, através da implantação desses equipamentos”. (Mendonça, Érico, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 09/07/2018).

Essa sinergia induz uma nova imagem, e uma alteração na percepção de identidade, em relação àquela consolidada sobre Salvador. No entendimento do Presidente da Fundação Gregório de Matos:

[...] Salvador começou a virar uma cidade contraditória de novo no que ela tem de mais interessante, hoje a imagem de Salvador que passa pro mundo inteiro é que uma cidade com um calor humano muito grande, com a natureza muito vibrante, com uma cultura sensacional, mas uma cidade cheia de contradições, isso hoje em dia eu gosto dessa visão, eu não quero esconder nada debaixo do tapete, acho que a imagem de *Salvador tem que ser uma imagem de uma cidade diversificada com todas as contradições que ela tem e que todas as grandes cidades tem* [...] Salvador hoje sai daquele espaço de idílio, de ser uma cidade só hedônica onde você vem para cá só para ter prazer, não! Salvador também é uma cidade onde você pode viver experiências interessantíssimas, fora desse prazer hedonista, alucinado, é uma cidade que está cada vez mais se desenvolvendo em vários setores, para oferecer serviço de qualidade, [...] hoje tem pulso na cidade, hoje tem pulsação, hoje é cidade moderna, uma cidade contemporânea urbana. (Guerreiro, Fernando, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018)

Outro entendimento, expressou Guilherme Bellintani, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (2012-2015):

[...] Eu acho que tanto cultura quanto turismo requer uma aproximação muito grande com o desenvolvimento, e entra aí não só o desenvolvimento econômico, mas desenvolvimento social, desenvolvimento da própria cidade como um todo e dos seus organismos todos que envolvem. Seria um conceito mais complexo de desenvolvimento. Quando fala desenvolvimento, muita gente olha exclusivamente para o desenvolvimento econômico, não é? Aí a gente está tratando basicamente do desenvolvimento da sociedade como um todo, o chamado desenvolvimento social, e dentro dessa, digamos expressão um pouco mais geral, entram diversos elementos. Desenvolvimento da sociedade, dos seus processos educacionais, desenvolvimento econômico também, desenvolvimento do pensamento dentro da própria cidade, de como aquela cidade se educa e gera as suas relações sociais, enfim o desenvolvimento das próprias relações sociais como um todo. [...] A questão da cultura no Brasil é que ela foi reconhecida, talvez muito a partir do final da década de 90, quando o próprio governo Fernando Henrique, ali com Francisco Weffort e todo movimento, naquele momento, de criar o Ministério da Cultura e fazer ali um começo de políticas públicas na área cultural, já mostrou um movimento importante. Mas que de fato tomou uma dimensão maior, tomou uma dimensão de política de Estado mesmo, com a chegada do Ministério da Cultura no governo Lula e com Gilberto Gil, que teve toda uma atuação mais ampla na formação de políticas culturais, de política nacional de cultura, do plano nacional de cultura, e uma série de

outras coisas. Mas, sempre se passou ali por uma divisão muito clara de a política cultural como um todo, de valorização, de reconhecimento, de estudo, de delimitação, digamos assim, do que é o conjunto cultural do Brasil, e do outro lado, o financiamento dessa cultura. (Bellintani, Guilherme, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 11/07/2018

No imbricado relacionamento entre cultura e turismo, sempre há uma queixa dos/as pensadores/as, críticos da área da cultura, produtoras/es, que não adotam um exclusivo um viés pragmático, e assim questionam sobre uma possível subordinação ou rebaixamento da cultura aos ditames do mundo comercial do turismo. Sobre esta questão, o gestor público esclarece:

“No Projeto Salvador 360°, lançado em 2017, um dos eixos é a Economia criativa, exatamente com o foco do desenvolvimento da economia vinculada à cultura: cinema, fotografia, música, artesanato, ou seja, aqueles elementos que são culturais e que geram recursos econômicos [...] designs, moveis, arquitetura, rádio.” (Mendonça, Érico, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 09/07/2018

Um debate transversal importante tem relação com o peso do turismo, e da própria cultura como geradores de circulação de recursos financeiros, se considerado apenas a espécie de consumo pontual dos eventos e viajantes. É necessário que o plano de desenvolvimento estabeleça ações de geração e circulação de bens, que possam animar o consumo, inclusive cultural, para os/as cidadãos/ãs das cidades, ou seja, produzir uma cultura que se sustente a partir do consumo e da fruição dos/as moradores/as, dos locais, dos/as cidadãos/as, uma cultura de uma cidade pensada para seus/suas cidadãos/ãs, e seus/suas potenciais visitantes e/ou moradores/as temporários/as, algo frequente nas capitais, sempre polo de atração por razões diversas.

Há atualmente, uma relação entre os eventos e a dinamização de um calendário anual, com a intenção de atrair turistas durante o ano inteiro, em razão dos resultados das pesquisas sobre o turismo na cidade, indicarem nitidamente a forte concentração no período de festas populares, e no carnaval (evento), e de pessoas vindas do interior.

[...] você tem hoje grandes atividades culturais nos bairros da cidade tem movimentos muito forte acontecendo no subúrbio em Cajazeira, entendeu é incrível como as redes sociais mostraram o lado de Salvador que ainda continua fora das mídias convencionais, assim o reggae é impressionante, o reggae não vai para a mídia convencional.[...] durante o ano inteiro o hip hop é fortíssimo no subúrbio, nos bairros periféricos, hoje você tem uma coisa do movimento de poesia, hoje se você me perguntar :Fernando qual é o grande impacto hoje é o hip hop, e acabou, não tem pagode não tem nada, hoje se você perguntar genuinamente hip

hop é muito forte. (Guerreiro, Fernando, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018).

A elaboração de um calendário amplo, diversificado, democrático e democratizante, que diminua a forte oscilação de públicos na cidade, incluindo seus próprios munícipes, é de fato um desafio para qualquer administração municipal, já que o turismo e as atividades de lazer e entretenimento, são elementos importantes para a qualidade de vida dos/as moradores/as da cidade, além de terem um peso econômico específico na economia.

O questionamento a ser feito não se vincula apenas ao calendário, mas principalmente aos demais elementos e ações que o constituem. Como preencher o ano? Com quais conteúdos? Para quais públicos? Como se expressará a diversidade de linguagens e características identitárias desta cidade cultural? Como gerir uma política antenada, concatenada e articulada entre os diferentes setores, como formas de agrupamentos (“*cluster*”) para a promoção da cultura e do desenvolvimento, associados ao turismo, e para o fluxo da produção simbólica e artística?

Chama a atenção inclusive, esse tipo de abordagem, que coloca em um patamar de grande responsabilidade essas atividades, havendo um certo abandono de outras perspectivas de atividade econômica. Isso aparece tanto no discurso de gestores, como no de representantes da sociedade civil.

[...] a indústria da economia criativa da cidade é oitenta por cento do que roda isso aqui. Onde é que está a indústria aqui? Isso movimenta o comércio, isso movimenta o setor de bares e restaurantes. As pessoas esquecem que o Polo Petroquímico não é em Salvador, a Ford não é em Salvador, a autopeça não é em Salvador, o pneu não é, não é Salvador. Não tem fábrica em Salvador. Aqui se produz energia, é outra coisa. Se produz cultura, se produz gastronomia, se produz serviços. (sic). (Isaac Edigton, 07/07/2018, entrevista).

Um outro aspecto a ser destacado também tem relação com a infraestrutura urbana, visando a realização dos eventos previstos no calendário anual. A cidade de Salvador carece de espaços fechados, adequados, e isso induz uma crescente “*adaptação*” das vias e praças públicas. Salvador perdeu espaços como o Estádio Otávio Mangabeira, o ginásio poliesportivo do “Balbininho”, o próprio centro de convenções da Bahia, dentre outros. Dá-se um processo de adaptação arquitetônica nem sempre tecnicamente adequada ao conforto dos/as usuários/as de da vizinhança.

[...] E isso foi até um dos elementos da discussão da criação do centro de convenções municipal, aquele que vai ser ali no Aeroclube. Que ele vai ter essa característica de não ser um centro de convenções tradicional, com auditório inclinado. O auditório dele vai ser um grande salão, plano, você pode tirar as cadeiras, botar as cadeiras, e ali você faz eventos de várias tipologias, música, dança, enfim [...]. Fizemos aquele teste com o réveillon lá. Foi positivo sob o ponto de vista de acesso, de não tumultuar muito a vida da cidade. E veio depois essa opção de fazer ali também o centro de convenções, que tem também esse caráter de ser um espaço adequado para poder atrair estes eventos de grande porte. (orla marítima do bairro da Boca do Rio). (Érico Mendonça, 09/07/2018.entrevista).

Em relação a este aspecto em específico, Cláudio Tinoco, Secretário de Turismo de Salvador, na gestão do Prefeito ACM Neto, iniciada em 2017, destaca a criação de equipamentos públicos:

[...] Salvador acaba impulsionando a Bahia nesse sentido a gente reúne tantos aspectos da influência da cultura do ponto de vista da atração das pessoas, nem vou dizer atração turística propriamente dita, porque ele servem entre tantas coisas para promover, e não significa que ela seja ainda suficiente para atrair. Por exemplo, quando a gente pega a obra de Jorge Amado, e cria um memorial de Jorge Amado, estabelecendo aquilo ali como um novo equipamento cultural, assim como atrativo turístico, aqui no Rio Vermelho, essa é uma sinalização clara de que essa obra que está traduzida, publicada em 75 países, traduzido em vários idiomas, ela consegue atingir o imaginário das pessoas, levando elementos do nosso cotidiano, da nossa história, da nossa cultura, isso é muito importante para a gente associar a Salvador como uma promoção de destino turístico, para você ter uma idéia, a em um ano e meio da Casa do Memorial de Jorge Amado e Zélia Gattai aberta, aquele equipamento passou a ser o terceiro atrativo em visitação da cidade de Salvador, perdendo apenas para dois equipamentos que são consolidados, que é a Igreja de São Francisco e a Igreja do Bomfim. [...] essa é uma demonstração muito objetiva, concreta do como a cultura, sobretudo um patrimônio cultural de Salvador, influencia na perspectiva de atração turística, outro aspecto claro. (Tinoco, Cláudio. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018)

O Secretário Cláudio Tinoco (2017- em curso), usa uma expressão emblemática: “Salvador viveu muito tempo à sombra da Bahia”, isto dito para sinalizar as condicionantes impostas à imagem da cidade como aprisionada a uma “baianidade” muito diretamente associada à influência de hábitos e costumes, e também do patrimônio físico de certas características europeias e africanas. (Tinoco, Cláudio. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018).

Isto também por ele visto, como uma potência usada equivocadamente, porque não se aproveita à fundo a atração natural que tais características poderiam gerar como estímulos para um certo magnetismo específico, que produz um fluxo de turistas interessados e identificados com certas marcas identitárias da cidade.

Um exemplo apresentado por ele é em relação ao turismo de comunidades negras afro-americanas, atraídas pelas questões étnicorraciais e religiosas de matriz africana, afro-brasileira e afrodiáspórica, o “turismo étnico”, fomentado pelo Governo do Estado da Bahia.

Este é um aspecto que demanda um reconhecimento importante das identidades da Cidade, e a partir dele, uma gestão que busca articular a cidade com a região na qual se insere, nesse caso, não só a Região Metropolitana, mas especialmente, Salvador e o Recôncavo, promovendo ações de cultura e turismo direcionadas, acionando os aspectos da economia criativa que embasam o projeto inscrito no Sistema de Cultura do Município de Salvador.

A esse respeito, o Secretário Cláudio Tinoco argumenta:

[...] Vou dar aqui um exemplo que passa despercebido: a quantidade de turista americano na cidade, acho que no mês de Julho, que é a festa da Boa Morte, (sic) eles passam despercebidos por Salvador, mas a gente só reconhece, encontra, porque a gente monitora isso quando a gente vai para a pesquisa de perfil do turista que está na cidade, e a gente identifica isso pelo cadastro de turistas nos hotéis, como é um cadastro acessível, você tendo exatamente na semana da festa da boa morte que é no recôncavo, não é na capital, você tem uma presença eu diria assim, acentuada de turistas americanos, então os norte-americanos, sobretudo os negros, enfim que tem esse interesse pela festa, essa identificação, isso pode ser até trabalhado até por de forma profissional por operadores e agentes, você tem agentes de receptivos internacional que fazem esse trabalho de venda, às vezes como eu falo, uma festa como essa, num aspecto cultural muito forte, e muita identidade para um público específico. Estou dando mais um exemplo concreto e objetivo, de como a cultura de Salvador da Bahia, tem uma influência na decisão na opção, e na atração de visitantes para Salvador. Tinoco, Cláudio. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018

Semelhante argumento se faz no que diz respeito ao financiamento da cultura, ao fomento e à promoção de determinadas “linguagens” e expressões culturais, social e

étnicorracialmente demarcadas, uma vez que elas são aspectos específicos da cultura, mas são também, projetos sociais e culturais, que articulam desde a manutenção pessoal, até um projeto econômico mais amplo de sustentação de famílias, instituições, e em alguns casos, de comunidades inteiras.

O mais evidente exemplo é a capoeira, que passou a ter fomento exclusivo, através de editais da Fundação Cultural Gregório de Matos: “a gente entra em toda a constituição da política de fomento, subsídio à cultura atrelado a uma percepção daquilo que pode não só produção, mas é formação, qualificação para que possa haver uma inserção dessa produção do ponto de vista econômico”. (Cláudio Tinoco, 24/05/2018, entrevista)

3.1.2. DO FINANCIAMENTO DA CULTURA

O aspecto do financiamento da cultura é assim abordado:

[...] E mais uma vez indo para a questão do financiamento, se tentou, logicamente, e o próprio Gilberto Gil com a coisa do empreendedorismo da cultura, da economia criativa, se tentou fazer muita coisa. Mas a marca que ficou todo esse tempo, tanto do governo Fernando Henrique, quanto do governo Lula, foi a marca do financiamento da cultura pelo Estado. Apesar de diversas tentativas de quando se falou muito em economia criativa, por exemplo, o Brasil não conseguiu sair ainda de um financiamento da cultura pelo Estado, seja de forma direta com os editais, seja de forma indireta, com as políticas de financiamento, tipo Lei Rouanet, ou as leis municipais de cultura ou lei estadual de cultura. Aqui na Bahia, teve por muito tempo aí a Fazcultura, e uma série de outras coisas. Então o que é que eu vejo da união da expressão desenvolvimento e cultura? **Eu vejo como uma tentativa de dar uma maior independência ou autonomia, e um movimento econômico próprio do segmento cultural, que não significa um afastamento do Estado.** Não é para o Estado deixar de financiar, mas é para entender que apenas o financiamento do Estado, não vai ser suficiente para financiar todo o desenvolvimento e o movimento cultural que o Brasil tem, que precisa promover e desenvolver. Então assim, eu nunca defenderei o afastamento do financiamento público da cultura, mas na hora que a gente vai promover um crescimento ainda maior desse financiamento, vai ter um limite que o Estado que vai conseguir alcançar e que, portanto, ele não vai abraçar o mundo. Não tem condições de abraçar o mundo, mesmo a gente defendendo mais recurso para o Ministério da Cultura, por exemplo. **E aí o que eu defendo, portanto, é que o Estado gaste muito mais dinheiro com indução do desenvolvimento do que propriamente com o financiamento em si desse desenvolvimento.** Ou seja, como criar mecanismo para que, por exemplo, estruturas. Vamos lá, a gente vai financiar a economia criativa, por exemplo. Há duas formas de o Estado fazer isso, uma é financiando os projetos de economia criativa, que é o movimento clássico que o Estado brasileiro tem feito. Abre um

edital, um projeto tal, lá na área de filmes, por exemplo, é vencedor, e o Estado financia aquele filme. E o outro, que é o que eu defendo, é que o Estado financie a infraestrutura para que diversos filmes aconteçam, para que as pessoas consigam produzir filmes, que tenham uma autonomia econômica maior, uma autonomia financeira maior. Que é, por exemplo, fazer os grandes parques de produção cinematográfica, bancados pelo Estado no primeiro momento, e a partir daí, toda a produção vá ganhando autonomia, vá ganhando patrocínios captados com a própria iniciativa privada, ou vá se mantendo, por exemplo, também com parte das bilheterias. Você produzir, você financiar escolas de cinema é muito mais proveitoso economicamente, do que você financiar um filme em si. Então, essa é diferença que eu vejo muito mais da lógica do desenvolvimento da cultura, sendo o Estado um financiador de produto, ao invés de ser o que eu defendo, um financiador de estrutura. (Bellintani, Guilherme. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 11/09/2018). (**grifo nosso.**)

Nesta argumentação do entrevistado há aspectos que se confrontam com a conceituação da economia da cultura, como pode ser avaliado no Capítulo 2 deste estudo. Ademais, o setor cultural da Cidade do Salvador, apresenta nuances, especialmente no que se refere à necessidade de fomento e indução da cultura, que se desconsiderados pelos formuladores e executores da política pública, seja por desconhecimento ou decisão, comprometerão, decisivamente, a sua ocorrência.

A compreensão de financiamento público, e o papel de gerador de ações de caráter mais duradouro, pareceu ser um destaque da gestão do Prefeito ACM Neto, algo que tende a se aproximar daquela articulação mencionada no Plano Nacional de Cultura, que se refere à relação entre formação/capacitação cultural e fomento à cultura, materializado na junção entre a constituição de espaços físicos, equipamentos públicos, e a realização de eventos culturais. O Secretário de Turismo, Cláudio Tinoco registra:

[...] no âmbito da Fundação Gregório de Matos que foi a realização do “Boca de Brasa” como instrumento de capacitação e fomento à cultura.[...]como foi concebido na primeira gestão de Neto, eram ocorrências itinerantes distribuídas pelas regiões administrativas da cidade, preferencialmente, em bairros com vocação cultural, artística. Então ele tinha um formato, era praticamente uma semana de trabalho, havia um chamamento para que produtores locais, produtores, artistas, músicos, instrumentistas, havia uma qualificação, uma capacitação inclusive, entre as capacitações tinha para elaboração de projetos, por exemplo, sobretudo para os produtores que sempre era uma coisa e sempre foi, e ainda continua sendo, uma queixa, que é exatamente a dificuldade de acesso que tem essa produção artística e cultural, de menor qualificação aos programas, aos projetos, ao financiamento propriamente dito. E a tinha as oficinas de arte e cultura propriamente

ditas, combinava com um grande evento musical, com uma grande atração, ou um artista de maior referência naquela comunidade ou naquele bairro. Dessa forma, foi o que nós percebemos o intuito do Boca de Brasa como ferramenta de fomento e capacitação de qualificação, para que você pudesse contribuir de alguma forma para formação dessas pessoas, do ponto de vista também da sua produção, e da sua inserção do ponto de vista do financiamento também do seus projetos. Aí foi que a gente percebe que isso não estava ficando, criava-se um movimento, começa desde o ano passado a estabelecer os espaços Boca de Brasa, então a gente passa a ter uma referência fixa, física, um equipamento próprio do município, como foi criado no subúrbio 360, lá em Coutos. Um equipamento fantástico, está funcionando inclusive domingo de 15 em 15, a gente tem lá umas atividades que são fora dessa rotina da semana, a gente tem uma meta, de até o final desse ano, implantar dez contando com esses, chegarmos a dez espaços que seria pelo menos um em cada uma das dez regiões administrativas, então, reforçando essa estratégia do “Boca de Brasa”, exatamente para a gente poder interferir de alguma forma na produção, na qualificação e na capacitação também, o município e a prefeitura não tinha espaço, já teve lá atrás, você tinha um teatro Gregório de Matos, fechado há dez anos, o espaço cultural da Barroquinha fechado e degradado, então, a decisão também de recuperar esses espaços, vinculando esses espaços inclusive como espaços de apresentação da produção cultural incentivada pelo município, ou seja, pelos editais, as peças teatrais, uma exposição qualquer, que tenha sido financiada praticamente no edital está garantido que ele tenha esses espaços gratuito está certo, toda a infraestrutura mantida, então você, o município, passou a oferecer espaços, e de boa qualidade, e tanto um quanto o outro, depois das qualificações, hoje não deve nada a ninguém. Tinoco, Cláudio. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018

Na relação de desenvolvimento, esporte, cultura e lazer, assim como mencionou Isaac Edigton, o estabelecido com o empresariado, patrocinadores e agentes privados para a promoção das atividades da cultura, especialmente os grandes patrocinadores, visando reduzir os gastos públicos, e suplementar os recursos orçamentários disponíveis por parte da Prefeitura, se inspirou na experiência de organização na Copa das Confederações e posteriormente, na Copa do Mundo, com as estratégias de captação utilizadas pela FIFA.

[...] Da Ecopa. Em contato com a FIFA, como eles atuavam. Aí veio essa coisa da zona de restrição comercial, como uma maneira de que a cervejaria botasse mais dinheiro com o patrocínio. Tudo isso claro, alavancando as vendas. Então, essa foi uma estratégia que foi copiada, entre aspas, do que a Copa fez, faz. {Que vocês avaliam que deu certo?} Eu acho que sim, porque o que houve de incremento de patrocínio foi muito grande, reduzindo a participação da despesa da Prefeitura.[...] mas, a participação desses patrocínios foi evidentemente muito forte, tanto que permitiu a gente fazer o carnaval espalhado na cidade. Deixou de ser só nos circuitos tradicionais, e passou a ter eventos em bairros, até como uma maneira também de diminuir a pressão humana, numa cidade de três milhões de habitantes, em dois circuitos que já vinham

existindo há vinte anos, quando a cidade tinha um milhão de habitantes, teoricamente. A gente triplicou a cidade e os espaços eram os mesmos. Então, você tinha que descentralizar isso e esses patrocínios ajudaram muito. Porque o custo de descentralizar é alto também, né? (Mendonça, Érico, Entrevista concedida para Javier Alfaya em 09/07/2018).

Neste particular, há que se questionar a manutenção da precarização das condições de trabalho e ocupação da população no entorno dos grandes eventos, (“cordeiros/as no carnaval/, barraqueiros/as nas festas de largo etc), a expulsão da massa de trabalhadores/as desempregados/as que se servem da condição de “ambulantes”, para uma utilização periférica do grande evento, assim como, das taxas para a oficialização dos postos de vendas, consideradas elevadas para a condição socioeconômica da população envolvida. O fato de permanecer sendo estas “preocupações” difusas dentro da gestão, mesmo estando ao encargo de uma estrutura destinada a organizar o uso do espaço público, a Secretaria de Ordem Pública, leva a uma situação de baixa humanização das políticas implementadas, ou seja, tais políticas desconsideram as singularidades das populações e indivíduos que são os seus destinatários diretos.

3.1.3. OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, PATRIMÔNIO E A CIDADANIA CULTURAL

Assegurar espaços físicos, equipamentos públicos e financiamento sempre foi uma grande polêmica para as administrações municipais, a definição de quais equipamentos seriam instalados, a localização geográfica, e o alcance de sua atuação e cobertura, creches, escolas, unidades de saúde, quadras esportivas etc. Entende-se que essa definição está diretamente associada aos objetivos que visam assegurar a cidadania, seja ela entendida em sua singularidade, ou sendo adjetivada. Cidadania cultural como aqui nos convém defender.

[...] quando você expande os equipamentos culturais para regiões descentralizadas você consegue criar mecanismos, você consegue colocar na comunidade um instrumento de desenvolvimento dos elos comunitários e sociais que toda comunidade precisa ter você descobre novos potenciais artísticos naquela região, você consegue concentrar um ponto de escoamento disso seja no palco, seja na tela, seja através da música, com a rádio comunitária pode usar ali, seja para ensaios de capoeira de dança e de teatro, seja para capoeira, seja para o que for, mas quando você não coloca esse equipamento, você não consegue perceber qual o potencial de desenvolvimento cultural que existe

naquela comunidade, porque as pessoas não tem onde mostrar isso, por isso, que para a gente é importante que a cultura seja vista como principal mecanismo de desenvolvimento da cidade de Salvador e não só na perspectiva da economia em si, vamos fazer palco que a gente coloca bilheteira, porque a bilheteria a economia financeira gira o capital financeiro, gira mas não é só isso, como você coloca, como você pergunta bem, a educação precisa dialogar com isso, o desenvolvimento do cidadão precisa dialogar com isso, a promoção das identidades locais precisa acompanhar isso, esse desenvolvimento como já havia dito antes, essas perspectiva não estão presentes no conceito ideológico do que a gestão vem mostrando até então (Freitas, Madiba, entrevista concedida para Javier Alfaya em 26/06/2018).

Um outro fator destacado como relevante, na consolidação da relação desenvolvimento, cultura e turismo, é o reconhecimento do patrimônio arquitetônico da Cidade de Salvador, a partir da internacionalização com o certificado de patrimônio mundial ou registro de patrimônio mundial, e a criação de eventos, antenados com o desenvolvimento econômico da cidade, com apelo para o desenvolvimento turístico, que segundo Isaac Edigton, são eventos que “visam dinamizar os espaços públicos e movimentar a economia criativa da cidade”, e que tem relação com o que ele chama de “autoestima da população”: as festas populares e tradicionais, e a inovação dos novos circuitos e eventos, como a Maratona de Salvador, o Festival da Cidade, dentre outros, o Challenge, uma grife alemã, de triátlon.

[...] O Pelourinho, recentemente foi uma das coisas que entra no mérito já eu diria, desse conceito de cultura como desenvolvimento econômico, como vetor econômico quando você na gestão de Neto, consegue inscrever Salvador também na rede de cidades criativas mundiais, como Cidade da Música, então é uma consequência desse conceito desse conceito e dessa visão. (Tinoco, Cláudio, Entrevista concedida para Javier Alfaya em 24/05/2018).

[...] E aí criamos o que a gente está chamando de screen, que é um produto novo, que é o Salvador Creative Media Festival. A ideia é que uma vez por ano a gente transforme Salvador, aos olhos, digamos assim, da criatividade, da mídia, da inovação, nessa área. Salvador começar a atrair o público mais jovem, empresárias do setor, gente que esteja com case de sucesso e mostra um pouco da tendência do que é esse universo da mídia, da comunicação, da criatividade. O conceito foi assim: Salvador e a Bahia exportou grandes talentos nessa área de criatividade, então você tem (que) boa parte do Pib da comunicação no Brasil hoje é controlado por baianos.[...] criatividade, inovação e comunicação e mídia. Porque hoje em dia você nem pode mais falar em publicidade, né? Porque publicidade é uma parte só da comunicação. Então a ideia é fazer abrangência maior disso e trazer o público jovem para participar disso. Inspirar essas pessoas, trazer gente, valorizar a prata da casa. Tem muita gente fazendo coisa interessante aqui, mas

ninguém conhece. E trazer gente de fora também, para dar uma iluminada nisso, e fazer isso todo ano e os olhos da comunicação se voltarem para Salvador. (Edigton, Isaac, Entrevista concedida para Javier Alfaya em 07/07/2018).

Percebe-se também, que à medida que existe uma diversificação de áreas de atuação da política cultural institucionalizada na gestão, há também um incremento das demandas por parte dos agentes sociais da cultura, tanto do setor empresarial, dos/as produtores/as culturais autônomos, de artistas individualmente, de seus sindicatos, o que se constitui como importante desafio de abrangência para qualquer administração pública. Em relação a isto, o gestor Érico Mendonça informa:

[...] em função disso, a gente começou a trabalhar a captação de recursos fora, independente da Fonte 00. Então foi aí que surgiu a ideia do BID para entrar no processo. E outros bancos também, Banco Mundial. Claro que os outros em outros segmentos. Na área de turismo e cultura a gente usou muito mais o Banco Interamericano, porque já havia uma experiência deles em projeto. Aí fizemos um plano. Nesse plano, tivemos uma discussão, uma participação do trade turístico, pessoas que eram convidadas para discutir essa estratégia de desenvolvimento turístico, onde a gente ia trazer a cultura para dar um enfoque maior a ela. O plano ficou pronto. Encaminhamos ao banco. Foi aí que o processo começou para a captação desses cento e cinco milhões de dólares do financiamento, cento e cinco milhões do programa, onde cinquenta e dois e quinhentos eram financiados, cinquenta e dois eram contrapartida. Depois, como deu certo, a gente agora está nesse outro projeto, que é o de requalificação urbanística de Salvador, onde tem o Museu da Música, tem o plano de saneamento municipal [...]. A gente fez uma miscelânea aí de projetos disso. Tem um trecho de orla, tem o plano de Salvador Inteligente, que a gente vai fazer plano de tecnologia e criar infovias. [O PLANO DE TECNOLOGIAS SALVADOR INTELIGENTE...] a Corporação Andina de Fomento – CAF. O objetivo inicial era o Museu da Música. E aí, fui eu que procurei o banco da América Latina pra financiar, já que o Prodetur não dava pra financiar o Museu da Música, naquele momento. E aí, o banco abriu a perspectiva de a gente acoplar outros projetos, e fazer um projeto mais denso. Foi aí que surgiu, olha, precisamos fazer um plano de tecnologia e implantar, melhorar a conectividade da cidade, sob o ponto de vista principalmente do miolo da cidade. Claro que aí não tinha mais um vínculo de turismo, mas tem um vínculo de melhoria da qualidade de vida da população, não é? E que não deixa de ter uma repercussão também no turismo. Paulo Gaudenzi é que dizia sempre: o turista é um morador temporário da cidade. Então, o que é bom para o morador, é bom para o turista. E não deixa de ser. Então, a gente incorporou esses outros elementos, esses outros projetos, e fomos buscar esse pacote. Então é essa a ação de buscar alternativas. (Mendonça, Érico, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 09/07/2018

Destaque-se aqui a necessidade de uma articulação da cultura como a área da ciência e tecnologia, em uma cidade que já sediou o Museu da Ciência da Universidade do Estado da Bahia, (UNEB), hoje desativado, e na qual a política cultural, obrigatoriamente, tem de ampliar suas interfaces com a atualização tecnológica da contemporaneidade, de conexões e interfaces de vanguarda entre culturas, artes, tecnologias e suas linguagens.

Sobre isto, há um expressivo avanço posto no Plano de Tecnologias Salvador Inteligente, com a criação das infovias, “sobretudo no miolo da cidade, onde tem muitos equipamentos da Prefeitura, creches, escolas, posto de saúde, e ao mesmo tempo abre espaço para colocar wi-fi gratuito em determinadas regiões de poder aquisitivo menor”, (Mendonça, Érico, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 09/07/2018), uma ação sob a coordenação da Companhia de Governança Eletrônica da Prefeitura.

A essa estrutura deveria se somar uma política proativa de implementação, gestão e articulação, seja com a sociedade civil, ou com outras instâncias governamentais, e com outros níveis da administração pública. Ao não fazê-lo, a prefeitura realiza uma prática esvaziada de vários elementos fundamentais no próprio Sistema Nacional de Cultura, como a relação democrática, a postura construtiva, e a decisão política com predisposição à formatação conjunta de políticas públicas, e à construção de soluções para problemas comuns, ou que exigem ação combinada das três esferas administrativas sobre o mesmo território, uma vez que a estrutura formal tem que vir acompanhada de uma filosofia republicana, democrática, e de uma prática de gestão solidária e complementar, segundo as diretrizes nacionais e estaduais.

[...] Bom eu acho, não, eu tenho certeza que um produto turístico com potencial cultural bastante elevado como é a cultura dentro do estado da Bahia, e principalmente dentro da cidade de Salvador, eu considero de fundamental importância que nós observemos para que isso possa ter impacto no desenvolvimento da atividade turística, nós temos alguns aspectos a serem analisados: o primeiro deles é a condição física, urbana, do destino e nesse aspecto, a gente sabe que Salvador é uma cidade que vem sofrendo, vinha sofrendo há muitos anos com a tensão do poder público para com a cidade, porque motivo isso não interessa, o que interessa é que Salvador foi uma cidade que sofreu muito com as administrações públicas que assumiram a cidade ao longo de muitos anos, quando a gente fala de aspecto físico da cidade, a gente está falando de aspectos relacionados à limpeza urbana, à manutenção de equipamentos urbanos, principalmente, os equipamentos turísticos, a autoestima da população, esse assunto, esse tema da autoestima da população, eu considero de fundamental importância, porque uma população alegre, uma população feliz, significa um destino que vai ser

tranquilamente elogiado pelos turistas, admirados pelos turistas, e o aspecto cultural que norteia a cidade de Salvador, já que Salvador tem um forte apelo cultural, tendo ligado a diversos segmentos como arquitetura, música, culinária, culturais propriamente ditas, ligadas às atividades religiosas, então, Salvador é um poço de riqueza cultural para ser desenvolvida, e infelizmente nesse aspecto, ela sofreu muito durante o correr dos anos, a falta de autoestima, a falta de investimento público na manutenção de projetos culturais, ou no desenvolvimento de projetos culturais, o esfacelamento dos terreiros de candomblé, por exemplo, dentro do aspecto de valor cultural para essa população, eu acho que todos esses aspectos somaram deixaram Salvador numa condição muito ruim. (Costa, Pedro, entrevista concedida para Javier Alfaya em, 12/07/2008).

Em Salvador, vemos a política cultural se consolidar com uma visão gerencial, inclusive na linguagem dos dirigentes da pasta que usam com frequência os conceitos de "produto" e "eficiência", inclusive nos textos de divulgação dos diversos órgãos da Administração, aproximando o discurso oficial da linguagem mais própria dos gestores do turismo.

As festas populares passam por um processo gradual de pasteurização e homogeneização, via exclusividade de patrocínios, sendo que na atual gestão este processo ganha nova consistência, densidade, e extraordinário peso como receita financeira fundamental. Isto gera intensos conflitos entre as diferentes partes interessadas na gestão da cultura da cidade.

O texto do Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade de Salvador, apresenta entre seus variados capítulos, o de número V, denominado "Da Cultura". Nele se retoma o conceito relacionando "cultura e desenvolvimento", e são acrescentados outros conceitos sobre economia, garantias de liberdade, construção de cidadania, projeção internacional, entre outras idéias e ideais.

Há um aspecto fundamental da prática da atual administração no que se refere à ligação entre cultura e desenvolvimento. Pensa-se cultura como estimulante para as atividades econômicas, relacionadas a uma gama bastante diversificada de possibilidades integradoras da política (produção cultural, infra estrutura, geração de emprego e renda, formação/capacitação de pessoal e diversos serviços necessários para a realização de eventos). A cidade se vê assim afetada, tanto do ponto de vista estético, quanto simbólico.

A presença ostensiva da propaganda vem acompanhada de medidas administrativas e de controle, que cria circuitos culturais espacializados e especializados, muito impactados pela peças publicitárias, e pelo condicionamento de consumo de determinados produtos/marcas, em toda a cidade.

3.2. GESTÃO CULTURAL E EDUCACIONAL: VÍNCULOS (IN) EXISTENTES

Outro elemento que salta aos olhos, e merece uma análise acurada é a vinculação entre as ações culturais da prefeitura, e a política educacional da mesma administração. Faz-se necessário destacar que mesmo havendo algum tipo de ação cultural, como é o caso de peças teatrais e outros espetáculos de menor monta na rede municipal de escolas, ações já convencionais, embora de pouca expressão, isso está longe de se caracterizar como uma política cultural, pois não possui nem regularidade, nem volume, nem muito menos um processo de definição mais participativo, como tão pouco, a posterior avaliação por parte de técnicos em educação, e do professorado. Aquilo que poderia ser caracterizado como uma política cultural, entrelaçada com a política educacional, fica fragilizada.

Há uma posição histórica e repetitiva de que, de maneira geral, a cultura não entra na escola, ou que a cultura entra na escola de maneira acidental, assistemática, como ações pontuais, desconectadas de um projeto contínuo de formação.

A articulação entre cultura e educação não figura no planejamento pedagógico das escolas, nem as escolas são pensadas como equipamentos culturais, para a gestão cultural do município. Desconsidera-se que ambas possuem vínculos concretos, e que as escolas são locais privilegiados para o estabelecimento de relações com as comunidades e seus/suas moradores/as.

[...] a Secretaria de Educação de Salvador tem quatrocentos e cinquenta escolas, se cada escola fosse um polo de cultura, a cidade seria outra. Outra, completamente. Porque não há nada nessa cidade mais forte do que escola. Nada! Eu descobri isso quando fui Secretário de Educação. Primeiro foi quando eu conheci de fato a cidade. Eu consegui visitar aí umas trezentas escolas das quatrocentos e cinquenta ao longo de dois anos, ou seja, não consegui nem visitar todas as escolas. Mas, eu vi em

cada escola um vínculo real com a comunidade. Porque escola estadual você tem alunos da cidade inteira naquela escola, de vários bairros. A escola municipal, em geral, ela tem um raio de um quilômetro e meio no máximo. Você tem (que) praticamente noventa por cento dos alunos estudam a até um quilômetro e meio da sua escola, ou moram até um quilômetro e meio da sua escola. Então o que acontece, o senso de comunidade é absurdo. Os professores conhecem os pais que conhecem os diretores que conhecem os alunos, que tem aquela história toda. (Guilherme Bellintani, 11/07/2018, Entrevista).

A educação tem elementos evidentes que a caracterizam como uma política pública, pois além de sua conexão com a política dos governos estadual e federal, seja no que tange a parâmetros curriculares, ou recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem uma existência e efetividade para a formação e difusão de informação que dispensam maiores argumentos.

Entretanto, ainda podemos destacar que há fortes obstáculos para a integração cotidiana entre educação e cultura. Onde estariam tais obstáculos?

No entender do Guilherme Bellintani, que também respondeu pela Secretaria de Educação de Salvador (2015-2017):

[...] o obstáculo é a política cultural mesmo. Porque veja, tem outra coisa, do outro lado tem uma pressão muito grande de todo o movimento cultural da cidade, entendendo o movimento cultural também como movimento do centro da cidade. A gente quer saber o que a Prefeitura está apoiando das peças, dos espetáculos de dança, dos shows, mas pegue essa verba que a Prefeitura tem e desloque para as escolas e colocando isso como política cultural, é crise! É crise! Então assim, isso considerando que tem pouca verba, né? O ideal é conseguir alcançar os dois movimentos. Mas o movimento de cultura popular por meio das escolas, que foi o que eu comecei a fazer quando era Secretário, mas terminou não dando tempo de efetivar isso de uma maneira mais ampla. Mas o movimento de cultura popular por meio das escolas é matador no bom sentido. É avassalador, no sentido positivo, de impacto social disso. O que a gente fez com a Escolab, que foi uma criação nossa, que é a junção de escola e laboratório. Mas a gente fez a primeira lá em Coutos, ali junto do mar já, da parte baixa de Coutos [...]Ali junto da linha de trem. O que a gente fez na Escolab é a ideia de ser o que Anísio pensou com a Escola Parque, de ser um centro cultural em que as escolas do entorno no turno oposto vão a esse centro cultural, e lá tem aulas. Tem aula de capoeira, aula da própria matemática, de línguas, de uma série de outras coisas, no turno oposto, e aqueles alunos passam o dia inteiro em função daquilo, de manhã escola e de tarde Escolab ou a Escola Parque como Anísio pensou, mas para fazer isso numa escala, seria necessário muito investimento. É necessário muito investimento. Mas pode ter certeza, não há mudança social em Salvador se não for por meio das escolas e de política cultural. Isso para mim

é...eu não tinha a dimensão disso. (Bellintani Guilherme, Entrevista concedida para Javier Alfaya em 11/07/2018).

Apesar da fala que revela o potencial na articulação orgânica entre ARTES-CULTURA-EDUCAÇÃO, o que se destaca é o vazio entre uma possível política cultural, articulada com a educacional. Sobre este aspecto em particular, Fernando Guerreiro informa que:

[...] {Entrevistador: na jornada pedagógica de cada escola, jornada pedagógica da rede a cultura entra como nessa?}. Entra no setor cultural, específico sendo discutido, e tem uma lei que é muito importante, que obriga o ensino que Ivete Sacramento que tá no comando, que obriga o ensino nas escolas da história africana, essa lei resulta num projeto Mostra Criativa, o que é a mostra criativa? Durante o ano, as principais escolas, puxam as outras, elas desenvolvem um trabalho todo em cima da cultura afro, como pólo. Todos em cima de uma cultura afro, então, os alunos vão ensaiando poemas, danças, tudo em cima do que eles aprendem com relação à cultura africana, e no final acontece uma grande mostra no TCA, já estamos na quinta, e o resultado é assombroso de positivo, então, você reforça através da arte, essa questão identitária. Agora tudo isso que eu estou lhe dizendo hoje é completamente digamos assim combatido pela religiões neopentecostais, eles pregam exatamente o oposto, uma coisa que vem minando e é real, assim o que é, ele não quer identidade, eles querem escolas religiosas, e que os alunos todos se vistam todos da mesma forma, e acreditem todos na mesma coisa, então você liga pra cultura afro, e na mesma hora eles falam que é candomblé, ou seja pertencimento todos os termos na verdade são combatidos. (Guerreiro, Fernando, Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018).

Como fazer então para a diversidade da cultura artística estar nas escolas? Houve um tempo em que a escola adquiria espetáculos de arte, de forma pontual, como um produto a ser consumido, sem qualquer articulação pedagógica de caráter permanente, nem para o projeto pedagógico das escolas, nem para seu corpo docente, e menos ainda, para a comunidade discente. Sobre esta realidade, Bellintani argumenta:

[...] Não funciona. É muito precário isso. Porque é o seguinte, eu acabei com isso. Eu acabei. Quer dizer, uma série de espetáculos teatrais que iam lá: ah, vamos fazer para cem crianças, para duzentas crianças. Isso não muda a história. O que vai mudar a história? É você colocando um bom professor de teatro dentro da escola, não é contratando espetáculos teatrais, para dez por cento das crianças. É isso que eu falo da diferença de consumir o produto cultural ou contratar o produto cultural e montar a estrutura. {Ou garantir o processo}. Exatamente. Então se vai investir em alguma coisa de teatro para escolas, não invista comprando peça de teatro, invista contratando professor de teatro para a escola. Os alunos passam a ser protagonistas. É lógico que se puder ter experiência de consumir o teatro, melhor. **Mas, se só puder fazer uma das coisas, coloque o professor de teatro dentro da escola, para o aluno ser o**

protagonista. (Bellintani Guilherme, Entrevista concedida para Javier Alfaya em 11/07/2018).

Tais questões, perguntas e possíveis respostas deveriam compor um quadro teórico, político e institucional, base para qualquer política que se proclame como sendo de "desenvolvimento".

A formulação teórico-política entorno dessa temática, torna-se uma exigência maior diante de um processo tão especial como é o artístico-cultural, intenso e fortemente formador das idiossincrasias soteropolitanas.

3.3. EXTRAPOLAÇÕES TEMÁTICAS SOBRE A CULTURA E AS CIDADES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Para podermos formular políticas culturais com mira nos centros urbanos, precisamos levar em conta que a ocupação espacial urbana no Brasil deu-se, historicamente, formatando graves distorções, como é o caso da alta concentração de propriedade do solo, da ausência de controle efetivo de normas urbanísticas, da ausência de política habitacional, e de planejamento com ênfase nas necessidades da maioria da população, e do forte predomínio dos interesses do capital imobiliário. Tudo isso articulado com a burocracia administrativa, e a sucessão de modelos políticos autoritários que nunca incorporaram com alguma importância, a participação efetiva da sociedade civil nas decisões sobre os caminhos no processo de expansão urbana, vivido até agora.

Esse emaranhado de contradições e a segmentação criada por uma distribuição de renda acentuadamente injusta, - com a conseqüente baixa possibilidade de circulação e de consumo por parte dos setores populares -, aliada a um desenho urbano com linhas e formas bem demarcadas, a exemplo das grandes avenidas, frequentemente construídas sem ouvir os reclames ou sugestões de setores da população, diretamente envolvida ou atingida pela intervenção urbanística. Trata-se de soluções propostas unilateralmente, que com regularidade corta a possibilidade de uma integração social, cultural e física, almejada pela população.

As travas que impedem esse processo de construção da cidade, como um lugar de cidadania, e de fruição cultural democrática, precisam ser desfeitas, e isso só se alcançará com a participação dos poderes públicos locais, isto é, com a conjugação dos esforços dos poderes executivo e legislativo, assumidos na condição de agentes insubstituíveis no encaminhamento das demandas públicas, que não terceirizam suas responsabilidades para a iniciativa privada, especialmente, para as grandes empresas dos negócios urbanos, entre as quais se situa a indústria do entretenimento. Além, evidentemente, da vasta rede de organizações sociais, de inúmeros formatos-, que constituem parte significativa da sociedade civil.

Segundo Otilia Beatriz Fiori Arantes (2000), vive-se uma virada de época batizada de *cultural turn*, uma virada cultural ocorrida nos anos 1980, a partir da qual tudo teria se tornado “cultural”, “suficientemente abrangente para dar conta tanto da economia, quanto da cidade-colagem metafórica dos contextualistas” (p. 40). Em linhas gerais, significa trazer a cultura, e o “cultural subjetivado” para a esfera administrativa e econômica, o que, conseqüentemente, faz associar o cultural à governabilidade, e à existência de políticas públicas.

As administrações municipais podem criar políticas públicas, equipamentos ou aparelhos institucionais que deem suporte ao fomento da riqueza simbólica tradicional das cidades, otimizando o fluxo cultural já existente, com novidades de variados impactos, com a intenção de criar canais potentes para o fluxo cultural, e de afastar o risco de um esvaziamento ou destruição mútua entre o tradicional, e o que se apresenta como novidade.

Esse cuidado merece atenção especial justamente por causa do alerta que segue, em nosso caso, aplicado aos desafios a serem respondidos por uma gestão democrática e criativa da cultura nas cidades de maior porte. A professora Arantes (2000) sinaliza:

[...] Ora, a impressão que se tem é que, apesar da nova fraseologia interativa, estamos diante da reposição da armadilha clássica do subdesenvolvimento (ou seja, da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social), a velha dualidade brasileira, elevada aliás agora a paradigma da polarização mundializada. (ARANTES, 2000, p. 69)

Sendo assim, os poderes públicos locais sofrem pressões para diminuir seu poder de alcance, e adotar práticas que restrinjam sua ação, podendo ser arrastados para uma posição de atuação discreta, secundária e complementar diante da força do poder do marketing de grandes grupos econômicos, e do avanço, às claras, do esforço de grandes grupos econômicos, por associar sua imagem e seus interesses, aos valores mais impactantes e positivos da cultura local/popular.

As prefeituras correm o risco de limitar seu poder de atuação a uma administração simplória do espaço físico, da organização do trânsito e da segurança, ou ainda arcar com custos para viabilizar a instalação de equipamentos com administração privatizada, e/ou fruto de modelagens administrativas, tipo as Parcerias Público-Privada (PPP), a exemplo do que ocorre com a gestão do Museu do Amanhã (RJ), ou ainda ter de oferecer outros serviços que dão suporte a grandes eventos, à moda das inúmeras cidades onde se festeja o Carnaval, ou nas quais ocorrem grandes shows, com expressiva afluência de público.

Outro risco decorre da ausência de iniciativas por parte dos poderes municipais, eleitos pelo voto, fazendo com que a cidade seja objeto de intervenção dos governos estaduais, passando por cima das responsabilidades dos escolhidos para gerir o município.

Ao invés disso, haveria maior possibilidade de sucesso, se houvesse uma articulação azeitada e de corresponsabilidades bem definidas, aliadas a um processo de diálogo permanente com os mais vastos setores da população, ação estratégica dos três níveis de governo, e criação de instâncias administrativas, abrangendo os municípios que integram as regiões metropolitanas.

A) A INCLUSÃO SÓCIO-POLÍTICA E CULTURAL NAS CIDADES

Ao refletirmos sobre as grandes cidades, e buscarmos informações em fontes diversas, encontramos muitas referências que remetem ao conceito de inclusão social. Embora não seja um desafio das grandes urbes apenas, as diferenças na distribuição de renda, a apropriação do solo, a possibilidade de acesso a bens e serviços, a vulnerabilidade perante diversas formas de violência, faz com que o tema da inclusão social, seja central para discutir o que tem se chamado nesse início de século XXI, de “crise urbana”.

Este processo de crise acompanhado da reação política contestatória, e de movimentos de massa, podemos caracterizar como derivada de uma situação de desemprego estrutural que atinge a maioria dos segmentos assalariados, e uma enorme concentração de problemas relativos ao deslocamento dentro das cidades, nível de conforto ambiental, gasto de energia pessoal para realizar tarefas, necessidades ou desejos cotidianos.

A ausência da fruição democratizada daquilo que de positivo as cidades tem a oferecer, leva a situações de insatisfação e luta social, a exemplo das manifestações públicas, em 2013, no período pré-copa do mundo, que significaram um refluxo dos problemas sociais insolúveis, que se acumularam nas principais cidades brasileiras, ao longo de décadas de intervenção política e administrativa ineficiente, ou pela total ausência da atuação dos gestores públicos.

À concepção de inclusão social podemos agregar outras como a inclusão espacial vinculada obviamente, ao uso do território, e aos diversos espaços mais qualificados no aspecto arquitetônico.

A inclusão política e cidadã, vinculada ao processo de participação efetiva, no que tange à elaboração de projetos urbanísticos e administrativos, metas estratégicas, modelos de desenvolvimento, e às decisões políticas do legislativo e executivo do município, proponho que seja agregada, mais outra, que é a inclusão cultural, - para assegurar a cidadania cultural-, e uma derivação dela, a inclusão no simbólico, ou usufruto das simbologias, ou melhor dizendo, da produção simbólica e da vivência de sítios e edificações, que se constituem em símbolos da/na cidade.

No que tange à inclusão e cidadania cultural, devemos observar que tanto no Brasil como nas políticas defendidas pela UNESCO, houve grandes alterações nas últimas duas décadas. As artes e a cultura ganharam importância no cotidiano em função da expansão das redes sociais, do uso das redes comunicacionais via satélite e cabo, transmissão de informações técnicas, jornalísticas, e de variado conteúdo, assim como, de uma vasta produção estética.

É comum existirem certos sítios e edificações tidos e havidos como atrações turísticas, entretanto, boa parte desses equipamentos ou locais são pouco frequentados pelos moradores locais, a não ser quando se trata de um bairro como o Pelourinho, em Salvador, diferentemente, do que ocorre com o Corcovado e o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro.

Uma política cultural democrática poderia estabelecer como meta a facilitação do acesso a esses lugares plenos de simbolismo, assim como, instituições como museus e centros culturais. Na Brasil, e em especial, na Bahia, em Salvador, chegamos ao ponto de sequer possuímos a prática regular, com política de fomento, comum em outros países, de promover visitas da comunidade escolar a museus.

Sendo assim, o usufruto do patrimônio simbólico mais expressivo, assim como, das instituições que possuem maior densidade de informação, acaba sendo um privilégio para uma pequena parcela da população. Isso gera exclusão cultural.

Em verdade, face a todos os pesares impostos pela crise social e econômica brasileira, essas necessidades culturais estão precariamente atendidas, entretanto, a carência de arte, em sua produção e fruição, é uma das maiores ausências para uma vida cidadã plena, de boa parte dos/as assalariados/as brasileiros/as e, de uma parte da elite econômica e intelectual do país também.

Posiciono-me favoravelmente aos usos, com maior distinção, entre os conceitos de cultura e arte. Obviamente, toda arte é parte do patrimônio cultural, mas nem todo processo cultural, evidentemente, tem objetivos estéticos. O Brasil carece de uma maior formação no que tange aos processos relativos às linguagens artísticas, passando do simples consumo, muitas vezes, acrítico, indo ao nível da produção individual e coletiva.

O ensino das artes, assim como o estímulo à sua fruição, é muito concentrado geograficamente, embora tenha havido uma expansão muito significativa de universidades federais, inclusive com o processo de interiorização, especialmente na Bahia, desde o período do primeiro governo do Presidente Lula (2003-2007), como é exemplo a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

As diversas manifestações artísticas tem sido objeto de grande transformação na sua realização, que hoje se mescla, de forma muito positiva, na produção individual (e individualista), de um/a autor/a de poesia, com as manifestações ao estilo dos blocos de carnaval e escolas de samba, que envolvem centenas de artistas na execução, e na apresentação, para não falar apenas, do processo coletivo já tradicional da indústria audiovisual das manifestações coletivas de teatro, música, arte- mural em espaços públicos.

A estas manifestações agregam-se as diversas organizações, coletivos, e redes de indivíduos que, usando as redes mundiais de computadores, vão criando e difundindo um fluxo permanente de informação, que é em boa medida, fruto de criação, com objetivos estéticos, sejam expressos em fotografias, microfilmes, músicas, discurso poético, ou pequenos textos de autoria pessoal.

As grandes cidades, e as regiões sob sua influência, podem ser pólos avançados para que se alcance um nível de maior densidade da produção artística no país. Não se trata de aumentar a distância entre as cidades, o meio rural ou as pequenas concentrações urbanas no interior, trata-se de estabelecer responsabilidades para os entes da federação, que a curto e médio prazos podem atender ao objetivo de dotar o país de uma maior, e ainda mais qualificada e diversificada produção artística.

As cidades inclusivas no aspecto espacial são aquelas nas quais há mais democracia no acesso e fruição dos múltiplos espaços que a constituem. Para tanto, faz-se necessário romper barreiras tanto físicas, quanto culturais, desenhar um sistema viário multimodal integrador de zonas e regiões das cidades, e suas respectivas populações, e distribuir democraticamente equipamentos públicos de variados usos – esporte, educação, saúde, lazer, comércio, segurança, e cultura. Aglutinar estas atividades, investindo em modelagens arquitetônicas flexíveis, que permitam um uso diversificado, com acesso e circulação facilitados, (re)utilização de espaços já existentes com ampliação e variação de seus usos, como é caso de determinadas escolas públicas, dotadas de auditórios, áreas cobertas e espaços de multiuso.

A possibilidade de acesso a todos os pontos da cidade, a torna mais próxima, acolhedora e familiar para os seus próprios moradores. A inclusão espacial contrasta com as medidas

de controle e proteção, que se espalharam por praticamente todos os ambientes urbanos, inclusive por Salvador/Bahia.

O atual sistema de representação da cidadania está sob forte questionamento, seja pelos vícios do sistema político partidário e eleitoral, seja pela imposição de uma espécie de formalismo que limita a participação e a capacidade de interferência real, dos coletivos de cidadãos/cidadãos, nos assuntos comunitários.

A inclusão política e a garantia da cidadania no aspecto decisório dos assuntos coletivos das cidades, precisam fazer frente a esta crise de representação, e ao mesmo tempo, encontrar formas diversificadas de participação e decisão, que superem e ao mesmo tempo complementem, o formalismo e distanciamento do poder legislativo, como única instância representativa da população.

Assim sendo, os diversos conselhos, vinculados aos segmentos da administração pública, devem ser criados e ter seus mecanismos de funcionamento aprimorados, ao tempo em que, planos estratégicos, políticas públicas setoriais, deverão ser pensadas, buscando as parcerias dos conselhos profissionais e organizações sociais e movimentos a elas vinculadas.

Nesse processo, faz-se necessária a integração de tvs e rádios comunitárias, assim como de meios de comunicação institucionais, que adotem políticas de interação com o grande público, de modo a emanar de um processo de concertação do seio do exercício real da cidadania, superando um processo de mera simulação de consulta democrática.

Há muita distância entre alguns circuitos culturais populares, e outros mais definidos por linguagens avaliadas como eruditas ou intelectualizadas. Na mesma concentração urbana, temos orquestras sinfônicas, grupos profissionais de dança, organizações populares, escolas de samba, associações de capoeira, grupos de violeiros, dentre uma vasta variedade de expressões culturais e artísticas. O fenômeno a ser avaliado é a existência, ou não, de interfaces entre esses universos, e possíveis níveis de produção inédita, a partir desse alimento mútuo.

Esses fenômenos são em parte consequência, e ao mesmo tempo, elementos de indução de uma realidade urbana que além de dividida espacial, social e racialmente, é também cindida culturalmente.

Constata-se que os equipamentos culturais com maior status, valor simbólico mais expressivo, programação mais diversificada, fora do convencional difundido pela tv e radio, encontram-se implantados em determinadas áreas urbanisticamente mais valorizadas, como é o caso dos teatros municipais ou estaduais, os centros de cultura e museus mais importantes. Isto dá concretude arquitetônica à radicalidade da injustiça nas grandes urbes, no que se refere ao acesso e fruição dos bens culturais, através dos equipamentos públicos, com a concentração de museus, teatros, cinemas, centros culturais, como por exemplo: o Teatro Castro Alves, no Campo Grande, Museu de Arte da Bahia, no Corredor da Vitória, o Museu de Arte Moderna, na Avenida Contorno e o Centro Cultural da Barroquinha/ Teatro Gregório de Matos, Palacete das Artes na Graça, nas imediações do “centro nobre” da Cidade. Outros centros culturais como o de Plataforma, a Casa da Música em Itapuã, Centro e Teatro Solar Boa Vista, em Brotas, Centro Cultural de Alagados, a Casa Preta no Largo Dois de Julho, lidam com grandes dificuldades para manutenção física e da pauta de espetáculos.

Embora haja uma quantidade significativa de manifestações coletivas, de caráter festivo e/ou lúdico, como os carnavais e outras festas populares, que promovem temporariamente, certa convivência social interclassista, elas não expressam a realidade cotidiana, efetivamente marcada pela segmentação, excludência e falta de alegria compartilhada.

Os eventos públicos como o carnaval, em quase todo o país, as festas juninas no nordeste, as festas de bumba meu boi no Maranhão, o réveillon nas cidades litorâneas, as festas “de largo”, calcadas no calendário católico, como ocorrem na Bahia, ou o Círio de Nazaré, em Belém do Pará, ou ainda, a festa de Nsa. Sra da Penha, no Rio de Janeiro, - são plenas de mistura estética, variando da contrição religiosa à extroversão e alegria, mescladas com tensão social, justamente por esse caráter de convívio temporário, muitas vezes indesejado, não intencional, dos diferentes segmentos sociais, em ambientes de uso coletivo.

É impressionante a mobilização de efetivos policiais estaduais, e inclusive das forças armadas, para a segurança do carnaval, por exemplo, o que leva ao questionamento para saber-se se o carnaval é uma “explosão de alegria e espontaneidade”, ou um fenômeno social em busca de tais objetivos por parte da cidadania, mesclado com uma explícita tensão social, constituindo assim, um amálgama complexo, enroscado também com interesses mercantis.

O fato de boa parte das manifestações culturais realizarem-se em espaços públicos, bairros, praças e avenidas permitiria, a priori, uma base democrática para sua realização. Entretanto, estamos longe de ter um bom equacionamento entre o evento público, a garantia do prazer e o conforto para as multidões, e seu encaixe na dinâmica comercial, seja ela vinculada à TV, às rádios ou às empresas patrocinadoras dos eventos.

Cada vez mais o calendário de eventos festivos oficial vincula-se a patrocínios privados, em soluções que vão de parcerias públicas privadas (PPP), para o uso de determinadas áreas, ou patrocínio global das festas, e o aluguel de áreas públicas para uso comercial de empresas de produção cultural.

Toda essa mescla de alternativas na busca de soluções para financiamento, redução de gastos públicos, comercialização de produtos e símbolos turísticos, se dá em meio a pressões de grupos sociais que buscam reorganizar o uso do espaço, para iniciativas ausentes de cunho mercantil, ou com objetivos auto sustentação apenas. Esse fenômeno se dá com o aparecimento de organizações carnavalescas em circuitos não programados, ou em sítios sem controle inicial da prefeitura ou autoridade policial, são os blocos independentes, e as festas comunitárias.

Em Salvador, esse fenômeno não é tão forte como no Rio de Janeiro ou São Paulo, onde há uma expansão de novos circuitos e de iniciativas com pouco controle institucional. Aqui, podemos afirmar, que tanto geográfica quanto simbolicamente, a periferia que ir para o centro da Cidade.

Esse complexo fenômeno, quando fortemente vinculado ao poder dos patrocinadores, atua no sentido de tornar a festa popular um espetáculo de exibição cronometrada, ou fortemente influenciada em sua estética ou comunicação, com as marcas da empresa

patrocinadora. A decoração da cidade é substituída, ou muito influenciada, visualmente, pelas peças de publicidade dos patrocinadores.

Assim sendo há uma forte tendência a se abandonar as expressões espontâneas, que garantem a diversidade, que não só se mantém, apesar de todas as dificuldades, como se reciclam, e assumem por muitas vezes, forte conteúdo de contestação ao poder estabelecido, formatando assim, uma economia alternativa ao circuito oficial, além de expressões estéticas, e de intervenção coletiva, que fogem do excessivamente organizado e controlado. Os blocos de carnaval com temática de protesto social e político, ou abordagens irreverentes, são exemplos disso. A “Mudança do Garcia”, um bloco espontâneo, minimamente controlado em sua organização, é um clássico exemplo do carnaval de Salvador, assim como o Bloco “De hoje à oito”, que faz seus festejos no bairro do Santo Antonio.

O noticiário dá conta da aparição de agrupamentos carnavalescos por bairros fora do circuito oficial, atividades diversificadas de lazer ao redor de festas populares, não tendo muitas vezes relação direta entre o evento, e as motivações iniciais da festa popular, como é o caso de shows, eventos gastronômicos, e outros, em horários e locais distantes de uma festa como a “Lavagem do Bonfim”, em Salvador, ou o Círio de Nazaré, com a explosão de micro eventos paralelos, no mesmo dia e circuito, mas em horários distintos do pico de afluência da festa original.

A festa “mãe” gera outras festas, festejos e organizações em torno dela. Nesses casos, a prefeitura atua em resposta a uma situação criada sem aviso prévio, age no controle e regulação, tão somente.

As administrações municipais e regionais tem maior possibilidade de intervenção, para fazer com que a poderosa contribuição popular se afirme com mais consistência, nos circuitos mais atraentes para o turismo, e na economia, levando em conta o grande potencial de um público ávido por expressões diversificadas das culturas, tanto no contexto nacional, quanto internacional, abrindo assim, novas possibilidades para a ampliação do mercado do entretenimento, por exemplo, com mais possibilidades quanto à distribuição da renda proveniente da sua circulação.

B) AS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A CULTURA: CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

No terreno das articulações internacionais, nos aspectos institucional e econômico, os fenômenos culturais das grandes cidades brasileiras, estão muito longe de serem promovidos adequadamente, junto ao Mercosul, e de outras instituições como a UNASUL (União das nações sul-americanas), CELAC (comunidade de estados sul-americanos e Caribe), e a CPLP (comunidade de Países de Língua Portuguesa), instituições com forte participação e influência decisiva do estado brasileiro.

Há muita matéria prima a ser trabalhada nesse campo, podendo existir muito mais ousadia no intercâmbio econômico e cultural, através destas instituições que já possuem alguns acordos no campo das artes, do audiovisual, das telecomunicações, mas que estão em um patamar inferior às possibilidades de uma integração regional mais eficiente, como busca fazer a União Europeia. A abordagem dessa temática implicaria em uma atuação mais sistemática e atualizada, no terreno das relações internacionais, por exemplo, por parte das capitais ou de possíveis articulações metropolitanas, a exemplo dos consórcios municipais.

Outro desafio que se apresenta, e para o qual há exigências de várias diretrizes práticas, é a incorporação da política cultural como elemento central que transversalize o planejamento administrativo da gestão municipal, e do planejamento multilateral do desenvolvimento da cidade, de maneira sólida, permanente e sustentável, e assim, garantir que o viés cultural se faça presente em boa parte das atividades finalísticas da Administração.

As administrações municipais tem responsabilidade na arrecadação de direitos autorais, junto ao ECAD, e tem por seu respaldo institucional condições de contribuir nas negociações relativas ao direito de imagem, em função da emissão audiovisual pelas redes de comunicação, e assim, contribuir para diminuir a enorme disparidade existente na distribuição de ganhos, nos diferentes segmentos ligados à criação e comercialização do que gera riqueza, a partir da produção cultural, seus artistas, o marketing, as assessorias e os/as trabalhadores/as de bastidores dos espetáculos.

C) OS ESPAÇOS URBANOS E SEUS FINS CULTURAIS

A transversalidade nas ações ainda se expressa muito pouco, quando se trata da atração de investimentos, por exemplo, da definição das políticas de esporte, lazer, educação, e no planejamento urbano.

Os planos diretores de caráter municipal, metropolitanos, podem se desdobrar em planos de bairros ou regiões da cidade, com suas respectivas leis de ordenamento do solo, e a conseqüente, modelagem do desenho urbano, assim sendo, a paisagem natural e principalmente, a construída, com suas intrínsecas relações, são elementos culturais muito significativos.

Pouco se destaca que a paisagem natural urbana, o conjunto de edificações ou os exemplares de arquitetura isolada, assim como, o mobiliário urbano, o desenho das praças, pontos de ônibus, estações de transporte coletivo público, centros esportivos, devam ser entendidos como aporte de grande significado, para o patrimônio simbólico da cidade.

Isso vale igualmente para o desenho dos espaços públicos, do paisagismo, da jardinagem e dos edifícios, inclusive como suporte para obras artísticas, colocando-se como um desafio o equacionamento de critérios mais exigentes por parte das concessões de licenças de construção entendendo radicalmente que a qualidade da arquitetura, é elemento decisivo na formatação simbólica e estética da urbe. É perfeitamente viável a combinação dos elementos locais e os nacionais brasileiros, com o design de outras origens culturais.

Um outro tema de grande importância na gestão local, é a criação e manutenção dos equipamentos culturais, como é o caso de bibliotecas, centros multidisciplinares, teatros e cinemas, arquivos, museus, anfiteatros, e áreas mistas de lazer e artes, adotando políticas integradoras nos bairros onde estão inseridos, envolvendo os moradores com a gestão das pautas de uso, e dos cuidados e manutenção dos próprios equipamentos.

Ampliou-se significativamente o conceito de gestão para além da criação de equipamentos públicos, superando uma fase histórica na qual o fazer cultural era quase

um sinônimo de acontecimentos em ambientes internos, tipo teatros, cinemas e auditórios, conservando um afastamento histórico entre as manifestações culturais massivas no exterior, versus uma cultura e arte, avalizadas pelas narrativas oficiais, institucionais, acadêmicas, da crítica artística e da propaganda.

A existência de novas políticas culturais assentadas na ideia do incentivo direto “na ponta”, como por exemplo, no Programa Cultura Viva do MinC, reforçando ao mesmo tempo a autonomia da organização de base, com uma articulação em rede, envolvendo os diversos coletivos que produzem múltiplas manifestações, lança o desafio que é: debater e deliberar democraticamente sobre as pautas referentes ao uso dos espaços institucionais de cultura, com as redes de *pontos de cultura*, e outros modos de organização similares, entidades sociais, coletivos, ongs, cooperativas, sindicatos, organizações estudantis, dos movimentos negros, feministas, da causa lgbtt, ambientais e sociais, que devem constituir seu plano de ação autônomo, articulado em rede, com essas tantas outras instituições representativas de pautas sociais, superando, portanto, um possível localismo na sua atividade.

D) OS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS E A DESTINAÇÃO PARA A CULTURA

Muito frequentemente, também os orçamentos para a área cultural nos municípios, tem um peso mínimo. É corriqueiro que disputem com a pasta de esportes, a condição de menor orçamento entre as pastas responsáveis por objetivos finalísticos da gestão pública.

A esta realidade agrega-se outra que causa grande distorção nos processos culturais, que é a alocação das verbas em outros órgãos da administração, e a destinação direta pelo gabinete do executivo. O que gera em algumas instituições governamentais dentro de uma mesma gestão, uma falta de concatenação com a lógica geral de política cultural do município, como por exemplo: os gabinetes do poder executivo, que tem estrutura própria para a organização e realização de eventos e shows, independente da organização realizada pela Secretaria de Cultura.

Por estas razões, a gestão cultural é forçada, muitas vezes, a disputar o protagonismo com outras estruturas que deveriam ter um funcionamento articulado em um plano mais

global, potencializando o uso dos recursos disponibilizados, e evitando uma prática de concorrência.

Nesse veio do financiamento das ações, um instrumento importante para a política de incentivo e financiamento são as leis municipais baseadas na renúncia fiscal, vinculadas aos dois grandes impostos municipais, que são o IPTU e o ISS.

Esse tipo de legislação nasceu numa conjuntura política muito adversa às visões que reforçam o papel do Estado na gestão cultural, isso se deu a partir de meados da década de 1980, com o governo Collor. Ela permite a renúncia ao recolhimento de impostos, sendo usada nos três níveis da administração pública.

Dentro de uma visão mais afirmativa do poder público, esses mecanismos podem ser adequadamente utilizados, e tornarem-se ferramenta complementar às instituídas no Sistema Nacional de Cultura, de forma que, a renúncia fiscal atinja sempre percentuais inferiores, em termos de recursos do orçamento direto vinculado ao Fundo Municipal de Cultura, a ser utilizado por critérios como os editais, e prêmios entre outros processos, permitindo à gestão pública, o equilíbrio da distribuição dos recursos entre as diversas áreas da cultura, e linguagens artísticas.

Faz parte das reivindicações históricas dos segmentos culturais, a aplicação mínima dos recursos das prefeituras, no percentual de 1% do orçamento. Tema este tratado também, em propostas de emenda constitucional.

Para alcançar tal importância na gestão financeira e econômica da cidade, faz-se necessário travar uma luta conceitual, e alterar a cultura da cultura, fazendo com que seja entendida como um investimento de caráter muito peculiar, e assim afastar a ideia de supérfluo.

O retorno do investimento em cultura é tanto financeiro, quanto de formação cidadã, caso a gestão da economia da cultura, permita uma justa distribuição dos recursos disponíveis, e que haja um fomento cruzado com outras linhas de atuação dos governos estadual e federal, como a política de economia e créditos solidários, muito eficientes em

determinados circuitos populares de produção de bens, alguns deles com forte expressão simbólica como é o caso do artesanato e da gastronomia tradicional.

E) POLÍTICA CULTURAL E PLANEJAMENTO MUNICIPAL: MÚLTIPLOS ASPECTOS

A política cultural municipal-local tem como desafio o estabelecimento das potencialidades da cidade, em todas as suas vertentes e possibilidades de expressão, indo dos cenários do processo espontâneo à produção industrial. A dinâmica cultural não deve ser tratada como um fenômeno que gira ao redor, mas sim, como uma linha estruturante do mesmo processo econômico.

Para tanto, uma postura estratégica é estabelecer o planejamento no âmago do planejamento desenvolvimento da cidade, superando uma visão política eleitoralista e imediatista. Os planos diretores de desenvolvimento urbano, além de concebidos democraticamente, devem ser divulgadas permanentemente, e com mecanismos de acompanhamento e aferição, para que se faça uma avaliação regular dos processos.

Nesse sentido, é relevante destacar as interseções - possíveis e desejadas - entre arte, ciência, crítica, filosofia e outras áreas do saber científico, aproximando a política cultural das instituições de ensino e das pesquisas universitárias.

Esse fazer resulta na demanda por desenvolver as relações entre produção cultural, arte, ciência, crítica e jornalismo cultural, assim como, o desenvolvimento da abordagem crítica e filosófica da produção artística, ampliando os horizontes dos debates, e o fluxo de informações mais densas, através da realização de seminários, fóruns e congressos, círculos de discussão, onde seja possível uma abordagem mais qualificada das questões teóricas e éticas relativas ao vasto universo da vida cultural.

Tal estratégia confluiria para a elaboração de um calendário estável de feiras, eventos científicos, empresariais, corporativos, institucionais artísticos e esportivos, de movimentos sociais, de maneira a dar sustentabilidade à atividade econômica, diminuindo a sazonalidade, e permitindo um uso programado e racional dos instrumentos e meios disponíveis na cidade, e geridos pelo poder público, gerando potencial econômico que é base para distribuição de renda, e elevação do padrão de vida dos assalariados.

Tudo isto implica em desenvolver esforços para tornar a cidade um lócus de economia criativa e de integração cultural, com forte oferta de serviços, e rede de empreendimentos vinculados à arquitetura, patrimônio, cinema, audiovisual, artes visuais, design, moda, artesanato, gastronomia, teatro, dança, música, ensino técnico e universitário de produção e gestão cultural, igualmente das diversas linguagens artísticas, da indústria editorial, assim como, de meios de comunicação, publicidade, rádio e tv, contribuindo para fazer das cidades polos de conhecimento e produção intelectual e artística de vanguarda.

Não se trata de construção de uma “grife” para a cidade, mas de assumir uma vertente de um modelo econômico, conceitualmente mais diversificado, e com peso econômico destacado nacionalmente, e em setores em crescimento, que são tipicamente urbanos, como poderia ser a indústria do audiovisual.

Esse conjunto de atividades tem potencial para garantir a ocorrência de eventos artísticos de várias dimensões, isto significa entender as artes não apenas como “animação”, mas como um fazer que tenha importância em si, como fator de desenvolvimento social, econômico, das subjetividades individuais, dos diversos coletivos sociais, e do imprescindível sentido da construção da nação brasileira.

Por fim, é imprescindível entender que a política cultural existe no contexto de uma política de formação cidadã, como direito cultural, e que, portanto, deve reconhecer a problemática em relação à discriminação racista, classista, de exclusão por gênero, e expressão da sexualidade, que se manifesta de forma variada, e aos prejuízos históricos, causados por atitudes que diminuem as manifestações identitárias de cunho popular, e demarcados étnicorracialmente, como valor integrante da concepção de nação brasileira, tal qual é em qualquer civilização, respeitando a liberdade dos costumes, e decisões dos indivíduos na sociedade civil, e no âmbito da sociedade estatal/política.

Há graves prejuízos impostos às manifestações afro-brasileiras e indígenas, e a outras tantas populações em suas especificidades de identidades e diferenças (ciganas, ribeirinhas, sertanejas, imigrantes, migrantes, dentre outras). Isto estabelece a necessidade de uma ação dirigida, através de um conjunto programático de ações, que visem à promoção de tais expressões, em sua diversidade, e em respeito às suas identidades, difundir essas manifestações nos meios urbanos, tem potencial para contribuir para a sua integração e (re)conhecimento, por outras parcelas da população, pondo fim a certas

formas de isolamento e discriminação. Isto faria com que a cidade fosse também um lugar de democrático, de acolhimento e bem viver.

A cultura municipal/local, especialmente das capitais, deve articular-se com os contextos regionais, reforçando dialeticamente a diversidade, e processos de integração solidária com outros municípios e centros urbanos, assumindo assim, uma postura de capital democrática com os demais pólos culturais que constituem a região. A dimensão das grandes urbes e capitais, a conurbação que já existe em quase todos os estados, exige o desenvolvimento de órgãos governamentais, responsáveis por planejamento metropolitano, no âmbito cultural.

Nesse caudal da gestão das cidades, outro tema de grande atualidade é a relação entre certas cidades, politicamente fortes, com o estado-nação. As grandes capitais e centros urbanos no Brasil, devem ser fatores de afirmação do estado-nação, ao invés de se apresentarem como seu substituto, narrativa de cunho fortemente ideológico, vinculado a alguns países com centralidade econômica, de onde emanou durante as décadas de 1980-90, um ideário de que grandes cidades são quase paralelas e concorrentes com seus respectivos estados. Isso se deu em larga medida, com o caso de Barcelona, durante as olimpíadas de 1992, assim como com a revitalização econômica e artística de Berlim, e sua vinculação com outras duas emblemáticas cidades europeias, Paris e Milão.

Esse processo se vincula à construção de imagens e marcas, implicando em disputas por investimentos, e pela atenção da mídia internacional, para com cidades consideradas icônicas, em escala planetária.

Uma política cultural das grandes cidades e capitais, incluindo Salvador, pode evitar a construção de clichês, calcados em supostas identidades, permitindo assim, uma mostra mais real do país, para dentro de si próprios, e para o exterior, nas trocas simbólicas, e também econômicas que se realizam.

Se algumas cidades, já citadas, são consolidadas no imaginário de uma boa parte da humanidade, outras tantas poderão entrar nessa relação de referências e preferências de uma grande público, que cada vez mais se interliga pela televisão, pela telefonia e redes na internet, processo hegemonizado por grandes grupos da indústria cultural e midiática dos chamados “países centrais” do modelo capitalista.

O Brasil tem um enorme potencial para entrar nessa disputa, não apenas com a cidade símbolo do Brasil para o resto do mundo, que é o Rio de Janeiro, mas também podendo destacar outras tantas, corrigindo um possível vício na narrativa, e nas ações, que é o de preparar as cidades para o exterior, e para os visitantes, mas ao contrário, preparando-as como cidades calcadas no bem viver, para seus próprios cidadãos e cidadãs.

Salvador, “a primeira capital do Brasil”, slogan da gestão do Prefeito ACM Neto, reúne condições para combinar em seu desenvolvimento, certa pujança econômica, e grande valor simbólico, em patamares mais avançados, e assim, indicar metas mais arrojadas em termos de desenvolvimento social.

Ao falar das “cidades invisíveis”, Ítalo Calvino (1990) discorre de forma poética e profundamente reflexiva, sobre a existência humana e a (ir)racionalidade dos inúmeros contextos de sociabilidade nas cidades. Ao concluir pela coexistência de uma cidade justa e outra injusta, em todas as que existem, e nas que advirão do empreendimento humano, questiona-se sobre os rumos futuros, em um diálogo fantástico entre Marco Polo e Kublain Khan, e conclui:

[...] se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins de seu império. (Calvino, 1990, p. 149).

Nesse *continuum* que é a vida em sociedade, a política cultural que é potencialmente geradora e potencializadora de uma espécie qualificada de vida comunitária, e assim sendo deve pautar-se, por valores e princípios humanistas e solidários, assentados na defesa da democracia, da pluralidade política e estética, da liberdade de opinião e crítica, da diversidade étnicorracial, de gênero e sexual, e da convivência respeitosa entre as religiões, e ao direito de não professar religião alguma, da superação das desigualdades socioeconômicas, do desenvolvimento socioambiental e cultural sustentável, da defesa do desenvolvimento cultural nacional, ajudando a superar a dependência tecnológica, e equilibrando o mercado com respeito à produção importada de outras matrizes, ao desenvolvimento de relações econômicas, políticas e culturais que apontem para novas relações de justiça e equidade, entre os povos e nações de todo o mundo.

A política cultural nas cidades, sejam elas pequenos núcleos ou grandes e icônicas urbes, deve servir ao projeto de cidade profundamente democrática, dessa cidadania cultural, em todos os sentidos, do econômico ao artístico, passando pelo científico e social, rumando em aproximação a uma cidadania plena.

Assim, as cidades brasileiras, ao invés de serem “babilônias”, serão centros de esperança e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender os fluxos das práticas da Administração Pública para a cultura, identificar as conexões estabelecidas, e a posição da cultura em um projeto de desenvolvimento, tendo como panorama uma gestão municipal foram os desafios enfrentados neste estudo. A complexidade do cenário foi-se revelando à medida que aspectos das sociedades contemporâneas foram sendo abordados, e as interfaces da cultura com a economia e com a política, foram se tornando mais explícitas.

Essa análise sobre cultura e desenvolvimento se tornou também uma análise de políticas públicas para as cidades e suas/seus cidadã/ãos. Uma tentativa de encontrar as sugestões e linhas programáticas para as políticas culturais públicas, indutoras de sinergias entre a gestão política, e as diversas iniciativas criadas no cotidiano citadino.

No Capítulo I, são destacadas concepções de cultura e de políticas públicas, a legislação sobre cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal, especialmente no que se refere aos Sistemas e Planos de Cultura no âmbito do Estado da Bahia, nestas respectivas esferas da Administração Pública, bem assim, foi focado o papel desempenhado pelo Estado brasileiro, e pelo Ministério da Cultura para o incremento das políticas culturais no país.

No capítulo II, são abordadas as definições de cultura e suas relações com o desenvolvimento (sócio-econômico), e as abordagens sobre economia da cultura e economia criativa, e seus efeitos para o desenvolvimento.

No capítulo III, foi enfocada a pesquisa de campo, através das entrevistas com os gestores públicos municipais das secretarias e órgãos vinculados à Cultura, a saber: Guilherme Bellintani, titular da primeira Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (2012-2015), Érico Mendonça, e Cláudio Tinoco, Secretários de Turismo e Cultura (SECULT), Fernando Guerreiro, titular da Fundação Gregório de Mattos, Isaac Edigton, presidente da Empresa Municipal de Turismo (SALTUR), o primeiro presidente do Conselho Municipal de Cultura, Madiba Freitas, o Presidente da Associação Baiana de Agências de Viagens, Pedro Costa.

No Brasil, as 27 capitais têm dinâmicas culturais muito significativas e potentes, embora, com expressões simbólicas e estéticas muito distintas. Além das capitais, o país tem cerca de 150 cidades com mais de 200 mil habitantes. Para nos aproximarmos da formulação de diretrizes, precisamos entender um fenômeno internacional, que também ocorre com intensidade no Brasil. Trata-se de elaborar um projeto cultural para determinada cidade, levando em conta o que já acontece em relação ao patrimônio simbólico que lhe é próprio, isto é, aquilo que lhe dá certa diferenciação ou identidade específica, e outros elementos que fluem a partir de diversos centros, fenômeno que marca com muita intensidade o mundo contemporâneo.

Esse assunto está muito vinculado tanto à imagem apresentada pela propaganda turística, quanto pelo discurso oficial da administração da cidade, ou de grupos econômicos com determinados interesses em caracterizar a cidade, com tal ou qual marca, assim como às narrativas hegemônicas no seio da população, acerca de seu próprio local de moradia, como referência sentimental de identidade, e de posicionamento quanto às demais urbes.

Para realizar essa abordagem aqui enunciada, convém levar em conta o alerta de Otília Arantes (2000), quando afirma:

[...] Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana - sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) é a Cultura. Essa a nova grife do mundo fashion, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram. (ARANTES, 2000, p.31)

O alerta da Profa. Otília Arantes nos leva a entender que a cultura tanto pode ser um ativo real, em favor de um desenvolvimento social amplo, sólido e sustentável, como pode representar algo tal qual um falso brilhante, ou, quem sabe, simplesmente uma “isca” para negócios.

A cena política da cultura nacional é fortemente marcada pela intensa atividade de agentes culturais, da intelectualidade universitária, dos movimentos sociais de cultura, gestores públicos e da área privada, artistas e coletivos de criação. Esses movimentos da

cidadania tem se destacado pela luta, visando instituir no país a política cultural como política de estado.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve esse pleito e pressão cidadã, vem se desenvolvendo, acertadamente, uma série de observações quanto à especificidade da cultura no âmbito da administração pública. Sendo vista como uma mescla de efetivação de certos serviços, tipo o funcionamento de bibliotecas, arquivos e museus, obras de recuperação e dinamização do patrimônio arquitetônico e sítios urbanos, assim como, de valorização do patrimônio imaterial.

Faz-se necessário, no entanto, realçar não ser um serviço de quantificação fácil devido aos aspectos emocionais, identitários, estéticos e comportamentais, com sutis níveis de assimilação, interpretação e significação. O processo coletivo de criação e sua expressão concentrada, como num carnaval, pode levar a questionamentos de vários aspectos do "status quo" cultural e de valores hegemônicos.

A cultura precisa ser reconhecida como campo vivo, em movimento, uma arena onde se travam disputas de grande magnitude e, portanto, uma zona de conflito. Eis um grande desafio para qualquer gestão pública, mover-se, interagir, articular, assimilando o fato de que longe de ser um fenômeno homogêneo, e preparado para ser passatempo, os fenômenos culturais expressam contradições, e manifestam-se com formas que podem provocar embates e disputas, como se pode-se ver em Salvador, caso se confrontem as opiniões dos gestores/formuladores das políticas públicas, e os/as destinatários delas na cidade.

Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Fortaleza e Manaus, só para mencionar alguns exemplos, têm identidades intimamente vinculadas a muitas tradições, sejam elas de cunho religioso, dos festejos populares, carnavais, ou ambos, ao mesmo tempo.

Nas cidades mencionadas dá-se igualmente uma poderosa produção cultural de caráter contemporâneo. A cultura tradicional convive com essa outra produção e fluxo cultural, ora podendo alimentá-la, ora afastando-se em função dos níveis de assimilação ou confronto entre os possíveis e distintos universos culturais.

São Paulo, a maior cidade do país, embora não se caracterize por ter vínculos com tradições antigas, é uma urbe que combina um processo à semelhança de um mostruário com enorme circulação de produtos brasileiros e estrangeiros, e intensa produção diretamente vinculada à economia do entretenimento e do conhecimento.

A grande cidade articula os diversos segmentos do audiovisual e de outras áreas da indústria de bens simbólicos, como a música, aos quais se somam à atividade de museus, bibliotecas públicas, universidades, centros científicos, coletivos de experimentação artística, TVs, rádios e um calendário de shows para públicos de dimensões, interesses e hábitos muito diferenciados.

Em algumas cidades, a força principal do dinamismo cultural está nas manifestações populares, nas festas tradicionais e no patrimônio arquitetônico e urbanístico. É o caso de Olinda, Recife, Salvador, Cachoeira, Ouro Preto, São João Del Rey e outras cidades coloniais, expressão do barroco brasileiro, assim como Laranjeiras em Sergipe, Goiás Velho, Belém do Pará, São Francisco em Santa Catarina, e uma relação bem extensa de cidades, espalhadas por todo o território nacional.

Esses fenômenos variados podem ser avaliados a partir das considerações do geógrafo David Harvey (2014), e serem úteis em uma formulação mais abrangente de gestão pública de cultura.

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. [o direito à cidade] é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28).

Os exemplos de cidades antes mencionados são provas de que a cultura, e a sua respectiva administração, têm um grande peso na vida social, embora nem sempre a fruição da cultura se estabeleça como um direito abrangente em termos populacionais, de modo que possa se constituir como referência básica, tanto para os seus/suas cidadãos/ãs, de modo a produzirem sua autorreferência, quanto para aqueles que chegam a esses lugares, em busca do simbolismo que os destacaria de outras centenas de lugares.

No âmbito da Cidade de Salvador, as práticas culturais, tradicionais e populares estão frequentemente em evidência, pois são a marca da história da própria cidade, dada a importância do calendário de festas religiosas, das atividades pré-carnaval, e do próprio carnaval, ao qual deve-se acrescentar o calendário junino já consolidado, e as festas de “reveillon”.

Podemos afirmar que a capital baiana é marcada por diferentes manifestações culturais ligadas às tradições, festas populares, e igualmente, ao patrimônio arquitetônico e urbanístico. A essas características próprias da cultura local, deve-se agregar uma atividade artística e intelectual, oriunda do meio universitário e profissional que alcançou projeção nacional e no exterior, notadamente na música, cinema, teatro, literatura e dança.

A gestão e a política cultural, de caráter público, atuam em um âmbito de grande subjetividade, sendo de extraordinária importância no mundo contemporâneo, graças ao fenômeno da presença massiva de elementos culturais, com variadíssimos conteúdos, origens, formas de acesso e divulgação, assim como pela forte presença em nosso cotidiano de objetos e mensagens estetizadas. A política cultural que se queira transformadora, no sentido de qualificar os direitos da cidadania, precisa levar em conta com muita ênfase a estes aspectos.

Sobre a gestão pública de Cultura na cidade Salvador, na gestão do Prefeito ACM Neto (2013-2017), objeto desta pesquisa, é interessante notar que a criação da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura, aspecto considerado uma inovação conceitual da primeira gestão do Prefeito ACM Neto, ainda que traga a cultura em uma posição subsequente, e em subordinação, ao Desenvolvimento e ao Turismo. Esse “avanço” que foi a criação da Secretaria, foi dois anos depois revisto, na segunda metade do primeiro governo, quando se reconheceu que, na prática, outras atividades econômicas da cidade demandavam maior atenção que a Cultura. No entender do Secretário de Turismo Cláudio Tinoco:

[...] do ponto de vista de *movimentação econômica* então pesou e tendeu para que esse desenvolvimento econômico tivesse muito mais atrelado na parte do planejamento captação de investimento na cidade, licenciamento de empreendimento, aí vem uma série de coisas ou

instrumentos que foram desenvolvidos a partir daí, lembrando, por exemplo, o novo PDDU, e uma série de planificações, para poder eu diria, corrigir esse desenvolvimento. Tinoco, Cláudio. Entrevista concedida para Javier Alfaya, em 24/05/2018

Isso deixa explícita a formatação de uma política, na qual prevalecem os aspectos mais vinculados ao entretenimento, de modo a alavancar os negócios de grande monta, que se realizam em eventos de expressivo alcance de público.

Questionado se houve uma super estimação do potencial da cultura e do turismo como geradores de desenvolvimento para a cidade, o gestor aprecia a situação de uma forma que dá bons indícios do que vem a ser a linha mestra de entendimento da gestão pública, sobre o “equilíbrio” das políticas focalizadas na gestão, que é equacionar em vários pólos essa importância “real” da cultura e do turismo, para o desenvolvimento, o que revelou, secundarizar a cultura.

É absolutamente importante assegurar a priorização da política cultural no orçamento público, garantir a ampliação do lastro que dá sustentação às ações propostas. Sem essa priorização de fato, toda a intenção prevista pode ser entancada pelas limitações imperiosas de um conjunto de demandas, que se tratadas desarticuladamente, redundarão em práticas de uma política que se faz por desconexão, e que em função dessa característica, atinge apenas parcialmente seus objetivos.

A abordagem multilateral sobre a política da Prefeitura de Salvador requer observar a conceituação de "desenvolvimento". A gestão atual não supera o economicismo, e refuta conceitos contemporâneos básicos como sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e crescimento identitária, tanto no terreno do urbanismo e paisagem como no âmbito do imaterial, a despeito dos avanços sinalizados.

Inexiste também um esforço institucional para articular de maneira mais qualitativa a relação com o governo estadual e federal, para a implementação de ações conjuntas, o que seguramente, ampliaria os impactos positivos das mesmas, tanto em seu alcance qualitativo, quanto no aporte de recursos financeiros e humanos para a sua realização.

Não houve nenhuma vinculação entre cultura e educação, tão pouco entre esporte, lazer e turismo, assumiu-se uma visão gerencial das pastas, sendo cada uma delas tratada como um ativo, do ponto de vista do “economicismo”, pelo qual a gestão tratou cada uma das políticas públicas, em específico.

Todas as questões apresentadas têm sido objeto de meu interesse há décadas. Desde à época de militância estudantil, meados dos 1970, no curso de arquitetura da UFBA, passando pela atividade de vereador por quatro mandatos, deputado estadual por dois mandatos, sempre dando ênfase aos problemas e debates acerca da educação, cultura e planejamento democrático da cidade.

Existem tendências importantes implementadas na gestão do Prefeito ACM Neto, iniciada em 2013. As avaliações sobre a cidade nos levam a um questionamento central, que é o de se há ou não uma política cultural para a cidade do Salvador, tomando este questionamento a partir dos sentidos estritos de política cultural, isto é: uma ação continuada, a partir de um planejamento com uma implementação divulgada para a sociedade, e objeto de um processo de avaliação, seja pelos seus responsáveis, seja pela sociedade, os/as destinatários da política.

Há uma política cultural em formatação, para a Cidade de Salvador. Esta é uma das conclusões deste estudo. Desde 2013 até os dias atuais, registra-se um processo contínuo e em consolidação, de diretrizes culturais sendo implantadas na cidade, que derivam de um conjunto de medidas legislativas importante: a lei que cria o Sistema Municipal de Cultura, a atual versão do PDDU, e o Programa Salvador 360°.

Há que se considerar nos estudos, e em outras avaliações sobre a implementação de tais diretrizes, se há uma conexão entre a formulação e a prática da gestão municipal.

No caso deste estudo, sinalizo que, especialmente, a partir das leis do SMC e do PDDU há o estabelecimento de conceitos teóricos e diretrizes, que norteiam o planejamento, e que resultam em medidas práticas, bastante explícitas. É um modelo alicerçado em um viés ideológico e de gestão empresarial, e que resulta em uma política pública, ao associar os elementos tradicionais da cultura local, com um olhar para o “negócio” que gira em torno da cultura, atraindo outros elementos para a vida da Cidade.

A principal crítica e atenção que precisam estar presentes nesta nova conexão, refere-se ao tipo de incentivo e suporte a ser conferido às manifestações populares/tradicionais, de modo a que o contemporâneo, o desenvolvimento almejado e alavancado, não sirva de mote para o estrangulamento, ou ameaça à cultura local, aos seus realizadores, e aos segmentos populares que são seus geradores e herdeiros, à exemplo das culturas das periferias e bairros populares, da cultura Hip-hop, dos coletivos de artistas, e dos centros e fóruns de Artes e Culturas.

Em que pesem as críticas cabidas aos centralismos, e os impactos negativos de determinadas ações de investimento, a PMS tem seguido suas diretrizes de desenvolvimento negocial, no campo da articulação entre desenvolvimento, turismo e cultura, estritamente nessa ordem.

Isto informa à sociedade para além da necessidade de amplo acompanhamento das publicidades realizadas sobre a gestão, uma importância da atuação direta dos/as legisladores/as, que são por fim, fiscalizadores/as da administração pública, e por consequência, da ação cidadã, que redundam em participação, dos/as moradores/as da Cidade.

Logo, a existência de instrumentos participativos, e mobilização concreta, previstos nessa mesma legislação, são relevantes: Conselho de Cultura, as conferências municipais, e outros fóruns de participação.

A legislação municipal dá a retaguarda conceitual e formal a uma pretendida intervenção mais densa da Prefeitura, nos fenômenos culturais da cidade. Ainda que a implementação das diretrizes emanadas dessas três âncoras legais, seja parcial, é arriscado, entretanto, concluir que a gestão municipal de ACM Neto, carece de uma política pública voltada para a área cultural. Vive-se um estágio intermediário, e em mutação, que demanda uma relação mais profícua entre as instâncias de participação decisória sobre a política cultural do Município, os/as destinatários da política, e a gestão municipal.

O SMC foi uma conquista marcante para a cidade, uma contribuição que resulta de muitos e sucessivos aportes da sociedade civil, de instituições e de representantes da área cultural. Ele é composto por nove elementos, entre executivos, deliberativos, normativos e consultivos: a Secretaria de Cultura e Turismo, a Fundação Gregório de Matos, a Conferência Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural, o Plano Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, Sistema Setorial de Cultura, Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura, Sistema Municipal de Preservação e Arquivos da Memória Popular.

Convém aqui registrar que desse conjunto previsto houve de fato, a efetivação da Fundação Gregório de Matos (antiga em seu funcionamento e atuação), a Conferência Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Política Cultural, e o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, em vias de consolidação, que já obteve a criação formal da Lei de Incentivo Fiscal para a Cultura, uma reedição da antiga lei municipal derivada de um projeto de minha autoria, quando vereador de Salvador, aprovado na gestão do Prefeito Fernando José, regulamentada e implementada na gestão da Prefeita Lídice da Matta.

Entretanto, o Plano Municipal de Cultura que deveria ser o orientador das ações da Administração pública no campo da cultura, e das relações dela, com a sociedade civil soteropolitana, ainda não existe como tal. O que representa uma grande lacuna, tanto do ponto de vista conceitual, quanto operacional da política em curso. A inexistência deste Plano resulta na impossibilidade de um acompanhamento mais formal, efetivo e *pari passu* das ações previstas pela Administração Municipal. Esta que seria uma importante conquista da estrutura democrática e colaborativa da gestão pública da cultura, torna-se uma fragilidade dela, aqui destacada.

É importante registrar, outrossim, que no escopo da estrutura presente no SMC há uma efetiva demonstração de interesse e compromisso, a partir de um viés gerencial bem definido pela gestão de ACM Neto, com o atual processo cultural da cidade, tanto no que tange às manifestações tradicionais, como o que resulta do processo contemporâneo de criação e difusão cultural das artes, dos conhecimentos e das múltiplas linguagens, vinculados ao que se pode configurar como indústria cultural e do entretenimento,

aproximando-se paulatina e gradualmente, nos discursos dos gestores públicos municipais entrevistados, ao modo da economia criativa que tanto viceja no contemporâneo. Mas, não se assiste a uma efetiva participação nas decisões e nas práticas de controle das políticas públicas, o que reduz a transparência da gestão, e amplia sua relação com a lógica do desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, adotada pela gestão do Prefeito ACM Neto.

Ficou comprovado que há uma expressiva diferença de ritmos, e velocidades distintas na implementação dessas posturas e conceitos, assumidos pela Administração Municipal, em cada uma das pastas da gestão, que deve contribuir para a consecução da concepção de “sistemas integrados”, como preconizado na legislação nacional estadual baiana, e esposado pela legislação municipal. Na estrutura atual, convivem tanto políticas focalizadoras, quanto uma ação pulverizada em várias das estruturas da Administração, que se reúnem conceitualmente, no Programa Salvador 360°. Sem dúvida, um objeto relevante de análise específica, importante para o entendimento da prática da política de gestão do Prefeito ACM Neto, mas que foge ao escopo deste trabalho.

Esse interesse pela cultura veio acompanhado de uma prática incisiva na implementação. Medidas administrativas, de reordenamento do uso do solo do município, de utilização dos espaços público, de elaboração um calendário extenso de festividades, da criação de novos eventos sob a responsabilidade de organização da própria prefeitura, a exemplo do “réveillon” que deixou de um evento na “virada do ano”, para se tornar um festival de 5 dias, o que provocou o deslocamento dos centros de lazer e divertimento da cidade, durante o período. Isto causou um impacto significativo nos novos eixos estruturantes da alocação de recursos públicos, e destino de outros investimentos, a exemplo da construção do centro de convenções do Município, no bairro da Boca do Rio.

Esta postura quebra uma lógica de atuação da Administração Pública, como também ocupa vazios deixados pela gestão estadual. Neste particular, vale especial menção ao fato que é nítida a quebra da coesão federativa preconizada no SNC, da necessidade e integração entre as ações do Estado e dos Municípios. Em Salvador, a gestão de ACM Neto se concentra naquelas lacunas de intervenção deixadas pela gestão estadual, em uma crescente e evidente disputa de ambas os gestores, pela disputa de espaços privilegiados de visibilidade, e aceitação pública.

Chama a atenção, no bojo das ações desenvolvidas pela gestão de ACM Neto, a construção de equipamentos públicos, e/ou a adaptação de estruturas já existentes, para que sejam desenvolvidas atividades culturais. A Administração Municipal aposta na construção de um complexo cultural no centro da cidade, no entorno da Igreja da Barroquinha, do complexo de atividades previsto para a área do bairro do Comércio (Museu da Música, Arquivo Municipal, Museu da História de Salvador), e nos bairros, em cada uma das 10 regiões em que se dividiu a cidade administrativamente. Essa atuação vai na contramão de uma narrativa muito forte, difundida na gestão do Ministro Gilberto Gil, de que o país já dispõe de uma larga estrutura física, subaproveitada. A ênfase nos equipamentos arquitetônicos passou a ter condição secundária, embora nunca anulada.

A lógica de fixação física nos bairros, de incremento das práticas locais de cultura, do fomento à criação, e do apoio aos artistas e agentes culturais locais, figura como um avanço na pauta da gestão, mas que ainda é realizado de forma pontual. Entretanto, não há nesse empenho uma articulação com o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que opera os Pontos de Cultura, uma importante ação dos governos democráticos dos Presidentes Lula e Dilma. Novamente, se vê a quebra da cadeia federativa que o SNC, e o Sistema e Plano estadual da Bahia propõem.

Há, portanto, um deslocamento da atividade criativa, para os equipamentos da Administração, que se pretende assim, como dinamizadora das culturas locais. Isto pode condicionar uma relação de dependência e/ou esvaziamento dos fenômenos espontâneos locais, a depender da forma como o espaço institucional seja dirigido.

Isto reforça a relevância de pesquisas como esta, que se debruçam sobre os processos e fenômenos sociais, contribuindo de diferentes modos, tanto para a formação dos agentes culturais envolvidos, quanto para a qualificação das políticas públicas analisadas, quanto ainda, para o incremento da participação cidadã nos processos decisórios, potencializando os impactos positivos que a produção científica tem sobre as realidades vividas, em diferentes âmbitos da sociedade. O que por certo, encorajará outros estudos, e a continuidade desta pesquisa.

A cidade, seus/suas cidadão/ãs passam a refletir sobre desenvolvimento, não somente a partir da sua força de trabalho tradicional, mas se vê de forma mais criativa e flexível, para uma economia pensada de forma mais ampla e geral, agregando no pensar-fazer da gestão, a riqueza de experiências de empreendedorismo cultural, pujante nos bairros e nas comunidades da Cidade.

Desde esta perspectiva, nas instituições de ensino superior presentes na Cidade, UFBA, UNEB, para citar somente as públicas, existe uma intensa prática, pesquisa e ensino sobre e partir das culturas locais, passando pelas demais instituições, organizações, coletivos presentes na cidade, pela/os cidadã/ãos individualmente, até as estruturas administrativas, renovam, e reeditam a construção de um pacto cultural na cidade, com as novas redes e novos vínculos criados entre a cultura e o desenvolvimento.

O êxito social da articulação entre cultura e economia para o desenvolvimento nas cidades, especialmente entorno de uma economia criativa local, depende muito de uma boa escolaridade no ensino fundamental e médio, de uma articulação de políticas culturais nas escolas, além do estímulo fornecido por museus, galerias de artes, espaços de concertos, e outras instituições culturais, sem dúvidas, a articulação decisiva que precisa ser incrementada nas políticas de Cultura e de Educação da Cidade de Salvador.

A criação de programas educativos que integrem cultura e educação, o aproveitamento das redes de ensino (seus equipamentos e capacidades humanas instaladas), em parcerias criativas entre educadoras/es e profissionais da cultura nas escolas, é um salto qualitativo que precisa ser dado no projeto de desenvolvimento humano na Cidade de Salvador. Educação e Cultura são indissociáveis. Associadas convertem os propósitos da aprendizagem, revelam habilidades e as formas de usá-las como contribuição ao desenvolvimento coletivo, mais humanizado, portanto. Juntas, ampliam as possibilidades de uma formação cultural democratizante, e impactam no ânimo empreendedor, na confiança em si mesmos e no coletivo, e na capacidade para dirigir as mudanças sociais e políticas de caráter mais estrutural e duradouro, na busca de uma sociedade efetivamente justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Armando, ALBERNAZ, Maria Beatriz, Siqueira, Maurício (orgs.). **Cultura pela Palavra**, Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rj. Versal, 2013.
- ALFAYA, Javier. **Uma nova política cultural, democrática e criativa para a cidade de Salvador**. Mimeo, 2016.
- ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis RJ: VOZES, 2000.
- BANDEIRA, Messias G. COSTA, Leonardo Figueiredo (orgs). **Dimensões criativas da Economia da Cultura: primeiras observações**. Salvador, EdUFBA, 2015.
- BENDASSOLLI, Pedro f., • WOOD JR THOMAZ. • KIRSCHBAUM CHARLES • PINA E CUNHA MIGUEL. *Rae* • SÃO PAULO • V. 49 • N.1 • JAN./MAR. 2009 • 010-018 ISSN 0034-7590. **Fórum • indústrias criativas: definição, limites e possibilidades**
- CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana**. SP. Martins Fontes, 2014.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Milton Santos em colaboração com Denise Elias, 6ª. Ed. 2. Reimp. SP. EdUSP, 2014.
- _____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 3ed. 1ª. reimp. SP, EdUSP, 2012.
- SANTINI, Alexandre. **Cultura Viva Comunitária**. RJ. ANF Produções, 2017
- O Papel da Cultura no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Seminário Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício. **Cultura pela Palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010**/ Gilberto Gil e Juca Ferreira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- ANDRÉ, Marli. **Estudo de caso: seu potencial na educação**. Cadernos de Pesquisa, 49, p. 51-54, 1984.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de. O conceito de cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. especial, p. 205-224, 2017.
- BAHIA .**Lei 12365/2011**. Sistema Estadual de Cultura.
- _____. **Lei 13.193/2014**. Plano Estadual de Cultura
- BARBALHO, A. A política cultural segundo Celso Furtado. In: BARBALHO, Alexandre [et al.], (Org.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BARBALHO, A. **O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas**. Políticas Culturais em Revista, 2 (2), p. 1-3, 2009.

- BEZERRA, Laura. CORTES, Clelia Neri. **A formação como desafio coletivo nas políticas de cultura da Bahia e do Brasil**. In.: RUBIM, Albino (org). Cultura e Políticas culturais na Bahia. Itajá,SC: Casa Aberta, 2016.
- BOLAÑO, C. Indústrias criativas e os conceitos de cultura, inovação e criatividade em Celso Furtado. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (4), p. 3-14, 2011.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOURDIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In.: _____. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. In: D'ÁGUIAR, R. (Org.). **Celso Furtado e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / E-Papers, 2013.
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. **Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005**. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. **Lei 12.343/2010**. Plano Nacional de Cultura.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In.: RUBIM, A., BARBALHO, A. (Orgs). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador. Edufba, Coleção Cult, 2007.
- _____. Políticas Culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: BARBALHO, Alexandre [et al.], (Org.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CARVALHO, José Jorge de. Os estudos culturais como um movimento de inovação nas humanidades e nas ciências sociais. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 4, 2017.
- CEVASCO. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo. Cortez Editora .2008.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo. Ed. Iluminuras. 1997.
- DILELIO, Rodrigo Campos. Economia criativa e a nova agenda econômica: o sentido da abordagem classificatória para um fenômeno contemporâneo. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 3, p. 206-217, 2014.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: KRAMER, Sônia (org.). **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. Coleção Questões de Nossa Época – nº 107. 2ª Ed. São Paulo. Cortez. 2007 (p. 26 a 38).
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 32.

GALUK, Mariana Bianchini et al. Innovation in creative economy micro-enterprises: a multiple case study. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 5, p. 166-187, 2016.

GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. **Cultura pela Palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos da cultura 2003-2010. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira S.A. RJ. 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Organização de C. Coutinho. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Organização de C. Coutinho. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 132-133

HAAS, Ingrid Freire. Globalização e multiculturalismo: impactos da diversidade. **Direito**, v. 1, n. 14, 2015.

_____. **A promoção da diversidade cultural para o diálogo e o desenvolvimento da sociedade internacional**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HUSSERL, E. (2001). **Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia** (F. Oliveira, Trad.). São Paulo: Madras. (Original publicado em 1931).

JAMESON, Fredric. Reificação e utopia na cultura de massa. **Crítica marxista**, v. 1, n. 1, p. 1-25, 1994.

KEA, European Affairs (2006). **The Economy of Culture in Europe**. Estudo preparado para a Comissão Europeia (Diretoria-Geral para a Educação e Cultura). Bruxelas, p. 218.

LEITÃO, Claudia; MACHADO, Ana Flávia. (Org.). **Por um Brasil criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código Editora, 2016.

LIGOURI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Paulo André Moraes de. A Convenção da Unesco sobre diversidade cultural e a agenda internacional da cultura. In. MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Org.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Apresentação de Gilberto Gil. Salvador: EDUFBA, 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei, GALEFFI, Dante, PIMENTEL Álamo. **Um rigor outro**: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: Edufba, 2009.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Revisão de Carlos Alberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 228.

MEDEIROS, Anny Karine de. Política de financiamento cultural: análise do Programa Cultura Viva em três estados brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

MEIRA, Márcio, Gestão Cultural no Brasil: uma leitura do processo de construção democrática. In.; RUBIM, ANTONIO Albino Canelas (org.). **Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia et al. Cultura, crítica e democratização: o estado da arte dos Estudos Culturais. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 5, n. 11, 2017.

MIGUEZ, P. Cultura e Desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, 1 (2), 2009.

_____. **Repertório de Fontes sobre economia criativa**. 2007.

_____. ; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Org.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Apresentação de Gilberto Gil. Salvador: EDUFBA, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, **Técnica e Arte**: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ. Ed. Vozes. 1993 (p. 09 a 29).

MINISTERIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa** – políticas, diretrizes e ações 2011-2014. 1ª. Edição. Brasília.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

MORAES, Ana Luiza Coiro. Do materialismo dialético ao materialismo cultural: o legado metodológico de Marx aos Estudos Culturais. **Revista Eptic**, v. 20, n. 1, p. 161-175, 2018.

NASCIMENTO, Alberto Freire. O lugar do financiamento no campo cultural. **Anais**, VI Enecult, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2010.

NEWBIGIN, John /Série Economia Criativa e Cultural do British Council / Publicada pelo **British Council** 10 Spring Gardens, London SW1A 2BN, Reino Unido www.britishcouncil.org Todos os direitos reservados. ISBN 978-958-8575-30-8

NETO, Jose Francisco Siqueira. **Economia criativa e desenvolvimento nacional**. Relatório científico (Projeto de Pesquisa Economia Criativa e Desenvolvimento Nacional) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Direito, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Gouveia. Cultura, criatividade e desenvolvimento territorial: reflexões sobre Redes e Sistemas Produtivos de Economia Criativa. In.: LEITÃO, Claudia; MACHADO, Ana Flávia. (Org.). **Por um Brasil criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código Editora, 2016.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da economia criativa no Brasil**. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. **Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural**

Internacional. 1966. Boletim do Ministério da Justiça, nº 249, outubro de 1975, págs. 370 e segs.

_____. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais: Mondiacult. México: UNESCO, 1982.

_____. Declaração sobre os Princípios de Tolerância. Paris: UNESCO, 1995.

_____. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento: Nossa Diversidade Criadora. México: UNESCO, 1995.

_____. **Nuestra Diversidad Creativa**: Informe de La Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo. México: UNESCO, 1997.

_____. **Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento**. Estocolmo: UNESCO, 1998a.

_____. **Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento**. Estocolmo: UNESCO, 1998b.

_____. **Declaração Universal da Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2001.

_____. **II Congresso Nacional sobre Investimento Social Privado Educação, Diversidade Criadora e Cultura de Paz**. Fortaleza: UNESCO, 2002.

_____. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESC, 2003.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade cultural** - Declaração de Guadalajara. México: UNESCO, 2004

_____. **Dez chaves para entender a convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: UNESCO, 2005a

_____. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO, 2005b.

_____. **Indicadores UNESCO de cultura para el desarrollo**: Manual Metodológico. Paris: UNESCO, 2014.

PANSIERI, Flávio, Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2016, vol. 8, n. 15, Jul.-Dez. p. 453-479

ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. **Anais**, V Campus de Cooperação Cultural. Almada (Portugal), 2007.

_____. Políticas culturais em Revista 1(1). 2008.. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br> Acesso em: maio 2016.

PEIXE, João Roberto. Sistema Nacional de Cultura: um novo modelo de gestão cultural para o Brasil. In.: RUBIM, ANTONIO Albino Canelas (org.). **Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PROCOPIUCK, Mario; FREDER, Schirlei Mari. Economia criativa: modelo federal brasileiro e importância das discussões frente a referenciais internacionais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 27, n. 40, p. 227-251, 2014.

REIS, Paula Cristiane Gianini et al. O processo de institucionalização da economia criativa no Brasil. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 2, n. 4, p. 52-73, 2017.

REZENDE, Maria José de. Desigualdades e liberdade cultural. Algumas nuances dos debates presentes nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU. **Anais**,

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

RODRÍGUEZ, O. Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando (Org.). **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri: Manole, 2007. p. 3-40.

_____. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RUBIM, ANTONIO Albino Canelas (org.). **Política Cultural e Gestão Democrática no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

SALVADOR. **Lei 8551/2014**. Sistema Municipal de Cultura.

_____. **Lei 9069/2016**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador.

SANTOS, Milton, **Metamorfose do Espaço Habitado – Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**, São Paulo, EdUSP, 2014.

SEMPERE, A. As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual. **Anais**, VIII Campus de Cooperação Cultural - Euroamericano. Cuenca (Ecuador), 2011.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. In: COSTA, Nogueira da. **História do Pensamento Político, Sociológico e Psicológico**. Disponível em <www.fernandonogueiracosta.files.wordpress.com>. Acesso em: maio de 2016.

SERRA, Diego Jorge Gonzales. **Martí e a Psicologia: O Poeta e a Unidade Cognição/Afeto**. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

SIQUEIRA, M. Indicadores Sociais para gestão local de políticas públicas de cultura. In: BARBALHO, Alexandre [et al.], (Org.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. Financiamento cultural: situação atual e questões para reflexão. **Políticas sociais - acompanhamento e análise**, IPEA, 8, fev., 2004.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VILUTIS, Luana. Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, n. 2, p. 135-150, 2013.

UNCTAD-PNUD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/MinC; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Creative economy report 2010**. Creative economy: a feasible development option. U.N., 2010.

WILLIAMS, Raymond. Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory. **New Left Review**, n. 82, p. 116, 1973.

_____. Culture is ordinary. In: GRAY, Ann; MCGUIGAN, Jim. **Studying culture: an introductory reader**. London/New York: Arnold, 1993. p. 5-14.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. The Future of Cultural Studies. In: _____. **The politics of Modernism**. London: Verso, 1989, p. 151-162. Disponível em: <<http://ecmd.nju.edu.cn/UploadFile/17/8041/future.doc>>. Acesso em: 2 set.2017.

ZANFORLIN, Sofia. Novas dinâmicas do espaço público: consumo cultural, mídia e mercado sobem ao palco da praia de Copacabana. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 121-134, julho/dezembro 2009.

ANEXOS